

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

VERA LÚCIA CARDIM DE CERQUEIRA

CONTRIBUIÇÕES DE SAMUEL LOWRIE E DINA LÉVI-STAUBS AO
DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SÃO PAULO
(1935 – 1938)

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC SP

VERA LÚCIA CARDIM DE CERQUEIRA

CONTRIBUIÇÕES DE SAMUEL LOWRIE E DINA LÉVI-STRAUSS AO
DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SÃO PAULO
(1935 – 1938)

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais com concentração em Antropologia, sob a orientação da Prof.^a Doutora Maria Celeste Mira.

SÃO PAULO
2010

Banca Examinadora

Às minhas irmãs.

Agradecimento

Durante o percurso de elaboração de trabalho, seja ele pequeno ou grande, acumulamos pessoas a quem devemos agradecer. São amigos novos e antigos, professores, colegas de profissão ou de pesquisa, enfim, seres que em maior ou menor grau nos ajudam a construir e, portanto, se tornam essenciais e especiais.

Agradeço com muito carinho a acolhida de minha orientadora Maria Celeste Mira, sua confiança paciente me ajudou a trilhar o caminho deste rito de passagem que é a construção de uma dissertação de mestrado. Hoje posso afirmar que sua orientação me foi o bem mais precioso deste percurso, não apenas por estar presente no momento mais delicado de sua finalização, mas de compartilhar conhecimentos a fim de iluminar as minhas proposições.

Posso dizer que tive a sorte de contar com uma banca de qualificação atenta, com a qual pude aprender, reelaborar e seguir com o meu projeto, sem perder o eixo por mim proposto. A honestidade da análise das Professoras Fernanda Arêas Peixoto e Josildeth Gomes Consorte qualificou minha pesquisa e amadureceu meu olhar.

Ao Departamento de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, os meus agradecimentos aos funcionários sempre atenciosos e especialmente àqueles professores, cujas aulas alimentaram meu estudo e redimensionaram meus conhecimentos, em especial as professoras Carmem Junqueira e Marisa Espírito Santo Borin e o professor Miguel Chaia. Ao Programa de Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, sem o qual não seria possível a realização desta Pós-graduação.

Àqueles que comigo deram corpo à equipe do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga: Carlos Sampietri, Ana Maria Campanhã, Maricler Martinez, Malu Villas Boas, Luiza Fioravanti, Carlos Gimenes, Vanessa Villas Boas, Lavínia, Pedro Aubert, Rafael Vitor, Glaucia Graziano, Felipe Guarnieri, Lucas Lara, e os que assumiram o próximo passo Aurélio Nascimento, Vilma, Nilza e Fábio.

Aos colegas que se transformam em amigos queridos, pois estabeleceram uma rede que me permitiu continuar, alguns não podem deixar de serem citados: Heloísa Dip, Léa Walquíria, Janethe Monteiro, Cleusa Martinelli, Carla Rabelo, Aloysio, Walter Siqueira, Martinha, Vera Toledo, Gisela Del Puerto e Adriana. Ao grupo de estudo do Centro Cultural São Paulo, um beijo.

Ao Arquivo Histórico Washington Luís e a Seção de Negativos do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, nas pessoas de Henrique Siqueira e João Pontes.

À Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo no nome de Rodrigo Estramanzo.

Aos amigos sem os quais nada vale à pena: Edith White, Júlio Gonçalves e Helena Weffort. Um agradecimento especial às amigas do mesmo barco, Roseli, Nadja e Márcia.

Eu ofereci este trabalho às minhas irmãs Sônia e Mônica, pois tiveram uma importância concreta na realização desta pesquisa. Através delas penso na riqueza, como diz minha mãe, de ter uma família tão presente e tão cúmplice. Agradeço a todos. Um beijinho especial para Laura, que a seu modo, questionou, mas compreendeu as ausências da mãe e para o Alberto.

Resumo

Este trabalho analisa as contribuições de Samuel Harman Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo na gestão de Mário de Andrade, entre 1935 e 1938. Foram representantes na época, direta ou indiretamente, do pensamento e das linhas teóricas, que ao longo do tempo conferiram o retrato síntese das influências das Ciências Sociais no Brasil: a norte-americana e a européia. Ele, norte-americano contratado pela Escola Livre de Sociologia e Política e pelo município de São Paulo, desenvolve trabalho voltado para a Sociologia e sua aplicação prática. Ela, etnóloga francesa conduz, sob o estímulo e confiança de Mário de Andrade, ações no campo da Etnografia, tendo em vista a possibilidade de obter reconhecimento em sua trajetória profissional. Durante um curto período, estes dois intelectuais tornaram viável a simultaneidade entre a reflexão teórica e a execução prática no universo das políticas públicas, por acreditarem ser o Brasil campo fértil para o desenvolvimento de estudos científicos.

Abstract

This study intends to analyze the contributions of Samuel Harman Lowrie and Dina Lévi-Strauss to the Department of Culture of São Paulo during the period of administration of Mário de Andrade, between the years 1935 and 1938. Both were directly or indirectly representative of the theoretical thoughts and trends which provided a synthesis of the influences for Brazilian Social Sciences along the years: the North-American and the European lineages. The North-American sociologist Samuel Harman Lowrie was hired by the Escola Livre de Sociologia e Política and by the São Paulo City Administration, and developed a study in the area of Sociology and its practical applications, whereas the French ethnologist Dina Lévi-Strauss, with the support and trust from Mário de Andrade, conducted actions in the area of Ethnography, aiming at the possibility of obtaining reconnaissance in her professional life. During a short period, these two scholars allowed the simultaneity of theoretical reflections and practical actions in the universe of public policies, since they believed that Brazil was a favorable place for the development of scientific research.

Sumário

Introdução	11
Capítulo I – O Departamento e seu Contexto	15
1.1 Breves considerações sobre o período	15
1.2 As Ciências Sociais e a Administração Pública – teoria e prática	19
1.3 A constituição do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo	30
1.4 As Divisões do Departamento de Cultura e suas atribuições	32
Capítulo II - Contribuições de Samuel Harman Lowrie	42
2.1 Samuel Harman Lowrie	42
2.2 Pesquisas e estudos publicados	47
2.2.1 Previsão da População	47
2.2.2 Que é Cultura?	48
2.2.3 A Assistência Filantrópica da Cidade de São Paulo	51
2.2.4 Ascendência das Crianças registradas nos Parques Infantis	54
2.2.5 Origem da População da cidade de São Paulo e Diferenciação de classes sociais.	55
2.2.6 Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo	59
2.2.7 O elemento negro na população de São Paulo	60
2.2.8 Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza da Municipalidade de São Paulo – PPV Lowrie	64
2.3 Considerações sobre Lowrie	76
Capítulo III - Contribuições de Dina Lévi-Strauss	80
3.1 Dina Lévi-Strauss	80
3.2 O Curso de Etnografia	90
3.2.1 As Aulas de Etnografia	94
3.2.2 As Aulas de Folclore	99
3.3 A Sociedade de Etnografia e Folclore	103
3.3.1 O Inquérito Folclórico	115
3.4 Produção dos alunos.	119

3.4.1 Maria Stella Guimarães e Cecília de Castro e Silva e a Mancha Pigmentaria Congênita na Cidade de São Paulo	121
3.4.2 Mário Wagner Vieira da Cunha e a descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora	123
3.4.3 Oneyda Alvarenga e os Cateretês do Sul de Minas Gerais	130
3.4.4 Luís Saia e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938	133
3.5 Considerações sobre Dina Lévi-Strauss	143
Conclusão	149
Referências	152

Introdução

Os interesses que norteiam um estudioso quando define seu objeto de pesquisa estão, inevitavelmente, atrelados às suas experiências de vida, incluindo oportunidades e limitações. Assim, os resultados de minhas pesquisas possuem base também na minha experiência funcional na administração municipal da cidade de São Paulo e na minha percepção do papel do técnico, em alimentar a elaboração de políticas públicas. A passagem pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por onde as necessidades primárias da população são expressas como problemas emergenciais cujas políticas públicas pouco solucionam, e a atual lotação na Secretaria Municipal de Cultura, onde os serviços não se estendem à totalidade da cidade, traduz numa experiência que anseia por projetos realizáveis e a percepção de que muito há por se fazer. Enquanto funcionária pública eu tenho plena consciência dos momentos de morosidade, de ausência ou de intensificação na aplicação de políticas públicas relevantes ao conjunto da população. Não é apenas a ausência de quadro de profissionais qualificados a justificativa para a ausência de políticas adequadas às necessidades; em muitas situações, é a ausência da vontade política a verdadeira limitação, pois projetos engavetados, distorcidos ou realizados em parte conforme interesses específicos é prática contínua em muitas administrações.

Os primeiros anos do Departamento de Cultura revelaram-se um objeto de estudo de grande interesse, já que muitas das práticas atuais estão ancoradas em ações daquela época. Além da fundação de um organismo voltado à gestão cultural, o Departamento foi o cerne de todo um modelo para a reestruturação da administração da Prefeitura Municipal de São Paulo. Foram diretrizes que serviram para a organização e criação de outras secretarias, tais como as das áreas de Educação e de Planejamento, portanto a ação governamental daquele período refletiu-se em diversos aspectos na funcionalidade do poder público.

Especificamente, a presente dissertação quer demonstrar a aplicação dos métodos das Ciências Sociais, com ênfase no olhar etnográfico e nos conceitos da Antropologia dos anos de 1930, pelo Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo. Desnecessário seria uma extensa explanação sobre o período escolhido; a exposição dos fatos políticos, econômicos e culturais do momento tenderia a uma narrativa resumida e naturalmente empobrecida de temas tão caros à história do país e em especial à história das Ciências

Sociais no Brasil. Serão tomadas como base para reflexão algumas pesquisas colocadas em prática e a produção resultante das ações do órgão municipal, no período em que Mário de Andrade foi seu diretor (1935-1938), ou seja, pretende-se verificar a existência e a utilização do estudo científico no âmbito do poder público. Como pano de fundo transparecerá a relação existente entre o Departamento de Cultura, a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo, instituições acadêmicas criadas no mesmo período, configurando-se na simultaneidade entre a teoria e a prática.

Convém registrar que além da pesquisa nos arquivos citados, valeram para o desenvolvimento desta dissertação, leituras feitas no decorrer do período em que fui responsável pelo Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, responsável, entre outros, pela guarda da documentação da Sociedade de Etnografia e Folclore, da Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938, da própria Discoteca. Algumas realizadas de modo esparso, mas que, de uma forma ou de outra, balizaram meu conhecimento sobre o Departamento de Cultura de São Paulo. Entre essas leituras está a documentação específica do período, ou seja, processos administrativos, Atos e Leis municipais, pareceres elaborados por técnicos e funcionários de diferentes instituições. Como exemplo, posso citar o dossiê preparado para o reconhecimento do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga como patrimônio imaterial, de autoria de José Eduardo Azevedo da Secretaria Municipal de Cultura, de José Saia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de Flávia Camargo Toni do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Leituras realizadas no cotidiano do trabalho sobre o acervo e que, se por um lado não permitiram análises aprofundadas, por outro se transformaram em quase uma base inconsciente do assunto.

O foco será sobre a produção resultante de projetos específicos implantados nas divisões de Documentação Social e de Expansão Cultural do Departamento de Cultura de São Paulo nos anos de 1935-1938, cujos coordenadores e ou capacitadores são nomes que, apesar de significativas contribuições, permanecem pouco estudados: Samuel Harman Lowrie, professor norte-americano vinculado ao Departamento e à Escola Livre de Sociologia e Política, e Dina Lévi-Strauss, etnógrafa francesa, sem vínculo formal com a academia e muito próxima a Mário de Andrade.

A escolha de analisar as contribuições de Samuel Harman Lowrie e Dina Lévi-Strauss deve-se ao fato destes intelectuais representarem, direta ou indiretamente, escolas de Ciências Sociais que resumem o pensamento e as linhas teóricas da época e que ao longo do tempo imprimiram a imagem síntese das influências recebidas no Brasil, a norte-americana e a européia. O primeiro, como um dos professores recém contratados pela Escola Livre de

Sociologia e Política, tem seu trabalho voltado para a sociologia e sua aplicação prática e tem no Departamento de Cultura de São Paulo o vínculo que lhe permite a execução de seus planos de estudo; já a segunda, uma etnóloga francesa, encontra no órgão municipal e na confiança dada por Mário de Andrade a possibilidade de construir uma trajetória profissional. Os dois possuem em comum a crença de ser o Brasil um espaço fecundo e propício para o desenvolvimento de pesquisas sociais e pode-se dizer que a Divisão de Documentação Social e a Divisão de Expansão Cultural puderam realizar estudos científicos graças às orientações destes dois profissionais pouco conhecidos no universo das Ciências Sociais.

Praticamente toda a produção analisada no presente estudo foi publicada na Revista do Arquivo Municipal, subordinada ao Departamento, o que a torna uma das principais fontes de pesquisa. Os arquivos do Departamento do Patrimônio Histórico e do Centro Cultural São Paulo da Secretaria Municipal de Cultura configuram-se como principais fontes documentais do período, pois mantêm, sob sua guarda, os processos administrativos municipais e os documentos originais de diferentes atividades dos primeiros anos do Departamento. Outros arquivos alimentariam a reflexão aqui colocada, tais como os fundos pessoais de Mário de Andrade e Fernando de Azevedo, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB USP, e o fundo documental de Paulo Duarte, do Centro de Documentação da Universidade de Campinas – Cedaec Unicamp. No entanto, sua ausência direta não limita a discussão proposta, apenas deixa-se de ilustrar alguns pontos com o testemunho de documentos da época.

No Capítulo I será apresentado um breve panorama do momento histórico, definindo a singularidade dos anos de 1930 para a compreensão da criação do Departamento de Cultura e da sua repercussão nos dias de hoje. O período demonstra a forte vontade de planejamento e construção do destino através da atuação do Estado. Neste sentido, algumas iniciativas são tomadas, dentre as quais está a criação do organismo municipal para políticas culturais e as instituições de ensino superior voltadas ao ensino das Ciências Sociais. Ainda neste capítulo o Departamento de Cultura será detalhado considerando sua fundamentação na Constituição Federal de 1934 e através de seus mentores e integrantes, como Paulo Duarte, Fernando de Azevedo e Mário de Andrade.

Nos capítulos II e III serão descritas as contribuições de Samuel Harman Lowrie e Dina Lévi-Strauss, respectivamente. Os resultados de algumas pesquisas se refletiram em ações de políticas públicas, outras serviram como base para a formação de profissionais municipais e estudantes das instituições de ensino superior. Todas foram exemplos de atuação

onde a teoria, discutida nos espaços acadêmicos, foi simultaneamente posta em prática na administração municipal, fato raro na história das instituições públicas.

Pretende-se, afinal, demonstrar o valor das contribuições de Samuel Harman Lowrie e Dina Lévi-Strauss, profissionais que também integraram o coletivo ímpar de intelectuais formado para conduzir os trabalhos do Departamento de Cultura de São Paulo, nos anos de 1935 a 1938, quando este teve a sua frente Mário de Andrade, cuja importância dispensa apresentação nesta introdução.

Capítulo I – O Departamento e seu contexto

1.1 Breves considerações sobre o período

Compreender como as pesquisas desenvolvidas pela Prefeitura de São Paulo podem ser representativas de um sistema de gestão no qual participam instituições acadêmicas enquanto sujeitos é, antes de qualquer coisa, entender a conjuntura na qual estão inseridos. A realidade paulista refletia o momento de construção de identidade nacional, ou seja, as primeiras décadas do século XX que podem ser consideradas como um dos períodos mais férteis para a consolidação do Brasil como Nação. Pela primeira vez se constituíam proposições que pudessem dar conta de uma realidade diversa àqueles países tidos como exemplos de civilização e se configurava um país com características próprias. Buscava-se, então, evidenciar como qualidade distintiva exatamente o que antes a diferenciava negativamente, ou seja, a multiplicidade cultural.

No final do século XIX as teorias evolucionistas explicavam a existência de diferentes grupos sociais como exemplos das etapas de um mesmo processo de desenvolvimento civilizatório. O que distinguia um grupo de outro era a sua posição numa linha evolutiva cujo ápice estava ocupado pelas sociedades européias. Acompanhando essa reflexão, para os pensadores brasileiros, o estágio onde se encontrava o Brasil seria inferior aos países europeus. Entre eles estão Euclides da Cunha, Silvio Romero e Nina Rodrigues. Suas interpretações colocavam em pauta a existência de uma diversidade racial e geográfica, geradora de um problema teórico para a definição de uma identidade nacional, além de apontarem para um futuro negativamente pré-determinado. Este pessimismo ocorria porque suas “explicações do Brasil e dos brasileiros inspiravam-se nas formulações teóricas e ideológicas que davam suporte à forma burguesa de organização social, ou seja: o positivismo e o evolucionismo, combinados com o darwinismo social” (SILVEIRA. 1999, p. 25).

Os países americanos se constituíram com a junção de diferentes grupos no mesmo espaço geográfico gerando convívios que demandavam outros olhares explicativos. Neste sentido, os argumentos evolucionistas foram ineficazes para a compreensão de países como os Estados Unidos da América e o Brasil. Não era possível ver o Brasil como um quadro

humano homogêneo étnica e culturalmente como a maioria das outras nações que servem como referencia de civilização. Isto remetia, portanto, à necessidade de apreender intelectualmente as características do presente e de outros futuros possíveis para o Brasil. Fazia-se imprescindível a identificação dos elementos que singularizassem o país para compor um retrato que desse conta da composição humana brasileira e viabilizasse a instituição das diretrizes de construção de uma Nação que pudesse fazer páreo com as que fossem consideradas exemplo de civilização. É este desejo que alimenta o pensamento intelectual do início do séc. XX com significativo desenvolvimento nas décadas seguintes.

A heterogeneidade racial e cultural de países como o Brasil constituía-se numa realidade diferente daquelas com características mais homogêneas e circunscritas ao seu território de origem, tal como os países europeus. Um novo olhar se faz necessário para compreender as nações formadas nas Américas. Entender a constituição destes povos para perceber os futuros possíveis do país, tornava-se tarefa a ser cumprida. Caso prevalecesse a idéia de degeneração causada pelo processo de miscigenação o futuro não seria promissor. Neste sentido, as teorias que acenavam com outras possibilidades foram bem acolhidas.

No período da década de 1930 se consolidam estudos que permitem uma leitura da realidade brasileira de maneira mais otimista quanto a seu futuro. As críticas às teorias evolucionistas da humanidade permitem vislumbrar estratégias civilizatórias também para um povo de composição heterogênea como o Brasil. O destaque destas críticas é a valorização de elementos culturais dos grupos sociais no percurso de seu desenvolvimento humano, reduzindo em parte os elementos da constituição biológica como determinantes neste processo. Não foi sem motivo que os teóricos culturalistas tiveram grande influência no Brasil, pois auxiliavam no entendimento da colcha de retalhos de que o país era formado, retalhos estes que se mesclavam constituindo-se numa realidade muito diferente de países com origens semelhantes, cujo maior exemplo eram os Estados Unidos, onde os grupos humanos distintos permaneciam isolados culturalmente e geograficamente.

Diversos trabalhos tomam os anos de 1930 para análise. São estudos sobre a consolidação da República, o papel do Estado, a função da educação, as disputas pelo poder político local ou nacional, a constituição da população brasileira - na busca da chamada identidade nacional - os processos de urbanização e industrialização, a transformação das relações de trabalho, a imigração e os movimentos artísticos. Em síntese, é possível afirmar tratar-se de um período cuja grande preocupação é a formação da nação brasileira e seu povo. Por isso trata-se também de uma época tão cara à construção do conhecimento para e sobre as Ciências Sociais no Brasil. Isto se confirma pelo fato de que no momento em questão as áreas

do conhecimento, cujo objeto é o pensar as sociedades, estão em pleno processo de consolidação como ciências e conquistando cadeiras nos espaços acadêmicos das instituições de ensino do país, em velhas ou novas organizações educacionais e nos espaços de sociedades ou de grupos informais. As condições políticas, econômicas, culturais e mesmo étnicas constroem um campo fértil para a estruturação do estudo e da pesquisa social, da construção do conhecimento sobre a realidade nacional, transformando o próprio país em objeto de análise para centros de pesquisa nacionais e estrangeiros.

As discussões sobre o papel da educação como estratégia para o desenvolvimento da sociedade brasileira rumo ao processo civilizatório, marcaram muitos dos projetos políticos de construção da Nação. Os estudos como os de Nina Rodrigues foram resgatados e resignificados a partir de novas concepções, segundo as quais, seria possível acelerar a passagem por etapas de desenvolvimento do pensamento humano. Intelectuais como Arthur Ramos acreditavam que a sociedade brasileira deveria se apoiar na educação e no contato cultural a fim de alcançar um estágio de racionalidade mais complexa, saindo da chamada mentalidade pré-lógica, na qual, segundo ele, se encontraria a maioria da população pobre (RAMOS, 1934). As análises de Ramos foram uma das bases do trabalho de pensadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Estes intelectuais constituíram-se como os principais responsáveis pela transformação do ensino no Brasil - antes limitado à esfera religiosa ou apenas àqueles com poder financeiro – implantando reformas baseadas em estruturas democratizantes para o acesso de maior número de pessoas, com ênfase na formação de professores. Em 1932 Azevedo redigiu e publicou o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, documento público assinado por 26 intelectuais brasileiros, no qual procurou contemplar as aspirações dos chamados *reformadores da educação*, assim como refutou as críticas dos intelectuais ligados à igreja católica. Assim, a década de 1930, pode ser considerada também como um dos ápices da história das discussões dos intelectuais da educação (PAGNI, 2008).

Verifica se, na época, a constituição de condições para o desenvolvimento social e cultural da sociedade brasileira, primeiro pela compreensão de que a heterogeneidade racial não necessariamente significa uma degeneração e, mais, de que o processo educativo pode diminuir o abismo existente entre a grande massa populacional analfabeta e a transformação de indivíduos em cidadãos que constituirão um país democrático, tendo como modelo nações européias e norte-americanas. A partir da compreensão destas possibilidades desenvolvimentistas, aliadas aos atos políticos desencadeados desde a quebra da chamada política do Café com Leite, culminando no movimento constitucionalista de 1932 é que

intelectuais, empresários e políticos paulistas elaboram projetos institucionais de cunho educacional e cultural sem perder, no entanto, o interesse em comandar o destino do país como um todo.

O princípio de que o contato pode gerar mudanças se adequou a anseios de compreender a constituição do povo brasileiro e estabelecer, a partir dele um novo padrão para o Brasil que fosse reconhecido por todos. Tendo em vista a forte miscigenação do povo brasileiro desde a época da colônia, um caminho viável apresentado para muitos estudiosos era, de fato, construir um novo paradigma para o Brasil. A cidade de São Paulo não só não fugia à regra, como apresentava outros integrantes no caldeirão: os imigrantes. Nos anos da década de 1930, São Paulo se configurava como uma cidade em crescimento, cuja população era formada basicamente por imigrantes recentes dos mais diversos países, descendentes das primeiras levas de portugueses, dos escravos e dos indígenas, e considerando ainda a população mestiça integrada, de modo geral, junto à população mais pobre. Essas características faziam com que também passasse por São Paulo a urgência da compreensão dos futuros possíveis ao homem brasileiro e da nação em vias de formação.

O período da administração municipal de São Paulo, focado neste trabalho, tem a cidade em pleno processo de urbanização e industrialização. Sua elite econômica com duas origens distintas, dos produtores de café e das recentes indústrias está voltada também para participar da decisão das diretrizes nacionais e compreender a derrota ocorrida na Revolução Constitucionalista de 1932. Há uma efervescência política, econômica e cultural. Passaram-se mais de dez anos da Semana de Arte Moderna, ato símbolo da libertação da produção artística brasileira. O grupo de intelectuais que participaram dela por convicção ou por farra são homens maduros e muitos atuam de maneira mais efetiva na vida artística, econômica ou política. Nos círculos intelectuais e políticos ocorrem reflexões sobre a urgência de se entender a realidade daquele momento, de se pensar um futuro um para a Nação e de se construir uma elite dirigente que viesse a assumir a responsabilidade de gerir o Estado e exercer o controle social de acordo com suas idéias.

Seguindo esses interesses, as instituições são pensadas, propostas e constituídas. Estas são também as razões pelas quais foi pensado, desejado e implantado um organismo voltado ao fazer cultural na cidade de São Paulo, o Departamento de Cultura, com vistas, inclusive, a servir como modelo para a construção de um instituto cultural nacional.

1.2 Ciências Sociais e Administração Pública – teoria e prática

As conclusões a que chegaram políticos e intelectuais paulistas sobre os resultados da Revolução de 1930 foram: a urgência de reorganização do Estado para assumir seu papel de condutor social e a ausência de quadros devidamente instrumentalizados, com homens prontos para diagnosticar, planejar e dirigir ações organizativas da sociedade brasileira, minimizando conflitos e estabelecendo a ordem social. Este sentimento estava presente na elite tradicional paulista, nos novos grupos empresariais emergentes e nos círculos intelectuais, fossem eles participantes do movimento modernista ou seus críticos. O contexto viabilizou a implantação de diferentes projetos com finalidade de organizar a vida social e política. E, apesar das diretrizes do poder federal, houve em São Paulo certa autonomia para a criação de espaços de reflexão e construção do conhecimento, tanto artístico, como político ou científico, pois as idéias em busca do cientificismo estavam presentes em todo o país e no mundo ocidental, ou seja, um conjunto de condições propícias para mudanças (MICELI, 2001).

A criação de novos centros de ensino superior comprova o início da formação universitária em Ciências Sociais e vincula a área de conhecimento ao novo modelo de gestão municipal em vias de implantação. O desenvolvimento das Ciências Sociais na cidade de São Paulo, de modo geral, é abordado através de sua institucionalização acadêmica e profissional em suas duas primeiras escolas, a Escola Livre de Sociologia e Política, criada em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1934. A origem dos professores contratados para cada instituição – a equipe da chamada missão francesa na Universidade de São Paulo e os docentes de diferentes nacionalidades, com prevalência de norte-americanos, na Escola Livre de Sociologia e Política – determinaram inicialmente suas características. Parte dos trabalhos desenvolvidos no Departamento de Cultura atesta o quanto os primeiros anos de existência dos cursos de Ciências Sociais colaboraram para a implantação de políticas públicas e na administração municipal. O poder público incorpora procedimentos científicos de análise e planejamento como subsídio para suas ações. É a simultaneidade entre teoria e prática o que se busca no que diz respeito à intervenção estatal na vida social.

A bibliografia existente conta com estudos de suma importância através dos quais podemos avaliar o percurso do desenvolvimento das Ciências Sociais em São Paulo. Em *Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais*, Sérgio Miceli afirma ser a

construção institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil resultado da associação de um conjunto de fatores: o alcance da organização universitária, graças a projetos de reforma ou expansão do ensino superior; o financiamento, por parte de governos, na montagem de centros de investigação e discussão além e independente das tradicionais entidades de ensino superior paulistas; e, é claro, ao fato das propostas educacionais ou dos debates estabelecidos estarem em consonância com as demandas de determinados poderes, sejam de grupos empresariais, sejam de setores políticos dirigentes. (MICELI. 2001).

A Escola Livre de Sociologia e Política fora criada em 1933, ocupando algumas salas da Escola de Comércio Álvares Penteado, no Largo São Francisco, centro da cidade de São Paulo. De acordo com seu *Manifesto da Fundação* a Escola de Sociologia e Política, tinha como objetivo preencher uma lacuna, ou seja:

além de organizações universitárias sólidas, um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social. (KANTOR; MACIEL e SIMÕES. 2001. p.158).

Com características muito próprias, o curso de Sociologia e Política possuía uma estrutura livre, os alunos se inscreviam nas disciplinas de maior interesse e vinham das mais diversas áreas, enfim, a escola parecia cumprir a intenção de estabelecer um espaço de debates e de formar em Ciências Sociais os profissionais já atuantes. De acordo com depoimento de um dos assinantes do *Manifesto da Fundação*, Rubens Borba de Moraes, esta liberdade ocorria inclusive em relação aos professores, alguns sequer recebiam salários ou cumpriam todas as aulas propostas, como no caso de Roberto Simonsen, cuja aula era sempre um evento social e em algumas vezes era substituído por outro professor ou aluno (MORAES, apud KANTOR; MACIEL e SIMÕES. 2001).

Descendente de família tradicional, Rubens Borba de Moraes participou juntamente com os amigos Sérgio Milliet e Mário de Andrade, da organização Semana de Arte Moderna de 1922, apesar de ter ficado ausente no Teatro Municipal (MINDLIN. 1990. p. 110). Em 1934 se envolveu na criação e manutenção da Escola Livre de Sociologia e Política e em 1935 juntou-se aos criadores do Departamento de Cultura de São Paulo, tornando-se um dos principais articuladores dos trabalhos realizados entre as duas instituições. Ministrou junto ao

Departamento um curso de Biblioteconomia, encampado e transformado pela Escola Livre de Sociologia e Política como o primeiro curso de nível superior de Biblioteconomia no país, o qual, após 1938, foi considerado desnecessário pela administração do prefeito Prestes Maia. Sua principal atuação na administração municipal foi reorganizar a Biblioteca Pública Municipal, atual Biblioteca Mário de Andrade.

Para o desenvolvimento das atividades da Escola Livre de Sociologia e Política, além de Roberto Simonsen - também principal financiador da escola - foram contratados professores de dentro e de fora do país, como o engenheiro Bruno Rudolfer, professor de estatística, André Dreyfus da Faculdade de Medicina de São Paulo para a cadeira de biologia social, os norte-americanos Horace Davis de economia social e Samuel Harman Lowrie de Sociologia geral, que, como veremos, viria a realizar uma série de pesquisas no Departamento de Cultura, entre outros. (KANTOR; MACIEL e SIMÕES. 2001).

Os cursos foram iniciados em julho de 1933 e, tal como se previra, os primeiros professores foram recrutados entre “elementos de valor de nossas classes cultas”, que deixaram marcas profundas de sua passagem pela instituição. Foram esses professores brasileiros que, desde a aula inaugural, marcaram a orientação da Escola, mas ao seu lado, tal como previram também os fundadores, foram postados, de início, professores estrangeiros contratados nos Estados Unidos da América do Norte, país com o qual a instituição manteve, nestes vinte e cinco anos, ininterrupta ligação intelectual. Os estrangeiros, (alguns foram posteriormente contratados na Europa), que trabalhavam em regime de tempo integral, concorreram decisivamente para estimular a pesquisa científica (BERLINCK. 1958, p. 133).

Em 25 de janeiro de 1934, através do Decreto 6.283, cria-se a Universidade de São Paulo e nela a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A preocupação com a consolidação de organizações universitárias expressa no manifesto pela criação da Escola Livre de Sociologia e Política é também compartilhada e pleiteada, por um longo processo, pela auto-intitulada *elite cultural*, diretamente responsável pela criação da Universidade de São Paulo, ou seja, os educadores reformadores, antigos integrantes da Liga Nacionalista, grupos sociais atuantes no mercado cultural e dirigentes políticos de São Paulo, tais como Armando de Salles Oliveira, André Dreyfus e Raul Briquet (LIMONGI, 2001; SIMÕES 2001).

Apesar das diferentes formas de operacionalização, está presente nas duas instituições de ensino superior a intenção de formar quadros para garantir a inserção ou re-inserção paulista na esfera política nacional e com o estabelecimento do papel do Estado, enquanto gerente ou condutor. Sob a mediação de George Dumas, professores franceses, com influência durkheimiana, são contratados para a Universidade de São Paulo, e, embora não constituam um grupo necessariamente homogêneo, vem atender os objetivos de modernização e formação de quadros. Atendem também a interesses franceses pelo Brasil, enquanto espaço a ser descoberto e pesquisado; representam a fuga de um país cada vez mais inseguro financeira e politicamente com ascensão do fascismo e ausência de verbas de pesquisas. Significam, inclusive, “a construção de novos paradigmas” por alguns cientistas, por exemplo, os ligados aos centros de debates representados pela Revista *L’Anne Sociologique*, pelo *Institut Français de Sociologie* e pelos *Annales Sociologiques*, através “de um acesso direto à Universidade de São Paulo e às investigações em território brasileiro” (PEIXOTO, 2001, p.504).

Os assinantes do Manifesto da Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política comprovam claramente a participação de um mesmo grupo envolvido nas discussões da fundação da Universidade de São Paulo. A convivência entre os articuladores da fundação das duas instituições de ensino de Ciências Sociais se torna claramente evidente no depoimento de Rubens Borba de Moraes, em trecho que narra o diálogo com Armando de Salles Oliveira, interventor de São Paulo:

Aconteceu uma coisa muito grave nessa época; foi quando, em 1930 e poucos, 1936, 1934, 1936, (sic) Armando de Salles Oliveira e Julinho Mesquita resolveram fundar a Universidade de São Paulo. Então ficamos muito entusiasmados com a idéia de fundação da universidade, mas a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras vinha duplicar a Escola de Sociologia e Política, quer dizer, vinha realizar a nossa idéia de que precisava se ensinar no Brasil, Sociologia, Estatística e tal. O governo criando uma escola numa universidade, com departamento encarregado disso matava a Escola de Sociologia e Política.

Cyro ficou apavorado, Tácito também, eu, todos nós, e resolvemos ir falar com Armando de Salles. E Armando de Salles disse:

Vocês estão enganados, absolutamente, eu conheço a Escola de Sociologia e Política é uma coisa excelente, mas precisam se convencer de uma coisa, vocês são uma escola livre e a outra vai ser uma escola oficial, porque é necessário que haja uma escola livre com mais liberdade, com mais abertura

que o governo não pode fazer. E, ao contrário, vocês devem continuar, eu continuarei a prestigiar a Escola de Sociologia e Política e ela não vai duplicar, porque mesmo que ela tenha a mesma cadeira, terá outros professores, quer dizer, outros pontos de vista, outras coisas. Vocês também precisam se convencer de uma coisa, que a universidade vai ser uma escola oficial, dentro de um regulamento, de um ministério, dentro de umas coisas, tudo isso, que a escola livre não terá, a escola livre vai ser uma coisa mais aberta para o público. A Escola de Sociologia vai receber muita gente já formada, como vocês têm atualmente.

E nos animou a continuar, Simonsen ficou também muito animado e falou “Não, vamos continuar”, e continuaram (MORAES, 2001. p.131).

A despeito das críticas que ocorreram por conta de grupos opositores, houve reconhecimento na área intelectual e governamental sobre os trabalhos elaborados pelas duas organizações de ensino de Ciências Sociais e o Departamento de Cultura. Estabeleceram-se enquanto instituições necessárias a qualquer governo que tenha no Estado o seu principal agente, onde sua utilidade numa gestão pública é inquestionável, independentemente do sistema educacional, currículo, programa ou corpo docente que podem ser alterados conforme interesses do momento. O temor que atingiu a Escola Livre de Sociologia e Política, levando, inclusive, o professor Samuel Hermann Lowrie a defender sua manutenção junto aos deputados paulistas (LOWRIE, 1935b), fez com que algumas ações de proteção fossem tomadas ao longo dos anos. Dentre elas está a subvenção dada pelo governo estadual e a inclusão da escola como órgão complementar à Universidade de São Paulo, em 1938. Mesmo durante o Estado Novo, sua manutenção foi possível graças à ligação de Roberto Simonsen, já que o empresário diminuía o *clima de esquerda* presente na Escola. Simonsen também viabilizou o reconhecimento do currículo do curso de Sociologia como modelo para institucionalização do bacharelado em Ciências Sociais no Brasil, em 1946 (BERLINCK, 1964. p. 281- 305).

A criação da Universidade de São Paulo foi uma espécie de coroamento das ações de educadores como Fernando de Azevedo, responsável pela redação do já citado *Manifesto dos Pioneiros* de 1932. Azevedo era reconhecido por seu trabalho na área da Educação, pois promoveu uma reforma educacional, quando esteve à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, entre 1927 e 1930, considerada marco de uma série de tentativas para renovação do ensino no Brasil. Entre os princípios básicos considerava a educação como necessidade social reconhecida e organizada pelo Estado, com a introdução da escola única

através de um plano geral e acessível a todos (PILETTI. 1994). O educador foi um dos principais introdutores do pensamento de Émile Durkheim, redigiu a Lei de Criação da Universidade de São Paulo, nela assumiu os cargos de diretor do Instituto de Educação, de 1933 a 1938; foi diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de 1941 a 1943 e chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em 1947.

Como outros intelectuais, sua presença ficou quase nos bastidores do Departamento de Cultura, mas suas reflexões subsidiaram intensamente o trabalho realizado não só no Departamento de Cultura, como também ele assessorou e organizou as instituições de ensino superior de Ciências Sociais e o próprio Governo do Estado de São Paulo. Azevedo além de elaborar o texto para o projeto de Lei que cria a Universidade de São Paulo foi, segundo Paulo Duarte, um dos principais colaboradores no texto do projeto do Departamento de Cultura - inquérito sobre educação em São Paulo, tornando-o assim, um dos mentores das ações articuladas entre as instituições de ensino e a administração pública.

Mandeí cópia a uma porção de gente: Plínio Barreto, Anhaia Melo, Júlio de Mesquita Filho, F. E. Fonseca Teles, Fernando de Azevedo, Antônio de Almeida Prado, Cantídio de Moura Campos, sem contar, está claro o nosso grupinho. As cópias me foram devolvidas uma semana depois, cheias de anotações. Todas tinham coisas utilíssimas, mas a mais completa, a melhor estruturada era a de Fernando de Azevedo. (DUARTE, 1985, p. 51).

A criação da Universidade de São Paulo fora possível porque em 1934 o presidente Getúlio Vargas nomeara Armando de Salles Oliveira como interventor do Estado de São Paulo, como forma de amenizar os conflitos que culminaram em 1932. Oliveira era genro de Júlio Mesquita, e dirigia juntamente com Júlio Mesquita Filho o jornal *O Estado de S. Paulo*. Era paulista e havia participado em 1931 da estruturação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, assim como Roberto Simonsen. Representou São Paulo na Assembléia Constituinte e foi indicado como interventor por coligação entre o Partido Republicano e Partido Democrático.

A nomeação de um representante da elite política paulista, associada aos resultados considerados positivos da Carta Constitucional, gerou certa euforia sobre as possibilidades de influência do Estado de São Paulo nos rumos do país, além de imprimir ao movimento de

1932 um ar de vitória paulista (CAPELATO, 1989). As condições para se formar dirigentes começavam a tomar corpo, assim como também se concretizava a oportunidade de que líderes com projeto de cunho liberal assumissem a gestão das instituições antigas e novas. A esse contexto vincula-se a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo e do Departamento de Cultura de São Paulo, instituições que, ao se articularem, buscaram aliar a reflexão e a prática. Podem bem simbolizar a euforia vivida pelos grupos dirigentes paulistas, tanto na esfera política quanto na cultural, no início dos anos 30, mas, no entanto, parecem ter sido, de fato, apenas uma concessão do governo federal, extinta com o golpe de 1937.

Em 1934 Armando de Salles Oliveira nomeia prefeito da capital paulista o engenheiro Fábio Prado, originário de família tradicional de produtores de café e também industrial, o qual sintetizava aos olhos de boa parte da elite econômica a imagem do líder que a cidade precisava. O novo prefeito inicia uma gestão que reformula a administração municipal com diretrizes cujo objetivo maior é instrumentalizá-la para seu papel de organizadora da vida na cidade, com maior participação no cotidiano dos indivíduos. Os nomes participantes deste órgão também se envolveram com outros projetos, o que permite perceber a compreensão que tinham da cidade, com pressupostos semelhantes aos das ciências naturais. Acreditava-se na possibilidade de ler a cidade como um organismo a ser estudado, compreendido e, a partir de um diagnóstico, planejar suas ações para atingir o desenvolvimento almejado.

Para Carlos A. C. Lemos, a atuação de Fábio Prado como prefeito de São Paulo, fora a sua atuação na área urbanística com, por exemplo, a abertura de grandes avenidas¹, deu-se em três campos: além de encampar e por em prática as propostas de Mário de Andrade e Paulo Duarte, realizou a organização do quadro executivo de funcionários e a racionalização dos atos administrativos e trouxe para a ordem do dia a questão da assistência social;

sobretudo tentando suprir com brevidade a carência de pesquisas, por meio de métodos científicos, visando informações básicas sobre a população desfavorecida. As pesquisas sociais desenvolvidas em seu governo foram fundamentais, com visíveis resultados práticos, como aconteceu, por exemplo, com o aperfeiçoamento dos parques infantis. (LE MOS; SAMPAIO, 2006, p. 22)

¹ Neste período foram iniciadas as obras - previstas no Plano de Avenidas elaborado por Prestes Maia e Ulhoa Cintra em 1929 - da Avenida Rebouças, Avenida e Túnel Nove de Julho, Avenida 23 de Maio (antiga Itororó), viadutos Martinho Prado e do Chá.

Ao longo de toda a gestão de Mario de Andrade à frente do Departamento de Cultura, Fábio Prado foi de suma importância na medida em que sempre o apoiou em todos os seus projetos, notadamente com os recursos financeiros que eles demandavam. Mas, o grande articulador político das condições para implantação do Departamento de Cultura foi Paulo Duarte, assessor de Fábio Prado. Paulo Duarte fez parte da redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, participou da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932, a qual ocasionou seu primeiro exílio. Ao retornar, foi eleito deputado estadual em 1934, pelo Partido Constitucionalista - posterior Partido Democrático, tornou-se chefe de gabinete da administração municipal e apresentou o projeto do Departamento de Cultura ao prefeito Fábio Prado, além de indicar os principais nomes para a instituição.²

Como afirma Antonio Candido, o período dos anos de 1930 não realizou uma socialização no acesso aos bens culturais para toda a população, mas ampliou-se significativamente esta possibilidade estabelecendo um processo de *rotinização* de serviços culturais sem precedentes (CANDIDO, 2006). Verifica-se no período a estruturação de mecanismos eficazes de caracterização e elaboração de propostas no âmbito da política cultural e mesmo da administração pública como um todo. Caracterizando-se como um projeto de organização social cujo papel do Estado é fundamental, sua diretriz central pode ser definida como instrumentalizar para entender, depois planejar, depois agir. Para o estabelecimento de políticas públicas é que foi criado o Departamento de Cultura de São Paulo, sendo a cultura vista no seu sentido amplo de formação humana. Ultrapassando as políticas culturais voltadas apenas às artes, propõe, por exemplo, a incorporação dos Parques Infantis e da Seção de Estatísticas, entre outros setores, incorpora a Revista do Arquivo Municipal como veículo de divulgação das próprias ações e das reflexões consideradas concernentes com as diretrizes gerais da gestão, conferindo-lhe a credibilidade necessária.

As relações profissionais de alunos e professores das duas instituições com o Departamento de Cultura de São Paulo em seus primeiros anos de funcionamento, a aplicação prática dos estudos desenvolvidos, desde a elaboração, a implantação e sua divulgação na Revista do Arquivo Municipal serão objeto de análise nos próximos capítulos, através da ênfase na contribuição dada por Samuel Harman Lowrie e Dina Lévi-Strauss. Por mais que se

² Após a implantação do Estado Novo Paulo Duarte é exilado, assim como outros políticos que garantiam a sustentação da política da administração municipal. Para Paulo Duarte houve uma perseguição e destruição dos projetos, nunca se conformou com as mudanças de prioridades da administração municipal após 1938, a diminuição de verbas para projetos culturais e ênfase nas obras de urbanização, sinalizou o ostracismo a que o órgão seria submetido nos anos subsequentes. (DUARTE, 1976 e 1985).

possa considerar incipientes as políticas reformistas gestadas no Departamento de Cultura, como afirmou Fernando Limongi (LIMONGI. 2001, p. 257-275), as pesquisas realizadas junto ao Departamento do ponto de vista da construção acadêmica da ciência social, certamente não o foram do ponto de vista de políticas públicas, pois a coleta de dados, sua organização, o tratamento e a aplicação dos conhecimentos obtidos em propostas de políticas administrativas municipais significaram uma novidade, exatamente como esperavam os investidores financeiros de cada entidade de ensino. Os primeiros anos das três instituições reafirmam o elo existente entre o poder político municipal e a capacidade de formação através do ensino, para o desenvolvimento de práticas administrativas.

Ao descrever os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores ligados direta ou indiretamente às duas instituições de ensino de Ciências Sociais sob os auspícios do Departamento de Cultura de São Paulo – transformando-se este órgão municipal, respeitados os limites de sua atuação e função, num espaço de discussão e de investigação científica – ponderarei sobre a existência de pequenos frutos, já no decorrer dos anos de formação dos primeiros alunos, da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política, e sobre a existência de uma prática de ciência aplicada no campo da administração municipal e fundamentalmente na influência direta ou indireta que tiveram nas gerações posteriores.

As pesquisas serviram como base para implantação de projetos de políticas públicas e como experimentação e concretização dos pressupostos teóricos tratados nas aulas dos professores, estrangeiros ou não, nos cursos de Ciências Sociais de São Paulo e em atividades autônomas, como os cursos de extensão universitária promovidos pelo Departamento de Cultura. Assim, vemos a participação em eventos como o Congresso Internacional do Folclore em Paris e o II Congresso Afro-brasileiro em Salvador, ambos em 1937, e as discussões na Sociedade de Etnografia e Folclore e na Sociedade de Sociologia, criadas sob o auspício do Departamento. Os resultados ou frutos das atividades culturais foram divulgados intensamente através da Revista do Arquivo Municipal e de outros periódicos e jornais, como *O Estado de S. Paulo*.

Dentre as publicações realizadas pela Revista do Arquivo Municipal que demonstram o vínculo existente entre as escolas e a municipalidade, além da busca pela construção de credibilidade e divulgação institucional, merece destaque a publicada em 1937, no vol. XXXVIII. O artigo registra os nomes de intelectuais considerados como representantes do pensamento sociológico brasileiro, a fim de justificar a participação da Sociedade de Sociologia de São Paulo no Congresso de Ciências Sociais de Paris a ser realizado nos meses de junho e julho do mesmo ano. No texto, *La sociologie contemporaine au Brésil*, assinado

por Alberto Conte, Achiles Archero Junior e Eudoro Ramos Costa estão elencados, entre outros, os nomes de Pontes de Miranda, com obras influenciadas pela Sociologia alemã; Fernando de Azevedo, que além dos trabalhos sobre educação, publica a obra *Princípios de Sociologia* em 1935, recebe elogios dos professores Claude Lévi-Strauss e de Paul Arbousse-Bastide, sobre as referências sociológicas da França, Alemanha, Inglaterra, Itália, e Estados Unidos, além da grande influência da escola e obra de E. Durkheim; citam Carlos Eduardo de Carvalho, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre, Roquete Pinto, Oliveira Vianna, Roberto Simonsen; relacionam os periódicos considerados pela Sociedade de Sociologia como as mais importantes: Anuário da Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Arquivos do Instituto de Educação; Revista do Arquivo Municipal – Departamento de Cultura de São Paulo; Anais do Museu Paulista e Revista do Museu Paulista; Anuário Estatístico, Documentos Interessantes e outros documentos com dados sobre as indústrias, agricultura, comércio – Departamento de Estatística e de Arquivos do Estado de São Paulo; Revista de História – Instituto de História. Acrescentam que a Sociologia é ensinada em todas as Escolas Normais, no Instituto de Educação, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. (CONTE; ARCHERO JR.; COSTA, 1937, p. 47-56)

Os artigos publicados na Revista do Arquivo Municipal e os trabalhos de pesquisa realizados nos primeiros anos são já os primeiríssimos frutos das Ciências Sociais de São Paulo. Estes esforços prepararam terreno para o desenvolvimento dos trabalhos dos pesquisadores profissionais e acadêmicos. Geraram, por exemplo, o ambiente propício na Escola Livre de Sociologia e Política para o programa voltado à prática empírica introduzida por Donald Pierson. Para uma espécie de ratificação da proposta de análise incluo uma citação de Antonio Candido, em homenagem a Florestan Fernandes, onde ele faz referência a uma das pesquisas aqui apresentada, como uma contribuição à constituição das Ciências Sociais em São Paulo:

Como estudante, ele aproveitou ao máximo as oportunidades oferecidas então em São Paulo para a formação em ciências sociais, aprofundando-se tanto na linha mais teórica da Faculdade de Filosofia, quanto na linha mais empírica da Escola de Sociologia e Política. Esta teve muita importância na implantação da pesquisa sociológica em São Paulo, sob o impulso dos sociólogos americanos Horace Davis e Samuel Lowrie, substituídos mais tarde por Donald Pierson, sem falar que, durante alguns anos, ensinou nela

Radcliffe-Brown, que teve larga influência no sentido da orientação funcionalista.

Lowrie efetuou uma pesquisa, que considero histórica, sobre as condições de vida dos lixeiros da cidade, a meu ver um sinal da virada temática que seria a característica da nossa geração, deslocando a Sociologia do estudo preferencial das classes dominantes para o estudo das classes dominadas. Na Faculdade de Filosofia, a partir de 1940, houve uma espécie de reviravolta empírica fazendo com que fosse privilegiada a pesquisa, e as pesquisas se concentraram nestas classes subalternas, cessando praticamente os estudos sobre as privilegiadas. Assim, passamos a estudar o negro, o índio destribalizado, o trabalhador urbano, o lavrador pobre, o pescador etc. Esta tendência renovadora constituiu de certo modo um retorno simbólico à grande exceção que fora Euclides da Cunha no começo do século, em contraposição a estudiosos das elites, como Oliveira Viana e Gilberto Freyre (CANDIDO, 2002, p. 136-137).

1.3 A constituição do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo

O depoimento de Rubens Borba de Moraes demonstra a dinâmica do grupo que foi responsável pela criação do Departamento de Cultura e que, naquele momento, estava com o poder político no município:

Nessa altura a Semana já estava feita (...) ninguém mais discutia modernismo, aceitava-se ou não, mas ele existia. (...) Nós resolvemos, quase que o mesmo grupo, alguns vieram, se agregaram ao nosso grupo, como Paulo Duarte, nós resolvemos que era preciso agir culturalmente em São Paulo, quer dizer, era necessário haver um organismo do governo que cuidasse da cultura, não da instrução, mas da cultura. (...) O Fábio topou, e nós fizemos o Departamento de Cultura. (MORAES, 2001. p. 133)

A naturalidade das palavras quase esconde o fato de haver condições políticas para a implantação do *organismo de cultura*. Mas é necessário pontuar as circunstâncias legadas pela Assembléia Constitucionalista que viabilizaram o estabelecimento do Ato Municipal.

A conjuntura que propiciou a criação de órgãos como o do Departamento de Cultura, da Universidade de São Paulo, da Escola Livre de Sociologia e Política e de outras instituições, possui características que tanto tendem a um projeto de inspiração conservadora, cujos interesses são o controle social e com vistas à manutenção do *status quo* da classe economicamente dominante de São Paulo, quanto apontam a um projeto de atendimento de necessidades sociais básicas de parcelas da população antes desconsideradas, demonstrando um avanço social e possibilitando certa ascensão em direção a um estado de bem estar. Fazem parte também de um mesmo corpo de reflexão, próprio do pensamento da política liberal com base na crença de um sistema democrático, no qual o Estado tem importante papel para a organização da vida social.

A Carta da Constituição de 1934 pode ser lida como a que, naquele instante, instituiu legalmente a Segunda República Brasileira. Através dela foram introduzidos elementos novos no papel do Estado junto à sociedade Brasileira. Apesar da curta duração, esta carta foi festejada e serviu como subsídio às Constituições posteriores, inclusive à atual de 1988 (FERRAZ, 1993). Sua elaboração surge dentro de um desencadear de fatos da história política brasileira, ou como afirma Pontes de Miranda, o constitucionalismo brasileiro sempre se

prende a um fato, e em 1934 não foi diferente: “Porque 1930 não foi nem partiu da vontade de uma Constituição: 1930 produz 1932, que a apressa, e 1934, que a realiza.” (MIRANDA, 1936, p.9).

A Carta de 1934 trouxe inovações não encontradas em nenhuma outra Constituição fora do Brasil, como delegar ao Senado prerrogativa do controle de constitucionalidade (após definição do Poder Judiciário), o que possibilitava ao Senado suspender atos, leis, deliberações ou regulamentos considerados inconstitucionais – prerrogativa semelhante ao Artigo 49 da atual Constituição Brasileira, 1988 - (FERRAZ, 1992). A inovação mais celebrada e significativa para a presente análise diz respeito à introdução de matéria referente à ordem econômica e social, configurando-se por um momento de intervenção Estatal na esfera econômica, a fim de garantir um mínimo de bem estar social. Sem significar um abandono do sistema econômico vigente, mas sim a tentativa de correção das deficiências do liberalismo a ponto de evitar suas indesejadas e perigosas consequências de insatisfação social (FERREIRA FILHO, 1990, p. 14).

No que diz respeito à proteção social do trabalhador, a Constituição de 1934 estabeleceu, entre outros, os seguintes preceitos: proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho; salário mínimo condizente com as necessidades básicas do trabalhador conforme a região; jornada de oito horas de trabalho; proibição de trabalho a menores de 14 anos, e de trabalho noturno de menores de 16 anos e em indústrias insalubres a menores de 18 anos e mulheres; descanso semanal; e férias anuais remuneradas.

Cerca de dez artigos estão dedicados ao sistema educacional e praticamente não há citações às questões culturais, o que leva a confirmar o caráter inovador da criação do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo³. No entanto, a lei que o criou está fundamentada na Constituição Brasileira de 1934, no que diz respeito na atuação do Estado como responsável pelo bem estar social. Criado um ano depois pela Prefeitura de São Paulo através do Ato 861 de 30 de maio de 1935, o Departamento tem como finalidades centrais:

- a) estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural; b) promover e organizar espetáculos de arte e cooperar em um conjunto sistemático de medidas, para o desenvolvimento da arte dramática, e, em geral, da música, do canto, do teatro e do cinema; c) por ao alcance de todos, pelos serviços

³ São dedicados à educação e cultura os artigos do número 148 ao número 158, sendo que apenas o artigo 148 menciona explicitamente a questão cultural, os demais tratam do sistema educacional, desde a responsabilidade da família ao dever do Estado em garantir educação a todos.

de uma estação rádio-difusora, palestras e cursos populares de organização literária ou científica, cursos de conferências universitárias, sessões literárias e artísticas, enfim, tudo o que possa contribuir para o aperfeiçoamento e extensão da cultura; d) criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população; e) organizar, instalar e dirigir parques infantis, campos de atletismo, piscinas e estádio da cidade de São Paulo, para certames esportivos nacionais ou internacionais; f) fiscalizar todas as instituições recreativas e os divertimentos públicos de caráter permanente ou transitório que forem estabelecidos no Município; g) recolher, colecionar, restaurar e publicar documentos antigos, material e dados históricos e sociais, que facilitem as pesquisas e estudos sobre a história da cidade de São Paulo, suas instituições e organizações em todos os domínios da atividade. (SÃO PAULO, 1935).

Em sua definição geral consta o interesse em atingir todas as camadas sociais da população, ampliar as ações a todas as possibilidades que garantam o aperfeiçoamento e extensão do que se compreende como cultura. Um aproveitar da abertura que a União proporcionou além de contar com quadros afoitos pela implantação de projetos fomentados pela intelectualidade paulista. A clareza da lei de criação estabelecendo atribuições, garantindo ações, agregando as instituições culturais existentes, criando novas, distinguindo as atividades educacionais formais, das de formação cultural, além de efetivar processos de registros e documentação histórico-social, demonstra firmemente a conexão de seus propositores com as discussões preeminentes. E pela primeira vez no país um órgão é criado para estabelecer e executar política cultural.

1.4 As Divisões do Departamento de Cultura e suas atribuições

O tom dado por Rubens Borba de Moraes ao falar da criação do Departamento de Cultura é percebido em depoimentos de outros integrantes do grupo de intelectuais participantes da elaboração do projeto ou de seu cotidiano. Havia um entusiasmo em relação à possibilidade real de influir nos destinos da cidade e do país.

Conforme relato de Paulo Duarte, a idéia do Departamento de Cultura foi gerada durante encontros informais no seu apartamento em São Paulo, entre os mais assíduos estavam Mário de Andrade, Antonio de Alcântara Machado, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet (DUARTE, 1976). Com exceção de Antonio de Alcântara Machado, falecido em 1934, estes intelectuais se envolveram intensamente nas atividades do novo órgão municipal, sendo que Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes também se dedicaram à Escola Livre de Sociologia e Política. Assim, a realização das propostas do órgão municipal de ações culturais deve-se, desde a sua elaboração, à presença de um grupo interessado e comprometido com o projeto e garantido pela vontade política do poder executivo municipal, representado naquele momento por Fábio Prado.

A relevância do Departamento de Cultura se deve à intensidade de realizações ocorridas no curto espaço de tempo em que o órgão municipal foi chefiado pelo escritor Mário de Andrade. Antonio Candido, em prefácio ao livro *Mário de Andrade por ele mesmo*, de autoria de Paulo Duarte, dá uma idéia do significado do conjunto de ações desenvolvidas pelo Departamento no período de 1935-38:

Não apenas a rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas. (...) a tentativa de Mário de Andrade e Paulo Duarte para fazer da arte e do saber um bem comum; para incorporar as conquistas do Modernismo à tradição que ele veio atualizar e fecundar; para extrair dos grandes ideais do decênio de 1920 as conseqüências no terreno da educação e da pesquisa. (CANDIDO, apud DUARTE, 1985, p. XIV-XV).

Falar do Departamento de Cultura de São Paulo é falar do escritor Mário de Andrade, autor de inúmeras obras, entre elas, *Macunaíma*, *Paulicéia Desvairada*, *Amar Verbo Intransitivo*, *Modinhas Imperiais*, *Samba Rural Paulista*, *Turista Aprendiz*, *O Banquete*, *Música*, *Doce Música* e um dos principais representantes da Semana de 1922, marco do movimento modernista brasileiro. Sua apresentação sempre parece sujeita a limitações. Dar conta das inúmeras contribuições deste intelectual é tarefa para poucos, mas conhecer o mínimo de seu trabalho é obrigação daqueles que pensam a cultura brasileira, tenha ela a concepção que for. Seu interesse toca diferentes áreas de conhecimento, biblioteca pessoal com cerca de 10 mil títulos, coleção de artes visuais que sintetiza a produção da arte moderna

no Brasil e arquivo documental apresentando constantemente novos caminhos de pesquisa, onde as correspondências impressionam qualquer estudioso, devido a sua capacidade de interlocução.

Apesar da certeza de não querer se envolver politicamente em nenhum propósito governamental, Mário de Andrade carregava em si o desejo indubitável da transformação de conceitos sobre a cultura brasileira em atos, conceitos estes tão explorados em sua obra de escritor, de professor, enfim, de pensador; encantava-lhe vislumbrar a possibilidade de concretização das provocações lançadas na semana de arte moderna de 1922 e posteriormente elaboradas e reelaboradas no desenrolar da história paulista, marcada por momentos políticos expressivos como a revolução de 1932. Ou seja, seria uma oportunidade difícil de deixar escapar e, com certeza, o homem maduro não se perdoaria, caso não assumisse sua posição na história. Por esta razão Paulo Duarte não teve dúvidas ao convidar o escritor para coordenar o Departamento de Cultura de São Paulo, e de quem ouviu o corretíssimo prognóstico: *você vai acabar com meu sossego!* (DUARTE, 1985)

A relação de interdependência de fenômenos do âmbito individual e coletivo faz da escolha da entrada do homem privado na cena política, no público, seu conflito permanente. A despeito dos aspectos negativos do poder, é a crença na sua contribuição para a estruturação da sociedade na qual acredita, o poder da liberdade da ação descoberto pelo indivíduo Mário de Andrade que o levam a assumir a direção do órgão municipal. Convencido por Paulo Duarte, o escritor foi nomeado, simultaneamente, diretor do Departamento e da Divisão de Expansão Cultural. Os trabalhos de Mário, no Departamento, na literatura, na crítica, na pesquisa, no Conservatório Dramático estão vinculados de forma transparente às suas experiências pessoais de contato com a realidade brasileira, tanto junto à elite intelectual e econômica, quanto com a população em grande parte analfabeta.

Mário de Andrade revela-se um bom administrador público, envolve-se com o trabalho de forma visceral, afasta-se de suas produções literárias e busca por em prática projetos idealizados em seus estudos, tais como as pesquisas etnográficas na área da música e das manifestações populares. Além da elaboração do projeto do Departamento de Cultura, escreve o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan⁴ e propõe a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore. Articula e pensa a máquina administrativa a fim de dar forma e continuidade às reformulações e às novas estruturas, junto com uma equipe comprometida com o projeto. Soube coordenar a instituição como poucos

⁴ Atual Iphan – Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional – ligado ao Ministério da Cultura.

intelectuais na história souberam. É possível afirmar que, não fosse ele, as ações poderiam sair do papel, mas com certeza a qualidade impressa não seria a mesma. Também não é fácil afirmar se Mário acreditou ser impossível que mudanças políticas alterariam o andamento e prioridades das atividades do Departamento de Cultura de São Paulo, o fato é que ele sofreu muito ao ter que sair da instituição e ver-se obrigado a aceitar outro cargo administrativo junto ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Podemos apreender sua entrega ao trabalho no Departamento no discurso de paraninfo feito no Conservatório Dramático Musical no ano de 1935, quando explicita sua responsabilidade de homem público, segundo a qual não havia espaços para a felicidade que detinha antes, enquanto estivesse diante das inúmeras coisas a serem feitas em prol da cultura e da formação cultural do povo brasileiro. (ANDRADE, 1936, p. 75-86)

Para desenvolver os objetivos do Departamento de Cultura e Recreação foram criadas cinco Divisões:

- Divisão de Educação e Recreio com Seção de Parques Infantis e Seção de Estádio, Campos de Atletismo e Piscinas;
- Divisão de Bibliotecas;
- Divisão de Documentação Histórica e Social com Sub-Divisão de Documentação Histórica, Sub-Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais e Seção Gráfica;
- Divisão de Expansão Cultural com Seção de Teatros, Cinemas e Salas de Concerto e Seção de Rádio-Escola;
- Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos com Seção de Turismo e Seção de Divertimentos Públicos, que apesar de criada, não chegou a ser implantada.

Os artigos do Ato 861 de 30 de maio de 1935, que cria e organiza o Departamento de Cultura e Recreação, descrevem minuciosamente as atribuições de cada Divisão. Serão destacados e analisados seus desdobramentos, aqueles que dizem respeito estritamente ao assunto aqui tratado.

A Divisão de Educação e Recreios mantém e constrói novos parques infantis e inicia a construção do estádio municipal de futebol (atual Estádio do Pacaembu). Ações como a criação de parques infantis viabilizariam o convívio entre crianças de diferentes origens, que sob orientação de profissionais formados ou especializados nas instituições de ensino superior, poderiam iniciar um processo chamado, à época, de amálgama social, ou melhor, de

aculturação. Ao analisar o papel dos parques infantis como um mecanismo de propiciar às crianças uma educação não formal, com base na cultura e no direito a brincar, Ana Lúcia Goulart de Faria avalia que esta idéia “já estava contida no Manifesto dos Pioneiros de 32 que, vendo a criança pequena de uma forma mais global, não separava educação, cultura e saúde” (FARIA. 1999. p. 62). A origem desta similaridade se pode creditar à contribuição dada por Fernando de Azevedo no momento de elaboração do projeto do Departamento de Cultura. Manifesta-se uma preocupação com a formação dos educadores e demais profissionais dos parques infantis, exigindo diplomação em educação sanitária. Entre as competências do chefe do Serviço de Parques Infantis consta a promoção, ou solicitação aos institutos especializados, de inquéritos e pesquisas junto à população infantil freqüentadora, explicitando o interesse etnográfico:

promover, com a colaboração do corpo docente das instituições escolares municipais, estaduais e particulares, um inquérito permanente de pesquisas folclóricas, e, mais geralmente etnológicas, entre a população escolar, recolhendo, assim, as tradições de costumes, superstições, advinhas, parlendas, histórias, canções, brinquedos, etc., sendo os resultados desses inquéritos devidamente selecionados, organizados e catalogados em seções distintas e publicados na revista do Departamento (SÃO PAULO, 1935. art.. 42).

A Divisão de Bibliotecas propicia uma nova dinâmica às bibliotecas existentes ao alterar seus horários de funcionamento, sistematizar a catalogação e, principalmente, ao comprar livros novos, gerando um aumento em torno de 200% do público freqüentador. Em 1936 a Divisão inicia a Seção Especial de obras raras com a aquisição da biblioteca “Brasileira” de Felix Pacheco e da biblioteca Alberto Lamago (posteriormente doada à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP). Como vimos, sob a direção de Rubens Borba de Moraes, a Divisão viabiliza ainda outros projetos, tais como: a criação do Curso de Biblioteconomia, a instalação de biblioteca infantil e bibliotecas circulantes e a compra de terreno e início do projeto para construção da nova sede da Biblioteca Municipal.

À frente da Divisão de Documentação Histórica e Social estava Sérgio Milliet que, assim como Mário de Andrade, foi um dos principais elaboradores da proposta do Departamento, além de participar ativamente da criação da Escola Livre de Sociologia de São

Paulo, ocupando o cargo de secretário e depois, em 1942, como professor na cadeira de Introdução à Ciência da Sociologia. Os trabalhos de pesquisa e de documentação histórica foram garantidos muito por sua participação junto à Escola Livre de Sociologia e Política, servindo de interlocutor entre as instituições, seus profissionais e alunos.

Entre as atribuições da Divisão de Documentação Histórica e Social constavam: recolher, conservar e divulgar documentos históricos; divulgar e trocar informações com outros institutos históricos sobre o resultado de pesquisas referentes à documentação histórica pertencente ao município; realizar levantamento social, econômico, comercial, industrial e agrícola da cidade, visando ao conhecimento sobre o desenvolvimento geral do município; realizar pesquisa sobre as atividades trabalhistas, índice de desemprego e proposição de recolocação no mercado de trabalho, também tendo em vista o social e intelectual do indivíduo; realizar pesquisa sobre padrões de vida em São Paulo, com destaque para a família operária a fim de buscar soluções para os problemas de custo de vida; colaborar para a padronização de coleta de dados e estudos sociais, de serviços de controle e informação (SÃO PAULO, 1935, art.63).

De acordo com o Ato de criação, o quadro funcional especializado da Seção de Documentação Social está vinculado às instituições de Ciências Sociais recém criadas. O trabalho de pesquisa podia ser feito por equipe contratada para cada inquérito ou em colaboração com institutos, como o Centro de Pesquisas Sociais do Instituto de Educação, a Seção de Ciências Sociais e Políticas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e outros. Os técnicos contratados deviam, necessariamente, ter feito o curso no Instituto de Educação e estágio nos Centros citados acima, ou similar reconhecido. Estava prevista a contratação de estrangeiros, caso faltassem técnicos nacionais. O Chefe da Seção de Documentação Histórica deveria ser historiador ou investigador de história, preferencialmente vindo da História ou Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; assim como o Chefe da Seção de Pesquisas e Documentação Social deveria ter feito curso no Instituto de Educação ou estágio nos centros de investigação já citados ou ser formado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Não há dúvidas, portanto, sobre o estreito vínculo entre as instituições de ensino superior e a administração municipal de São Paulo, além de ter sido muito importante na formação de um mercado de trabalho para pesquisadores sociais. Finalmente, a Revista do Arquivo Municipal, órgão oficial de divulgação dos atos do poder municipal de São Paulo ficava subordinada à Divisão de Documentação Histórica e Social, sendo o Diretor desta divisão seu redator

responsável (SÃO PAULO, 1935, art. 63 até 69). Nesta revista, como vimos, eram publicadas as pesquisas realizadas por cientistas sociais no Departamento de Cultura.

O público atendido nos Parques Infantis se transforma em objeto de pesquisas de caracterização populacional da Divisão de Documentação Histórica e Social. Nesse caso, os resultados retornam em forma de ações preventivas de saúde e alimentação junto às crianças freqüentadoras, além de assistência e orientação estendidas às suas famílias. Apesar de não executado, houve planejamento para construção de bibliotecas e de campos de atletismo nos bairros populares respeitando a pesquisa demográfica realizada pela Divisão de Documentação, responsável também por uma série de outras pesquisas, levantamentos e caracterização da cidade de São Paulo e sua população. Pode-se dizer que foi o germe da Secretaria de Planejamento e o início do papel do Estado no planejamento do desenvolvimento sócio econômico da sociedade. Formas de registro são atualizadas, contatos com institutos de pesquisas procuram garantir qualidade científica ao trabalho da Divisão, criação do Setor de Iconografia Municipal para iniciar um trabalho de documentação fotográfica, além da implantação da Gráfica Municipal que viabiliza a comunicação de resultados dos diversos estudos e ações da Prefeitura da Cidade de São Paulo, através da Revista do Arquivo Municipal, cuja tiragem e distribuição encontram uma dinâmica nova com a Gráfica, o que possibilita também a publicação de outros títulos de interesse da municipalidade.

Mário de Andrade acumulou as funções de Diretor do Departamento e da Divisão de Expansão Cultural, onde pode, entre outros conceitos, “por em prática a música como força socializante, formadora da coletividade de intérpretes e ouvintes” (TONI, 1985, p.17). Através da Divisão de Expansão Cultural, no parágrafo 4º do artigo 12 do Ato de criação do Departamento se estabelece a promoção de concursos anuais de peças teatrais e música de autores e com temas nacionais. O artigo 15 prevê a criação, pelo Prefeito, da Orquestra Municipal, com objetivo de promover concertos públicos ou com preços populares em Teatros Municipais, na Rádio-Escola e ao ar livre. O cinema, especificamente as produções de cunho pedagógico, é tratado no artigo 19: são estabelecidos benefícios fiscais aos cinemas e produtores nacionais que se dedicarem a exhibir e produzir filmes avaliados pela administração municipal como adequados para exibição. Inclusive com a criação de programação específica dedicada aos Parques Infantis e instituições de ensino. Além disso, o artigo 20 aponta medidas de proteção à infância e juventude quanto às programações consideradas inadequadas. Desta forma o Departamento assume como funções do Estado incentivar, financiar e difundir a produção cultural local, além de trazer para si a responsabilidade na criação e manutenção de

corpos estáveis de produção artísticos, assim como, o de proteger e estabelecer diretrizes para a formação dos indivíduos.

Dentre os corpos estáveis criados pela Divisão de Expansão Cultural estão a Orquestra Sinfônica do Município, o Trio e Quarteto de Cordas, o Coral Madrigalista e o Coral Paulistano. A Divisão realizou o Congresso Nacional da Língua Cantada (07 e 14 julho de 1937), com finalidade de estudar a diversidade de pronúncias existentes no país e propor uma padronização para a expressão do canto brasileiro. A reflexão sobre fonética proposta pelo Congresso partia da interpretação de que a língua, considerada como fenômeno social, tem papel fundamental para a formação da nacionalidade brasileira. Para o Congresso reuniram-se escritores, musicistas e filólogos de diversas partes do país, entre eles Cecília Meireles e Manuel Bandeira. Na área de artes plásticas projetou espaço para exposições, a atual Galeria Prestes Maia (Viaduto do Chá – Centro da Cidade de São Paulo).

A criação da Rádio-Escola, artigo 21, tinha entre seus objetivos a divulgação de atos municipais e informações consideradas de interesse público, com destaque para palestras, conferências e cursos ministrados pela Universidade de São Paulo. Ela seria transmitida através de linhas telefônicas do Paço Municipal, da sede da Universidade de São Paulo, do Teatro Municipal e outros locais autorizados pelo Diretor do Departamento. Apesar de toda a reflexão sobre o seu conteúdo e sua função, a Rádio-Escola não chegou a ser criada.

A Discoteca Municipal, criada para compor um acervo que subsidiasse as atividades da Rádio-Escola deveria, conforme a letra a do artigo 31, manter serviço de gravação e audição de obras de arte erudita, arte popular e de interesse folclórico, em especial o nacional. Não obstante, a Discoteca Pública Municipal adquiriu autonomia de uma seção e, em pouco tempo, ganhou destaque entre as ações da Divisão de Expansão Cultural. Transformou-se, ao longo dos anos, em depositária de documentos e registros que testemunham diferentes projetos do Departamento de Cultura de São Paulo. A Discoteca Pública Municipal disponibilizou aos seus consulentes um conjunto considerável de discos e partituras, bem como promoveu concertos e audições públicas de forma sistemática. Além de suas coleções tinha um serviço de gravações no qual registrava em três áreas: a música erudita, o folclore musical brasileiro e um Arquivo da Palavra (subdividido em registro de vozes de homens ilustres e registros para um estudo de fonética).

Na Discoteca Pública, Mário viu a possibilidade de incorporar sua ex-aluna Oneyda Alvarenga, pois considerava um desperdício o seu retorno à cidade natal de Varginha, após a formatura no Conservatório Dramático Musical. No dia 17 de agosto de 1935 Oneyda recebe telegrama de Mário solicitando que seguisse imediatamente para São Paulo, iniciando assim

sua vida profissional ao se tornar responsável pela primeira discoteca pública do Brasil, cargo que só deixará em 1968.

À frente a Discoteca, que hoje leva seu nome, Oneyda Alvarenga garantiu a organização e preservação de registros documentais fundamentais para a história cultural deste país, assim como permitiu a existência da Discoteca como proposta pelo Departamento de Cultura, servindo como modelo a outras instituições semelhantes, dentro e fora do país. Elaborou, ao longo dos anos, a organização de banco de dados, a edição dos registros feitos pelas pesquisas etnográficas da Divisão de Expansão Cultural, em livros, discos e filmes, além da produção de outros projetos musicais da Discoteca, que se tornou o próprio testemunho da política cultural da equipe envolvida no projeto inicial do Departamento de Cultura.

Outra realização do Departamento de Cultura, através da Divisão de Expansão Cultural com participação da Discoteca Pública Municipal foi a Missão de Pesquisas Folclóricas em 1938. Considerado um dos primeiros mapeamentos musicais brasileiros, a Missão de Pesquisas Folclóricas tem sua base teórica fundada nas aulas ministradas no Curso de Etnografia e Folclore e recebeu, por parte do Departamento de Cultura, todo o suporte técnico e financeiro para execução da pesquisa e coleta de campo.

Na Divisão de Expansão Cultural, foram oferecidos os cursos de Etnologia, por Arthur Ramos e o de Extensão Universitária de Etnografia, ministrado por Dina Lévi-Strauss, cujas atividades junto ao Departamento de Cultura são objeto do presente estudo. Estas ações se desdobraram em outras, tal como subvenção a pesquisas, por exemplo, a de Claude e Dina Lévi-Strauss na missão de registro e estudo dos índios Bororo e Kadiweu no Estado de Mato Grosso em 1935; a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, que posteriormente realizou a pesquisa de hábitos e costumes alimentares, danças e medicina popular do Estado de São Paulo intitulada “Mapas Folclóricos” – cujos resultados foram apresentados no Congresso Internacional de Folclore em Paris em julho de 1937.

Todas as iniciativas descritas foram tomadas entre 1935, momento de criação do Departamento, e 1938, ano de saída de Mário de Andrade. Não há como negar o quanto foi produtivo esse período e, naturalmente, considerar as inúmeras possibilidades de análise que se abrem. No que diz respeito ao presente trabalho será aprofundado, nos próximos capítulos, a contribuição de outros dois participantes, Samuel Harmann Lowrie e Dina Lévi-Strauss. O primeiro com atuação que demonstra a importância das pesquisas sociais para o planejamento da administração pública e a segunda, contribuindo para a formação de pesquisadores

etnográficos, com ênfase no registro sobre o Folclore brasileiro para subsidiar estudos futuros, concretização de um caro projeto do Diretor do Departamento de Cultura.

O Departamento de Cultura se insere no contexto histórico em que o Estado surge enquanto gestor de ações planejadas. No que diz respeito às ações culturais ele foi o primeiro órgão público brasileiro a tratar a área como tema de atos políticos, tornando-se, inclusive, modelo para outras instituições semelhantes dentro e fora do país. Sua prática fundamentava-se na idéia de educação em diferentes níveis, formar professores, formar elite dirigente, formar funcionários públicos, enfim formar as novas gerações de cidadãos para manter a Nação recém constituída enquanto República. E na idéia de cultura como um bem que deve ser colocado ao alcance de todos: o Departamento de Cultura se apresenta como um órgão capaz de instrumentalizar com métodos e práticas científicas a ação pública do Estado no campo da cultura. Nestas tarefas foi subsidiado pelas reflexões de profissionais que compuseram direta ou indiretamente as novas organizações de ensino superior, ou que por elas foram formados, tais como: a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Educação e o Instituto de Higiene.

Capítulo II - Contribuições de Samuel Harman Lowrie

2.1 Samuel Harman Lowrie

Esse Lowrie foi um sujeito extraordinário. Ele foi o tipo do pesquisador, do homem que trabalhava em documentos. Um sujeito esplêndido e extremamente capaz. Depois ele passou para a prefeitura, para a Divisão de Estatística e Documentação Social que o Departamento de Cultura da prefeitura criou. E ele publicou trabalhos notáveis, que são pioneiros no Brasil. Os primeiros estudos de recenseamento, de crítica de recenseamento, foram feitos por ele. Ele fez estudos de demografia, notáveis (RUBENS BORBA DE MORAES, 2001, p.130-133).

Samuel Harman Lowrie integrou o grupo dos primeiros professores da Escola Livre de Sociologia e Política e parece ter sido daqueles professores ou profissionais que, apesar de ter realizado significativo trabalho, não adquire destaque ao longo da história das instituições. No entanto, quando o olhar se detém para o cotidiano verifica-se a recorrência com que seu nome surge, demonstrando o quanto sua atuação influenciou o rumo de ações que subsidiaram a política pública e trabalhos científicos, evidenciando, portanto, não se tratar daquelas contribuições anônimas, nas quais os nomes dos atores desaparecem no decorrer do tempo, permanecendo apenas na memória de alguns. Desta forma, reconstruir sua presença é recolher pistas surgidas em artigos, depoimentos, em estudos acadêmicos, em documentação oficial e os próprios trabalhos publicados ou não e, por fim, montar uma colcha, cujos retalhos vão se encaixando e, aos poucos, se descortina o expressivo trabalho realizado por este professor norte americano.

Segundo Cyro Berlinck, os primeiros professores norte-americanos contratados pela Escola Livre de Sociologia e Política, foram selecionados após anúncio em jornal por Sebastião Sampaio, Cônsul Geral do Brasil em Nova York, a pedido de Roberto Simonsen. Foram selecionados Horace B. Davis e Samuel Harman Lowrie, considerados como percussores das pesquisas sociológicas durante os estudos das Ciências Sociais, ambos

formados pela Universidade de Columbia. Davis foi professor de Economia, apesar de realizar pesquisa sobre padrão de vida dos operários de São Paulo, permaneceu apenas um ano, seu contrato não foi renovado por motivos descritos adiante (BERLINCK. 1964).

O professor Horace B. Davis, que de início falava em francês e rapidamente aprendeu o português, definiu, pela primeira vez, numa escola superior brasileira, os conceitos marxistas de “classe social”, “ditadura do proletariado”, “sociedade sem classe” e muitos outros e também expôs os fatos posteriores à revolução de 1917 na Rússia, especialmente a Nova Política Econômica (NEP) (BERLINCK. 1964, p. 283, grifos do autor)

Ainda de acordo com Berlinck, Samuel Harman Lowrie foi responsável pelos primeiros cursos de Sociologia empírica e de Ciência Política dados no Brasil. Foi responsável também pela apresentação de um quadro de referência analítica, ao qual identificou como norte-americano e que seria, na verdade, a apresentação, pela primeira vez no país, da Teoria da Cultura, desenvolvida nos Estados Unidos pela Antropologia Cultural:

Essa nova análise do fenômeno social provocou o aparecimento entre nós duma terminologia própria, com novas definições de “cultura”, “traço cultural”, “complexo cultural”, “área cultural”, “conflito cultural”, “difusão cultural”, “mudança cultural” e numerosas outras. Assim, desde 1933 os conceitos da Antropologia Cultural foram geralmente aceitos em nossa instituição e passaram a fazer parte integrante do nosso universo do discurso (BERLINCK, 1964, p. 284, grifos do autor).

Lowrie foi contratado em 1933 para a disciplina de Sociologia Geral na primeira turma da Escola Livre de Sociologia e Política e permaneceu na instituição até o ano de 1938. Texano, nascido em 1894, formado pela Universidade de Columbia nos Estados Unidos, em 1922 com o estudo *Age classes among members of Congress and Parliament*. Obteve o título de PH-D com a tese *Culture Conflict in Texas 1821-1835*, publicada pela Columbia University Press, em 1932.

Em 06 de agosto de 1933 o jornal Folha da Manhã anuncia o próximo curso da Escola Livre de Sociologia e Política:

O professor Samuel Harman Lowrie fará um curso completo de Sociologia (um ano). É um professor de renome mundial, com vários trabalhos publicados sobre problemas sociológicos. Três vezes graduado pelo “Rice Institute”, de Texas, e pela “Columbia University” de Nova York, exerceu, durante quatro anos, o cargo de professor de Sociologia na Universidade de Soochow, na China. Presentemente, é professor da cadeira no “Muskingun College” (Ohio). (RECORTE, 1933).

Em contraposição à acolhida recebida por Lowrie, cujo contrato de um ano fora renovado em 1934 e considerado um profissional sério - “quase pastor protestante” segundo Mário Wagner Vieira da Cunha (CUNHA, 2001, p. 107) – Horace Davis, o segundo professor norte-americano trazido pela Escola Livre de Sociologia e Política sofreu severas críticas por seu posicionamento de esquerda. Sua proposta de curso sobre a comparação da economia no regime capitalista e no regime socialista contrariava os princípios estabelecidos pelo grupo representado por Roberto Simonsen na criação da Escola de Sociologia, que visava reverter toda a reflexão em benefício do empresariado paulista, através da organização do trabalho, da manutenção do sistema vigente de produção. Fora o mal estar da proposição do curso, houve também manifestações na imprensa, o *Diário da Noite* publica dura matéria de acusação, assinada por Monteiro de Mello, em que ataca não só do professor, mas à própria escola:

Importação de inimigos da Pátria – A Burguesia de São Paulo traz professores comunistas para ensinar a doutrina de Marx aos jovens brasileiros.

Mandou-se à América do Norte buscar um tal de Horace B. Davis que se celebra entre os comunistas ‘yankees’ pela publicação de um livresco: *Trabalho e aço*. (RECORTE [1933/4]).

Com frases irônicas o artigo segue afirmando, que o professor escrevia para Nova York desmoralizando o país, ao denunciar ações da polícia contra prisioneiro político chamado Roberto Monero, secretário da Liga Contra a Guerra e o Fascismo, contra o Teatro de experiência e que a Ação Integralista agia através da polícia detendo grupos antifascistas. Segundo o jornal o professor norte americano relacionou, em sua publicação em Nova York, as organizações comunistas em São Paulo: Liga Contra Guerra de São Paulo; União dos trabalhadores em transportes, União dos trabalhadores têxteis, União Central do Trabalho de São Paulo, Partido Socialista do Brasil, Partido Comunista; Grupo Socialista “Giacomo Matteolli”, Liga dos Estudantes contra a Guerra, Liga dos Jovens comunistas, Vanguarda

Estudantina, Grupo Universitário Socialista, União dos operários e Camponeses, “O Homem Livre”, Gazeta semanal e mais outras organizações. Consequentemente o contrato do professor Horace B. Davis não foi renovado, e seu companheiro Samuel Harman Lowrie, mais “adequado” ao projeto da Escola, não só foi mantido como se transformou em importante interlocutor.

Com a criação do Departamento de Cultura de São Paulo Samuel Harman Lowrie também foi contratado, pelo período de três anos, pela Prefeitura da capital como técnico de pesquisas sociais da Sub-divisão de Documentação e Estatística, cujo chefe da Sub-Divisão Bruno Rudolfer, também era professor da Escola Livre de Sociologia e Política, na cadeira de Estatística. O diretor da Divisão era Sérgio Milliet. Sua permanência como funcionário contratado pela Prefeitura de São Paulo foi curta, de 1935 a 1938, mas, assim como Mário de Andrade, contribuiu decisivamente para a estruturação do trabalho de pesquisa na esfera da administração municipal. Sua identificação com o projeto da Escola Livre de Sociologia e Política e com o Departamento está expressa na intensidade de seu trabalho de análise dos dados oficiais existentes, sejam eles demográficos, econômicos ou simples registros de unidades de saúde ou de educação; seus textos sempre indicam o grau de consistência das informações e a leitura possível, assim como a maneira mais adequada para os registros futuros. Serão apresentados a seguir os seguintes estudos publicados pela Revista do Arquivo Municipal: *Previsão da população; Que é cultura? ; A assistência filantrópica na cidade de São Paulo; Ascendência das crianças registradas no Parque Dom Pedro II; Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo; Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação de classes sociais de São Paulo; O elemento negro na população de São Paulo; Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo*. Na série Estudos Paulistas da Editora da Escola Livre de Sociologia e Política Lowrie publicou, em 1938, *Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo*, também apresentado a seguir. Publicou ainda um memorial apresentado aos deputados paulistas: *Informações sobre a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*. (LOWRIE, 1935 a, b, c; 1936 a, b, c; 1937 a, b; 1938 a, b, c, d, e)

Neste capítulo, com o objetivo de analisar o processo de incorporação de práticas científicas para subsidiar a tomada de decisão na administração pública, serão apresentados pesquisas e artigos de Samuel Harman Lowrie realizados no decorrer de sua permanência no Brasil, vinculado à Escola Livre de Sociologia e Política e ao Departamento de Cultura como técnico de pesquisas sociais. Sua análise revelou o quanto o professor norte-americano pode apreender da realidade social paulista, em seus aspectos econômicos, culturais e raciais. Pode-

se abordar, inclusive, sua compreensão sobre o conceito de cultura, através da crítica escrita por ele a Paul Arbousse-Bastide, segundo a qual fica evidente o uso das discussões antropológicas da época e a importância da análise dos elementos culturais de cada grupo social. Esta sensibilidade para a questão cultural viabilizou o entendimento da existência de variáveis como nacionalidade e suas características específicas em pesquisas como a que versou sobre o padrão de vida dos operários de limpeza pública, além das conclusões sobre assimilação e comportamento de determinados grupos, tais como a chamada dificuldade de adaptação de alguns imigrantes.

Outro aspecto relevante dos estudos de Lowrie foi sua análise da população paulista, desde sua classificação social, ascendência e processo de mestiçagem. Com o intuito de compreender o processo de amálgama entre grupos de origens distintas, presentes em São Paulo e o quanto a imigração poderia determinar as características da população futura, Lowrie analisou dados oficiais e a bibliografia existente, além de cruzar com informações de pesquisas da época, tomando o cuidado de relevar as diferenças. Apesar das informações insuficientes e difusas estabelece relações ponderadas, como a não comprovação de um processo de um branqueamento irreversível, já que o intenso movimento de imigração trazia tendência ao fechamento em colônias. Ainda sobre questões raciais estabelece um parâmetro para a identificação dos brasileiros e estrangeiros na composição da população, concluindo, inclusive, a existência de preconceito de raça, a despeito da sua negativa e da afirmação da tolerância racial tão aclamada e atestada pela mestiçagem. Reconhece nos grupos com poder econômico ou social elevado a grande presença da população branca com origem nos primeiros colonizadores do país, com forte preconceito racial e praticamente a inexistência da população negra. Classifica a população paulista como classe alta, os brasileiros brancos; sendo a classe média composta basicamente por trabalhadores imigrantes brancos e a classe baixa, ou dependente, composta por negros, mestiços e alguns brancos pobres.

Dentre seus estudos, a pesquisa sobre o padrão de vida dos operários da limpeza pública agrega todos os elementos de uma pesquisa social: a elaboração de questionário, a observação local, a contratação e treinamento de pesquisadores, a supervisão da coleta de dados, a aproximação do indivíduo a ser pesquisado, a definição do universo, o processamento e a análise dos resultados, além de proposições finais de ações públicas visando ao equacionamento da realidade inquirida. A pesquisa foi parâmetro para o estabelecimento de políticas salariais, assistenciais e educacionais. Seu uso efetivo em ações de gestão culminou na permanência da metodologia empregada ainda nos tempos atuais.

2.2 Pesquisas e estudos publicados

2.2.1 Previsão da População

O primeiro artigo publicado por Samuel Harman Lowrie na Revista do Arquivo Municipal é essencialmente sociológico e tem como finalidade demonstrar a análise social como mecanismo de cálculo para ações governamentais, assim como a necessidade de uma sistemática de registros censitários. Este estudo foi uma comunicação de Samuel Lowrie feita à Sociedade de Sociologia, no dia dois de setembro de 1935, através da qual apresenta os métodos de cálculos para se estimar o crescimento populacional a partir de registros censitários. Justifica a sua importância para o planejamento das ações do Estado e, portanto, sua necessidade de realização periódica dos registros dos coeficientes de natalidade e mortalidade, além do conhecimento do total populacional. O autor aponta as inconsistências dos números registrados, até aquele momento, em relação ao número real da população brasileira, inviabilizando uma verificação das transformações ocorridas nos últimos anos e, conseqüentemente, criando uma limitação política para a tomada de decisões, sejam elas do âmbito das ações públicas ou privadas.

O cálculo da população oferece, pois, grande interesse, seja do ponto de vista político, para o fim de pesar as condições sanitárias ou medir o aumento da população, a fim de possibilitar o máximo de satisfação, graças a planos racionais de serviços públicos, seja do ponto de vista econômico, para o desenvolvimento das companhias privadas (LOWRIE, 1935 a, p. 82).

Através de dados sobre a população do Estado de São Paulo, Lowrie demonstra as estimativas geradas por diferentes métodos, contrapondo com o total estimado pelo Governo Federal e o resultado do Recenseamento Estadual de 1934.⁵ Conclui com comentários sobre o fato de estimativas serem aproximação da verdade, que apenas a enumeração exata dos habitantes ocorridas de 5 em 5 anos, ou no máximo de 10 em 10, poderá gerar um

⁵ Estimativas de População do Estado de São Paulo em 1934: Estimativa Federal - 7.601.827; Método da Fórmula Geométrica - 7.554.000; Método da Fórmula Aritmética - 6.236.500; Método da Aproximação Gráfica - 6.500.000; e Migratórias - 6.400.000 ou 6.500.000; Recenseamento Estadual - 1934 - 6.433.000 (LOWRIE, 1935. p. 96)

conhecimento real da população existente, e também o fato de que todas as avaliações sofrem influências para a escolha de método que possibilitem resultados mais favoráveis àqueles que vão executá-las, interesses que vão desde o simples desejo de parecer grande e ou obter vantagens políticas ou econômicas que a avaliação pode gerar, “por isso é excessivamente difícil, na prática, obterem-se cálculos exatos e verdadeiramente científicos da população” (LOWRIE, 1935a, p. 98).

2.2.2 Que é Cultura?⁶

Neste artigo verifica-se a informação de Cyro Berlinck sobre o fato de Samuel Harman Lowrie ser o primeiro a colocar em pauta na Escola Livre de Sociologia e Política os conceitos da Antropologia Cultural adquiridos na Universidade de Colúmbia nos Estados Unidos. Essa Universidade norte-americana fora o berço do culturalismo, o que pode justificar o fato de Lowrie citar, no decorrer do artigo, antropólogos americanos ex-alunos de Franz Boas. Há de se destacar que as teorias de Boas estavam no auge das reflexões da Antropologia e o próprio estudioso ainda se encontrava em plena maturidade científica, tanto é que faleceu durante um almoço de agradecimento pelo apoio dado a Paul Rivet, no dia 21 de dezembro de 1942 na Universidade de Columbia em Nova York. (MOURA, 2004, p. 99).

Samuel Harman Lowrie escreve este texto para se opor às idéias apresentadas em dois artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, pelo professor Paul Arbousse-Bastide⁷, da Universidade de São Paulo, e reproduzidos na Revista do Arquivo Municipal⁸. Questiona as afirmações do professor sobre o conceito de cultura, segundo o qual, haveria diferentes concepções: a americana, a germânica e a latina, sendo que a norte-americana englobaria todo e qualquer elemento material e ou imaterial pertencente a um grupo social, cuja base se assenta na teoria de Tylor. De imediato Lowrie refuta a citação sobre Tylor, na medida em que este nunca teria se referido a elemento material e que “tendia a limitar a cultura aos elementos imateriais”. Além de considerar que o conceito sofreu transformações ao longo do

⁶ Nesta publicação Samuel Harman Lowrie é identificado como professor da Escola de Sociologia Política.

⁷ Paul Arbousse-Bastide ocupou, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, cadeira de Sociologia I de 1934 a 1940 e de Política 1941 a 1945, permaneceu no Brasil durante 12 anos (PEIXOTO, 2001).

⁸ *Que se entende por cultura - cultura e matéria*. Paul Arbousse Bastide. Revista do Arquivo Municipal nº XV, 1935 pág. 203-208. No volume XVI, 1935 pág. 91-97, da Revista do Arquivo Municipal constam a terceira e quarta parte do estudo, sob o título de *Cultura, Aristocracia, Elites – cultura e especialização*; Samuel H. Lowrie não menciona estas últimas partes do artigo.

desenvolvimento da ciência antropológica, critica a tendência de Paul Arbousse-Bastide para nacionalizar o termo; para Lowrie o que caracteriza um conceito nas ciências é o seu perfil universal, caso contrário deixa de ser científico, não pode ter, portanto, relação alguma com os sentimentos políticos e as fronteiras geográficas (LOWRIE, 1935c, p. 257). Desta forma lhe parecem insustentáveis cientificamente as definições tidas como americanas, alemãs, inglesas, ou mesmo francesas apresentadas pelo professor da Universidade de São Paulo. Aponta, inclusive, o uso equivocado da definição alemã de cultura, onde seria apenas uma designação mais como produto de propaganda militar nacionalista, servindo aos propósitos da guerra. A definição alemã exemplificada por Arbousse-Bastide não é comum a outros povos, portanto não seria científica. Para Lowrie a concepção antropológica de cultura é empregada na literatura desta ciência em todos os países onde há reflexão antropológica atualizada, não seria uma prerrogativa norte-americana.

Paul Arbousse-Bastide argumenta um uso por parte dos cientistas para consolidar sua área como ciência através da materialização, a limitar-se ao mensurável. “Ao passo que Durkheim desejava considerar os fatos sociais como coisas, vai mais longe a nova escola de sociólogos e vê apenas as coisas nos fatos sociais” (BASTIDE, 1935. p. 306). Na opinião de Lowrie, Bastide teria reduzido à idéia de cultura só os elementos materiais a fim de demonstrar a tendência marxista de sociólogos e antropólogos americanos, relacionando-a ao determinismo econômico, através de uma interpretação materialista da história humana. Bastante preocupado em distanciar a concepção antropológica de cultura do determinismo econômico marxista, Lowrie descreve a origem das concepções e as posições críticas a esta ideologia por parte dos antropólogos norte-americanos: Robert Lowie, Alfred Kroeber, Alexander Goldenweiser e Clark Wissler. Não obstante a preocupação apontada acima, o autor define o alcance, naquele momento, da idéia de cultura, a qual transmite aos seus alunos da Escola Livre de Sociologia e Política, além de utilizar nas suas reflexões e pesquisas:

[...] não posso admitir que a observação objetiva se confine apenas aos fenômenos materiais, especialmente em Sociologia. Os hábitos, os costumes, as várias formas de atividade humana, tradições, crenças, superstições e uma série de outros fenômenos não são de ordem material, no entanto, muitos deles são suscetíveis de análise e estudo objetivos. Em alguns casos esses fenômenos podem ser medidos mais ou menos exatamente, e é justamente a esses fenômenos intangíveis

que os sociólogos e antropólogos dedicam cada vez mais sua atenção. (LOWRIE. 1935c. p. 261).

Quanto à definição defendida por Paul Arbousse-Bastide sobre cultura ser um conhecimento restrito à parte do povo dotada de saber superior e que alcançou um grau de civilização que o diferencia dos demais, autorizando-o, inclusive, a guiar o restante dos homens, bem apropriadamente contida na visão evolucionista, Lowrie é direto na sua crítica. Eis um pedacinho do debate:

Não é a cultura de um povo o conjunto de idéias, crenças e artes; é o esforço que faz uma sociedade em sobrepujar a vida material para libertar-se por um ideal. A máquina e o instrumento são manifestações de cultura na medida em que exprimem um tal esforço. Não é sem razão que a imaginação popular opõe ao homem culto o homem inculto. Toda a sociedade precisa viver na matéria e da matéria, mas enquanto não a domina, enquanto dela não usa senão para viver materialmente, é inculta, é sem cultura. Não é uma verdade a afirmação de que toda sociedade possui uma cultura. (BASTIDE, 1935. Pág. 208).

[...] como se sabe, não há grupo humano sem certos conhecimentos, por mais rudimentares que sejam; não há grupo humano que não possua uma certa língua, certos instrumentos ou certos costumes para transmitir às novas gerações que vão surgindo. Neste sentido, não há grupo humano que seja inculto. (LOWRIE. 1935b. pág. 260)

Este artigo evidencia a razão pela qual Samuel Harman Lowrie utiliza elementos culturais na análise sobre os operários de origem estrangeira na pesquisa sobre padrão de vida. O debate entre os dois professores, um da Escola Livre de Sociologia e Política e o outro da Universidade de São Paulo, alimentava a reflexão de fundo do Departamento de Cultura, na medida em que se discutia a própria existência e a importância da cultura em todos os povos. Desta forma não foi por acaso que os artigos publicados primeiramente no jornal *O Estado de S. Paulo* foram republicados na Revista do Arquivo Municipal.

2.2.3 A Assistência Filantrópica da Cidade de São Paulo

Esta pesquisa, financiada pelo Departamento de Cultura, através da Divisão de Documentação Histórica, teve seus resultados publicados em três partes na Revista do Arquivo Municipal, respectivamente nos volumes XXVII, XXVIII e XXIX no ano de 1936. O primeiro relatório dá conta do perfil das instituições, a metodologia utilizada, os objetivos e a formação do quadro de pesquisadores. O segundo relatório apresenta as características gerais das instituições, de seus serviços de atendimentos e do público, sugere medidas que podem ser consideradas como diretrizes para um plano de trabalho, ou melhor, para uma política pública de assistência social. A última parte do relatório refere-se especificamente ao trabalho de pesquisa realizado junto aos internos da Santa Casa de São Paulo, a fim de verificar as reais necessidades destes pacientes ali internados de forma gratuita. Seu parecer aponta para o custo benefício que adquiriria a instituição ao admitir em seus quadros um grupo de pesquisadores sociais, pois estes poderiam, por exemplo, triar no momento da internação aqueles que poderiam pagar pelos serviços e aqueles que necessitam de outros atendimentos, além dos serviços médicos, e deveriam ser encaminhados a outras instituições sociais.

De grande extensão, a pesquisa junto às organizações de assistência social envolveu a contratação de pesquisadores ligados às diferentes instituições de ensino, realização de visitas para preenchimento de questionário previamente elaborado, supervisão e revisão do orientador e, proposição de ações concretas.

Os objetivos do estudo foram assim relacionados:

- a) Determinar o número de pessoas anormalmente dependentes na cidade, isto é, o número dos que, em parte ou totalmente, dependem do público para a sua subsistência;
- b) Avaliar o custo desta assistência;
- c) Descobrir a extensão da duplicidade de auxílio, sob todas as formas, entre as instituições;
- d) Determinar si as instituições de assistência preenchem os fins a que se destinam e satisfazem as necessidades dos que a elas se dirigem;

- e) Verificar si a comunidade está convenientemente aparelhada para amparar os necessitados. (LOWRIE, 1936a. p. 197.)

Feita uma primeira lista a partir de dados oriundos de fontes oficiais e acrescidas de dados repassados por pessoas envolvidas ou durante o processo, foram visitadas de 200 a 250 instituições e realizadas mais de 600 visitas, com supervisão e checagem por parte do coordenador da pesquisa e autor do relatório, Samuel Harman Lowrie. Os pesquisadores foram contratados após apresentação, ao prefeito, de lista de estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Escola Livre de Sociologia e Política, Instituto de Educação e Instituto de Higiene.

Estes pesquisadores passaram por um período de preparação, que constou de aulas, leituras, discussões, exercícios práticos, visando dois fins: a) – conhecimento geral dos problemas de assistência no intuito de permitir-lhes inquerir e observar com maior exatidão o trabalho das instituições a serem pesquisadas; b) – conhecimento da técnica e processos de pesquisas. Felizmente já possuíam todos alguns conhecimentos teóricos da matéria, conseguidos nas diversas escolas de que procediam, bem como certa prática por terem participado de trabalhos anteriores do mesmo gênero. (LOWRIE, 1936a, p. 199).

Durante a pesquisa constatou-se que a maioria das instituições se mantinha com subsídios governamentais e foram classificadas da seguinte forma: a) dirigidas e mantidas pelo governo; b) dirigidas e mantidas por indivíduos ou organizações particulares, recebendo subvenção do governo; e c) dirigidas e mantidas por indivíduos ou organizações particulares, sem subvenção oficial. Quanto aos serviços prestados, as instituições foram divididas entre as médicas (hospitais, ambulatórios, consultórios e outros com características de atendimento médico) e as não médicas (orfanatos, asilos e instituições que prestavam serviços nas residências dos necessitados).

O autor questiona o fato de haver um número significativo de indivíduos que buscam os serviços médicos gratuitos. Do seu ponto de vista a cidade de São Paulo caracterizava-se, naquele momento por considerável prosperidade econômica, portanto, a procura por esses serviços não pode ser considerada como dependência. Outros fatores, além do baixo poder aquisitivo, podem ser a causa da busca. Vê como uma das possibilidades a “discreta propaganda dos professores, educadoras sanitárias, médicos e outros, no sentido de consentirem os pais no tratamento de seus filhos, alunos das escolas, pelas instituições de

assistência médica” (LOWRIE, 1936a, p. 222-223). Conclui que os atendidos nestas instituições não se resumem apenas àqueles que estão completamente fora das atividades econômicas. “O número de pessoas auxiliadas gratuitamente por instituições médicas pode constituir um problema de interesse público, mas não indica a proporção de indigentes da população” (LOWRIE, 1936a, p. 223).

Apesar de permitir uma avaliação de custo, as cifras apontadas nos questionários são, de modo geral, baixas. Lowrie conclui que a maior participação na assistência em São Paulo se dá por parte governamental, principalmente na área médica, repassa subsídios financeiros de forma direta e indiretamente, inclusive na isenção de taxas.

Para Samuel Harman Lowrie os objetivos da assistência social são basicamente dois: remediar as necessidades urgentes do indivíduo (alimentação, roupa e abrigo) e habilitá-lo para reassumir a direção de sua existência. Assim “a assistência deve ser construtiva e preventiva contra a dependência futura” (LOWRIE, 1936a, p. 190).

Segundo o autor, as instituições que realizam um trabalho diretamente na residência dos indivíduos são mais eficazes no cumprimento dos objetivos definidos acima, pois podem caracterizar mais adequadamente as necessidades de cada família. Critica apenas o fato da maioria estabelecer uma ajuda padrão, um valor fixo, e não um atendimento personalizado, o que baratearia em alguns casos e seria mais eficaz em outros, de maneira permanente e não só paliativa. Para Lowrie deve-se devolver a independência aos indivíduos necessitados o mais rápido possível, para não se tornar crônica, ou seja, para um tratamento efetivamente preventivo as causas da dependência devem ser removidas por meio seja com oferta de emprego seja com orientação de cunho moral, além de apoio material.

Em suas conclusões aponta a falta de cooperação entre as instituições, a qual gera, inclusive, a duplicidade de atendimentos; a necessidade da organização da assistência em São Paulo, tanto administrativamente, com o registro do perfil dos atendidos, custos e serviços oferecidos; a criação de grupos de pesquisadores sociais específicos para este trabalho. Defende a elaboração de um plano de reintegração dos atendidos à vida social, o que, ao longo do tempo, representaria um gasto menor com esses serviços e um menor número de indivíduos na situação de dependência.

Suas proposições tratam de fato do estabelecimento de uma política de assistência social, na medida em que sugere: a execução de programas para as instituições, regulamentação de donativos, regulamentação do trabalho ou a criação de serviço de inspeção com direito à fiscalização e à admissão como assistenciais apenas as instituições com condições mínimas exigidas.

2.2.4 Ascendência das Crianças registradas nos Parques Infantis

Este artigo, também publicado na Revista do Arquivo Municipal, vem demonstrar o interesse em comprovar a necessidade da sistematização dos dados registrados em cada setor da administração pública, e que esta tarefa deveria estar a cargo do cientista social. Tomando neste estudo um tema de seu interesse, Samuel Harman Lowrie aproveita informações existentes nas fichas de matrículas e questionários médicos elaborados nos parques infantis sobre as crianças registradas para analisar a origem desta população e compará-la com a totalidade populacional da cidade de São Paulo. Trabalha essencialmente com as informações sobre a nacionalidade dos pais e avós das crianças e tem como objetivo compreender a contribuição dos vários grupos de imigrantes na composição da população da cidade atual e nas gerações futuras. Desta forma analisou as informações dos parques infantis Dom Pedro II, da Lapa e do Ipiranga, do ano de 1936.

O parque Dom Pedro II era freqüentado, na sua maioria, por meninos e nos parques da Lapa e do Ipiranga a maior presença era de meninas. As crianças foram caracterizadas como extremamente pobres por dependerem de assistência médica gratuita e serem filhas de pais trabalhadores da indústria ou comércio. De modo geral, o pesquisador considerou os dados sobre nacionalidades os mais confiáveis e trabalhou sobre os dados das crianças que nasceram no Brasil.

Sua análise conclui que a maioria das crianças freqüentadoras dos parques infantis possui ascendência estrangeira, com predominância de grupos latinos, especialmente italianos. Segundo o autor, a menor presença de pais ou avós portugueses deve-se ao fato destes morarem, em sua maioria, longe do centro. Assim como registra a ausência de descendentes de japoneses, enfatizando a tendência destes imigrantes se fecharem em suas colônias. O interesse de Lowrie era entender a porcentagem de estrangeiros na população sem considerar os descendentes nascidos no Brasil. Para o autor, os estrangeiros contribuíram na formação da população em proporção mais elevada do que se podia prever. (LOWRIE, 1937b. p. 278).

2.2.5 Origem da População da cidade de São Paulo e Diferenciação de classes sociais

Samuel Harman Lowrie de fato assume para si a incumbência de demonstrar a utilidade das pesquisas sociais para o planejamento da ação pública. Faz seus estudos orientando-os para os interesses da ação do Estado, assim como direciona para temas que lhe despertam atenção como o da composição étnica brasileira. Sua curiosidade científica está em consonância com os temas amplamente discutidos pelas Ciências Sociais, e assim consolidar uma ciência capaz de prever e interferir em fenômenos sociais. Assim como o estudo apresentado no item anterior, o trabalho a seguir faz a reflexão a partir de dados retirados de outras pesquisas, do próprio Departamento e da Universidade de São Paulo. Lowrie traça um perfil da composição da população paulista, que viabilizaria a proposição de ações públicas, através de elementos normalmente utilizados na área da Antropologia. Como apontado no início deste capítulo, o pesquisador constrói um panorama a fim de estabelecer como influencia cada grupo étnico integrante da sociedade paulista. Percorre desde sua formação, a partir da colônia até o momento do intenso processo migratório, relacionando variáveis étnicas raciais e de classe.

Que representa o paulista da geração atual? De que raça ou raças se originou? Em que proporção o sangue dos famosos bandeirantes corre em suas veias? Questões como estas não são apenas curiosas e de interesse local. Sua solução apresenta relevante importância para a teoria sociológica da influência da imigração sobre a população dos países migratórios. Constitui ainda matéria de grande importância saber se as diferentes correntes migratórias cruzam todas com nacionais, de maneira igualmente rápida, e se tal cruzamento aparece em proporções idênticas nas classes altas e baixas do Brasil. Sem este estudo, difícil se torna a compreensão dos processos sociais na comunidade, especialmente da fusão das várias correntes étnicas que entram no país, a influência dos sentimentos nacionais sobre o caldeamento e a natureza da seleção social (LOWRIE, 1938a. p.195).

O autor utiliza informações de três trabalhos distintos os dados das fichas das crianças matriculadas nos Parques Infantis; resultados dos trabalhos de Rafael de Paula Souza sobre os ascendentes dos estudantes da Universidade de São Paulo e o estudo antropológico de Cecília de Castro Silva, colega de Departamento, e de Maria Stela Guimarães, sobre mancha pigmentaria congênita com informações sobre crianças nascidas nas seções gratuitas das

maternidades do município de São Paulo. Considerando as diferentes origens, Lowrie trata as informações de maneira a servir o seu propósito. Vejamos:

Consequentemente, temos informações aproveitáveis concernentes à ancestralidade de grupos originários de três classes sociais relativamente distintas: o grupo superior é representado pelos estudantes da Universidade; a classe trabalhadora, pelas crianças matriculadas nos parques municipais; e a classe semi-dependente, pelos recém-nascidos das seções gratuitas das maternidades. Embora não se possa dizer que os grupos estudados sejam inteiramente representantes das classes de que procedem, não deixa de ter fundamento a suposição de que, até certo ponto, caracterizam essas classes e refletem as diferenças existentes entre elas.

Certos fatores locais tornam distintos estes três grupos, particularmente os dois primeiros. Em primeiro lugar, o fato de ser muito restrito no Brasil o número de estabelecimentos de ensino superior significa que os universitários procedem de famílias quer econômica, quer socialmente elevadas. Em segundo lugar, os parques em questão foram construídos pela Municipalidade em três zonas industriais da cidade. O fato de serem parques freqüentados principalmente por filhos de operários é evidenciado tanto pela observação como pelos salários dos progenitores dessas crianças. Que estas crianças estejam distintamente separadas do terceiro grupo – o semi-dependente – é menos evidente. Na verdade, em alguns pontos estes grupos se identificam. O fato dos costumes locais favorecerem a aceitação de assistência médica gratuita, sem diminuição para as pessoas que dela se servem, encoraja os membros das classes trabalhadoras a se valerem de tais auxílios. Por outro lado, as profundas diferenças na composição dos dois grupos indicam que os pontos comuns a ambos são raros e que estas partes da população são decididamente distintas. Que isto se verifica com relação à origem dos ancestrais, não padece dúvida (LOWRIE, 1938a. p.197-198).

Este trabalho de Samuel Harman Lowrie também é esclarecedor no que se refere aos grupos considerados como brasileiros, pois não há menção direta sobre a população negra ou indígena nos outros textos. Observa-se que, na época, a população indígena era mínima, pois o processo de extinção foi intenso e considerado ato de bravura dos bandeirantes, restando poucos núcleos próximos à capital paulista. No entanto, o mesmo não se pode dizer da população de origem negra, seu número não era tão reduzido para passar de forma invisível. Tanto é fato que Lowrie faz um estudo específico sobre a localização da população negra em São Paulo, tratado mais adiante. Mesmo longas, valem as transcrições do texto do autor, pois neste estudo surge o perfil da população analisada quanto a sua origem étnica:

O fato das classes alta e semi-dependente serem relativamente idênticas quanto à elevada proporção de brasileiros indica uma clara diferença entre duas estirpes essencialmente distintas da população do país fixada através de várias gerações. A diferença entre estes dois grupos ressalta do contraste de cor que cada um deles apresenta. De um lado, apenas três universitários foram classificados quer como preto, quer como pardos. Este número representa apenas uma fração de 1%. Na verdade, não obstante ser relativamente recente a imigração japonesa, o número de brasileiros filhos de japoneses é mais elevado que o de indivíduos classificados como pardos ou negros. Isto quer dizer que, tomada em seu conjunto, a presente geração de universitários, isto é, amostra da classe superior, é 98% branca, porcentagem esta por certo suficientemente elevada para permitir um considerável grau de erro sem que a sua cor essencialmente branca possa ser posta em dúvida. Na verdade, a porcentagem de indivíduos de cor nesta classe é ainda menor do que a das crianças dos parques. A despeito de terem estas crianças apenas um avô brasileiro para cada três estudantes, 3% delas foram classificadas como de sangue negro em confronto com 1% de universitários em idênticas condições.

Em contraste com estes dois, o grupo semi-dependente apresenta uma porcentagem bastante elevada de mistura de sangue negro, sendo que nada menos de 27% dos seus componentes foram classificados como pardos ou pretos. Para termos uma idéia de quão elevada é essa porcentagem basta recordar que apenas 48% dos avós dessas crianças eram brasileiros natos, acrescentando ainda serem alguns deles filhos de europeus, e, por conseguinte, brancos. Sem dúvida o sangue brasileiro, em virtude do cruzamento, deve ser encontrado nas veias de mais de 48% das crianças. Além disso, não é inverossímil que metade daqueles que tem sangue brasileiro sejam pardos ou negros. Sessenta e quatro por cento dos filhos de brasileiros puros das duas últimas gerações foram classificados como tendo sangue negro. O contraste entre esta e a porcentagem de cor encontrada na classe alta constitui afirmação insofismável da intensidade da diferenciação de classes na antiga estirpe brasileira, diferenciação essa ainda mais chocante si considerarmos a decantada inexistência do preconceito racial no Brasil e o conhecido cruzamento das primeiras gerações. (LOWRIE, 1938a. p.201-202).

A conclusão do estudo aponta como essencialmente brasileiros os indivíduos que compõem a classe superior e a semi-dependente, e os estrangeiros aqueles indivíduos componentes das classes trabalhadoras. Afirma que, em São Paulo, a entrada dos imigrantes, seja europeus ou asiáticos, interrompe ou dificulta a ascensão da população oriunda do sistema escravagista do Brasil. Por outro lado, a análise conclui que, economicamente, há uma

aproximação das classes trabalhadoras e semi-dependentes (estrangeiros e brasileiros pobres). Verifica que praticamente não ocorre a miscigenação nas chamadas classes superiores e ou nas trabalhadoras, que são predominantemente brancas, os casamentos mistos acontecem basicamente nas camadas compostas por brasileiros pobres. Aponta, inclusive, a recorrência de casamentos entre estrangeiros de mesma origem étnica, ou seja, as comunidades de modo geral se fecham. O texto apresenta também comentários sobre a existência de preconceito e a possibilidade do branqueamento, a partir da percepção da distinção dos brasileiros ricos e pobres:

Embora tenha ficado surpreso ao deparar com um fato de uma evidência tão clara, diante da formação histórica da população não era realmente de esperar-se exatamente esta diferenciação na estirpe brasileira?

Primeiramente aparecem os descendentes dos antigos portugueses, fundamentalmente brancos e pouco misturados com elementos estrangeiros ou negros nas últimas gerações. O cruzamento entre as primeiras gerações, qualquer que tivesse sido, não seria suficiente para deixar caracteres físicos sinão em uma pequena parte da classe. A despeito de ser considerado como inexistente, o preconceito geral contra o caldeamento racial – mais forte na classe alta do que na massa da população – a que se juntaram o orgulho da posição social e as diferenças de condições econômicas, concorreu para que a classe se conservasse relativamente branca. Acresce ainda que a constante infiltração de uma considerável porcentagem de imigrantes e seus descendentes durante cerca de meio século reduziu a menores proporções os efeitos da primitiva mistura, qualquer que tenha sido.

Por outro lado, o grupo econômico inferior descende, em grande parte, dos antigos escravos e das baixas classes trabalhadoras do Império. Este grupo conserva, em parte, alguns traços das raças negras que entraram como fator principal em sua formação; aqui, entretanto, a admissão intensa e contínua do imigrante tende também a torná-lo branco. Os resultados acumulados de gerações escravas e de baixo padrão de vida experimentado após a emancipação, forçam uma parte desta classe a se tornar dependente. O contraste excessivamente forte que existe entre os componentes deste grupo e os pais das crianças dos parques – uma classe que todos sabemos compostas de operários – evidencia a sua colocação à margem da sociedade, como elementos diferentes e mais baixos que a massa das classes trabalhadoras (LOWRIE, 1938a. p.203)

2.2.6 Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo

Samuel Lowrie fez uma avaliação da influência da imigração na demografia paulista, através da análise dos números dos censos realizados no país e dos registros de entrada, saída e fixação de estrangeiros. Neste artigo, publicado pela Escola Livre de Sociologia e Política, o foco do trabalho fixa-se na capital de São Paulo utilizando, também, dados e gráficos oriundos do Departamento de Cultura, conforme esclarece em nota: *Informação usada por especial permissão do Chefe da Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais do departamento de Cultura* (LOWRIE, 1938e. p. 19). Parte da teoria que a imigração não implicaria um aumento da população do país receptor, mas sim uma substituição da população nativa, ou seja, um equilíbrio entre aumento de imigrantes e declínio do coeficiente de natalidade dos nacionais. No caso brasileiro, Lowrie considera população nativa os brasileiros residentes há, pelos menos, 50 anos. Diversas informações são provenientes da Divisão de Documentação Social, demonstrando mais uma vez o vínculo entre as instituições, pois este estudo foi publicado pela Escola Livre de Sociologia e Política. Este trabalho congrega outras análises do autor e também trabalhos realizados ou publicados pela instituição municipal e outros órgãos oficiais, tais como os já utilizados: *Contribuição à Etnologia Paulista* e *Biotipologia dos Universitários Paulistas* de Rafael Paula Sousa e *Pesquisa Sobre a Mancha Pigmentaria Congênita na Cidade de São Paulo* de Cecília de Castro Silva e Maria Stela Guimarães.

O estudo distingue algumas possibilidades de influência da imigração sobre a população paulista, entre elas: a modificação inevitável da composição da população, tanto na geração do momento quanto nas posteriores, diminuindo a proporção de elementos nativos em relação à população total, na medida em que os imigrantes vão se fixando e ou tomando parte no processo de reprodução. A idade média dos imigrantes, de 20 a 35 anos, demonstra sua capacidade reprodutora e, portanto, sua importância na formação das próximas gerações. A apresentação de um possível coeficiente mais elevado de natalidade entre os imigrantes é favorecida pela própria faixa etária (LOWRIE. 1938e)

Complementando o estudo anterior sobre a composição da população de São Paulo, na medida em que pondera a participação dos imigrantes na constituição populacional, busca compreender se o processo de imigração interferiria no crescimento demográfico a ponto de substituir a população nativa por descendentes estrangeiros. Estabelece hipóteses de acordo

com coeficientes da natalidade dos estrangeiros e dos nativos, cuja variação poderia influenciar a composição da população como um todo. Conclui que no momento não era possível essa aferição.

O interessante neste e em outros trabalhos de Samuel Harman Lowrie é o fato do autor, apesar das dificuldades em obter dados confiáveis ou completos, sempre observar a origem das informações e as suas qualificações enquanto variáveis comparativas. Sua preocupação era demonstrar as possibilidades de análise e a importância do registro metodologicamente realizado para a leitura da realidade e, conseqüentemente, para a implantação de políticas baseadas em estudos científicos, evitando projetos inconsistentes ou incoerentes com a realidade social.

2.2.7 O elemento negro na população de São Paulo⁹

Mais uma etapa da análise sobre a constituição da população é concluída com o estudo *O elemento negro na população de São Paulo* (LOWRIE, 1938b). Neste estudo Samuel Lowrie pontua a dificuldade em se trabalhar com a variável raça na população brasileira da mesma forma como se fazia nos Estados Unidos da América. Esta ponderação provavelmente justifica as raras menções de raça feitas nas pesquisas e a preferência pela variável nacionalidade. Escolha esta sustentada pela ocorrência de um intenso processo de imigração no país, especialmente nas regiões sul e sudeste.

Considerando a complexidade do que chama de *problema da composição étnica da população brasileira*, já que integra elementos de origens distintas, Samuel Harman Lowrie afirma ser praticamente impossível reduzi-la aos seus componentes originais, em especial aos três primeiros: os portugueses, negros e indígenas. Deve-se, basicamente, ao que chama de *inextricável modo de miscigenação* ocorrido no país e que ainda se mantém. Segundo o autor, não se conhece a extensão da mistura e as limitações do reconhecimento a partir das características externas do indivíduo para definir a qual grupo pertence, a ponto de não haver como determinar o grau de pureza para sua classificação como mestiço ou não.

O autor pondera que se em países como os Estados Unidos da América, onde o preconceito racial é declaradamente forte, já é difícil afirmar a separação dos mestiços, no

⁹ No momento desta publicação, Francisco Pati já estava à frente do Departamento de Cultura.

Brasil, onde a classificação é basicamente feita pelas características externas dos indivíduos, os recenseamentos são comumente inexatos. A porcentagem do “elemento cor oscila em virtude do critério adotado, segundo o interesse e a objetividade dos classificadores”. Em sua avaliação qualquer método de classificação segundo raça será sempre relativo e no caso de grupos “miscigenados só se pode esperar uma leve aproximação da verdade” (LOWRIE, 1938b, p. 7).

A tendência, para o autor, é que os dados sobre a população negra e mulata no Brasil sejam sempre inferiores à realidade, de modo geral, devido ao desprestígio a que esta é submetida. Faltavam dados estatísticos da composição da população paulista em vários momentos de sua história. A ausência de dados estatísticos, que permitiriam uma melhor leitura das primeiras gerações, a ponto de esclarecer sob qual prisma o branco via o negro e o índio “no decorrer dos períodos que se seguiram ao contato inicial entre as três raças”, não impedia, no entanto, a leitura da contribuição do negro ou de outros elementos na composição da população brasileira. Lowrie acreditava na existência de documentos não explorados nos arquivos espalhados pelo país. Para ele, de qualquer modo, os registros que possui no momento da construção deste estudo, são suficientes para revelar tendências regulares sobre o contato dos grupos étnicos no decorrer da história do país. Acreditava haver

uma prova ampla que mostra a existência de um preconceito social contínuo, e que dá uma idéia da maneira porque os sentimentos de raça afetaram as relações sociais. Faltam pormenores exatos, concernentes à intensidade desses sentimentos e ao modo de fazer sentir a sua influência em determinados casos. Todavia não se pode duvidar do seu papel preponderantemente no estímulo à diferenciação de classes baseada em características raciais (LOWRIE, 1938b, p. 9).

O estudo apresenta informações sobre a entrada do negro ao longo da história de São Paulo baseado em documentos e publicações diversas¹⁰. Apresenta dados que demonstram

¹⁰ Samuel H. Lowrie trabalhou com diferentes fontes: Marechal D.P. Muller, *São Paulo em 1936*. São Paulo, 1923; Pandiá Calogeras, *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, 1935; Pedro Calmon, *História Social do Brasil*. Vol. I e vol. II. São Paulo, 1937; Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*. Vol. I São Paulo, 1937; *Recenseamento*, não publicado, da cidade de São Paulo no ano de 1777, Arquivo do Estado; *Documentos interessantes*. São Paulo 1901. Vol. 31; *Relatório do Ministério dos Negócios do Império*, Rio de Janeiro, 1970 – Anexo D; *Revista do Museu Paulista*. Tomo XVI. São Paulo, 1929; Saint Hilaire, *Voyage dans les Provinces de Saint Paul e de Sainte-Catherine* Vol. I Paris, 1851 – transcritas por Rubens Borba de Moraes; Diretoria Geral de Estatística, *Relatório*, 1876. Rio de Janeiro. 1877; *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, Rio de Janeiro, 1869; *Relatório do Vice-Presidente da Província, apresentado á Assembléia Legislativa Provincial*, 1856. São Paulo, 1856; *Relatório da Comissão Central de Estatística*, 1887. São Paulo 1888; Diretoria Geral de Estatística, *Estatística Geral do Brasil, 1890-1895*. Rio de Janeiro, 1989; Anuário Demográfico de São Paulo; Artur Lobo da Silva, *A Antropologia no Exército Brasileiro*, Arquivo do Museu Nacional Vol. XXX, Rio de Janeiro, 1928.

estar por volta de 1/6 a parcela da população composta por negros e mulatos. Critica a tese defendida por autores como Oliveira Vianna e Alfredo Ellis, segundo a qual o percentual maior de óbitos ocorridos junto à população negra ou mulata seria um resultado do rápido processo de seleção, onde a população com origem negra estaria desaparecendo “ao contato de uma raça branca possivelmente mais vigorosa” (LOWRIE, 1938b, p. 21). Por mais que considere a possibilidade de haver um processo seletivo, o índice de óbitos não seria a sua prova.

Sua análise sobre o processo de branqueamento tende a ser cautelosa, pois considera a influencia de diferentes fatores para a classificação da cor de um indivíduo, além da morosidade pela qual se operaria o branqueamento. Considera também o fato de haver a entrada de imigrantes e do forte preconceito da classe economicamente mais alta, identificada como brasileiros de origem. Na avaliação de Samuel Lowrie alguns escritores exageram na afirmação sobre a miscigenação da população brasileira, e desconsideram processos sociais conhecidos como, por exemplo, o simples registro de nascimento e de óbito já apontados. Cita especificamente a obra de Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, publicada em 1936:

Com relação a determinados estados, tais como Baía e Pernambuco, talvez se possa dizer com razão, que *quase todos são mulatos ou parentes de mulatos*. Por não conhecer essa parte do Brasil não posso discutir os fatos. A São Paulo, contudo, esta asserção não nos parece aplicável. Há aqui uma diferenciação de classes, baseada, em grande parte, nas linhas de cor. É desnecessário dizer que contribui para isto o preconceito associado à cor. (LOWRIE, 1938b, p. 28)

Neste trabalho o estudioso faz uma retrospectiva dos registros sobre a população negra e demonstra um processo de diferenciação por raça existente em São Paulo que, de certa forma, contradiz a idéia da cordialidade brasileira. Apresenta com diferentes fontes a limitação imposta ao negro em progredir economicamente e socialmente em São Paulo, e a

Alfredo Ellis, *Populações Paulista*. São Paulo 1934; Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo, 1920. Vol. I.; Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, São Paulo, 1936; *Atas da Camara da Vila de São Paulo*. São Paulo, 1915 Vol. IV; Ordens Régias, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 1934. Vol. V; Perdigão Malheiro, *A escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, 1866-1867; Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, São Paulo, 1930; *Revista do Museu Paulista*. Tomo XVI. São Paulo 1929; *Anuário do Ensino*, Estado de São Paulo, 1937. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 14 de junho de 1934 (sobre frequência escolar); *Ensaio de um Método de Estudo da Distribuição da Nacionalidade dos pais e Alunos dos Grupos Escolares da Cidade de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Vol. XXV. São Paulo, 1936; além de outros estudos de Samuel Harman Lowrie.

existência do preconceito por parte da população branca desde os estudos de Saint Hilaire, passando por Spix e Martius. Ao comentar as anotações destes pesquisadores, que faziam severas críticas aos registros oficiais, no séc. XIX, em especial às dificuldades de sobrevivência encontradas pela população negra após o fim da escravidão e também o não reconhecimento paterno dos filhos gerados entre homens brancos e mulheres negras ou mulatas, Lowrie faz uma declaração não muito comum à época, sobre o processo de diferenciação, chegando, novamente, à conclusão sobre a existência do preconceito racial nas classes sociais paulistas.

Uma prova histórica tão clara como esta, não pode deixar a menor dúvida quanto aos efeitos seletivos da cor na formação das classes sociais. Além disso, aqueles que estiverem atualmente familiarizados com os Paulistas e não desconhecem o orgulho de classe e de sangue das antigas famílias, não terão dificuldade em constatar que a mesma influência ainda opera no presente. Os homens de cor em sua grande maioria, estão fechados nas classes baixas. Os membros da classe superior revelam, em palestra, oposição às uniões legais com aqueles indivíduos. Si se consultam os Paulistas sobre a existência do preconceito racial, respondem eles, em geral, negativamente. Parece crença popular ser o preconceito racial indesejável, prejudicial. Não obstante argüídos indiretamente, os membros das classes média e alta quase invariavelmente denunciam a existência de preconceito racial, mormente no que se refere ao casamento. (LOWRIE, 1938b, p. 31-32)

Não obstante a existência do preconceito racial, não há, na opinião de Lowrie uma segregação espacial, nem núcleos com limites definidos só para a população negra, nem vida social própria e diferenciada, apenas ocorreria uma leve tendência para organizações integradas só pelos grupos negros ou mulatos. Os quadros apresentados no estudo sinalizam a presença negra próxima aos centros residenciais ricos e ao mesmo tempo em bairros extremamente pobres. O primeiro caso é explicado pelos trabalhos domésticos realizados, nos quais as moradias desta população são formadas por cortiços e o segundo, pela total falta de poder aquisitivo desta parcela da população, alijada do mercado de trabalho emergente na cidade, além da sua maior concentração nas áreas rurais.

2.2.8 Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza da Municipalidade de São Paulo – PPV Lowrie

Dentre os estudos realizados por Samuel Harman Lowrie esta pesquisa pode ser considerada a mais completa, no sentido científico, tendo em vista que se propôs à coleta de dados metodologicamente elaborada e identificada nos arquivos da administração municipal de São Paulo como: PPV – Lowrie. A sua execução contou com equipe de pesquisadores, recursos financeiros, processamento das informações, revisão, análise e publicação dos resultados e, fundamentalmente, a aplicação de algumas sugestões conclusivas. No decorrer do trabalho de levantamento de dados do presente estudo foi publicado o livro *As pesquisas do padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie pioneiros da Sociologia Aplicada no Brasil* (DEL VECCHIO, DIÉGUEZ. 2009), no qual Ângelo Del Vecchio e Carla Diéguez fazem análise sobre a pesquisa PPV – Lowrie, em seus aspectos metodológicos e relacionam-no o desenvolvimento de uma Sociologia aplicada. A publicação comprova a importância de evidenciar as contribuições de Samuel Harman Lowrie às Ciências Sociais. Para os autores, tanto o trabalho metodológico de Horace Davis quanto de Samuel Lowrie estão fundados na metodologia de pesquisa estabelecida pelas monografias sobre as condições de vida das famílias operárias realizadas por Frédéric Le Play (1806-1882) publicadas em 1855¹¹. “Le Play aplicou, pela primeira vez na história da disciplina científica, um método de análise e de inquérito sociológico, fundado na presunção de que os fenômenos sociais podem ser positivamente apreendidos” (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ. 2009, p. 03). Neste trabalho os autores associam as pesquisas sobre condições de vida dos operários aos interesses de Roberto Simonsen, principal financiador da Escola Livre de Sociologia e Política e representante classista na Assembléia Constituinte de 1934, responsável também por alimentar o debate sobre a instituição do salário mínimo no Brasil.

A inovação mais celebrada da Constituição Federal de 1934 diz respeito à introdução de matéria referente à ordem econômica e social, configurando-se por um momento de intervenção Estatal na esfera econômica, a fim de garantir um mínimo de bem estar social. Sem significar um abandono do sistema econômico vigente, mas sim a tentativa de correção

¹¹ LE PLAY, Frederic. Ouvriers européens. Études sur les travaux, la vie domestique et la condition morale des populations ouvrières de l'Europe, précédée d'un exposé de la méthode d'observations. 10^a ed. Paris: Imprimerie Impériale, 1876.

das deficiências do liberalismo a ponto de evitar suas indesejadas e perigosas conseqüências de insatisfação social (FERREIRA FILHO, 1990, p. 14).

A fim de alcançar um estado de bem estar social que satisfizesse minimamente a população brasileira, alguns artigos da carta constitucional impeliam aos governantes a responsabilidade de garantir a melhoria nas condições de vida da população, especificamente da parcela menos favorecida. Não é necessário destrinchar aqui toda a conjuntura mundial na qual se colocavam em choque as classes trabalhadoras e os detentores do capital, ou melhor, a luta de classes estava na pauta do dia nos países capitalistas e, portanto, as chances de uma revolução operária não podiam ser descartadas. Mecanismos para a manutenção do controle da ordem estabelecida deviam ser buscados e implantados, para toda a classe política e economicamente dominante. Evidentemente, é mais fácil ceder em forma de benefícios a correr o risco de se perder o poder por completo.

O Departamento de Cultura de São Paulo, através da Divisão de Documentação Histórica e Social cumpre um papel significativo na elaboração e estabelecimento de mecanismos de controle, pois seus estudos, diagnósticos e caracterizações da população da cidade de São Paulo subsidiaram políticas públicas não só na capital paulista, como serviram de base para ações nacionais. Um destes estudos é a Pesquisa de Padrão de Vida das famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo. Basta afirmar que serviu como parâmetro para o estabelecimento do salário mínimo (SIMÕES, 2001) cujos resultados foram publicados na Revista do Arquivo Municipal – Ano V - Volume nº LI, outubro de 1938, São Paulo.



Figura 1 – Veículo Coletor de lixo na Rua do Seminário. São Paulo, em 23.02.1938
Fonte: Departamento do Patrimônio Histórico / Fotógrafo Benedito Junqueira Duarte

Realizada pela Sub-divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais e coordenada por Samuel Harman Lowrie, a pesquisa sobre o padrão de vida das famílias dos operários da limpeza municipal teve como objetivo central conhecer o custo de vida das famílias destes trabalhadores. A escolha do grupo foi justificada essencialmente por se tratar dos servidores com os menores salários da prefeitura, o que significaria um grupo com padrão de vida muito precário. Isso viabilizaria o estabelecimento de uma referência salarial básica para atendimento à massa de trabalhadores, para além das fronteiras do serviço público municipal.

No primeiro momento, as famílias responderam um questionário, onde relataram as despesas ocorridas no mês anterior, informações sobre as condições da moradia e o perfil do núcleo familiar, considerado neste caso como o grupo de indivíduos que viviam sob o mesmo teto e eram interdependentes. Um inventário inicial e final dos bens de consumo e dinheiro em poder de cada família era utilizado como parâmetro para o estudo do período. O pesquisador repassava a um membro de cada família uma caderneta para os registros de rendas e despesas diárias. Com esses dados pretendia-se maior confiabilidade das informações prestadas pelas famílias. Os investigadores tiveram papel fundamental, pois em determinados momentos e em famílias específicas visitavam as moradias rotineiramente. A fim de orientar e supervisionar o preenchimento das cadernetas, em certos casos os próprios pesquisadores registravam as informações, já que nenhum membro da família sabia ler. As visitas rotineiras também foram importantes para a consolidação da confiança a fim de que os pesquisados informassem corretamente seus proventos e despesas, e fosse garantida a rotina dos registros nas cadernetas. Assim, durante o período de um mês as informações sobre despesas e rendas das famílias dos operários da limpeza municipal foram para serem registradas e posteriormente analisadas.

O trabalho foi realizado durante os meses de novembro e dezembro de 1936, e janeiro, fevereiro, abril e maio de 1937. Procurou-se fechar as cadernetas com período de 30 dias, iniciados e encerrados na mesma hora, com ajustes e correções a fim de afastar possibilidades de erro.

O grupo foi escolhido dentro do quadro dos funcionários municipais, devido ao fato de se encontrar dificuldades em estabelecer um grupo representativo dos trabalhadores com menor salário na cidade de São Paulo. Como a pesquisa seria realizada pela própria municipalidade o acesso estaria garantido, além de haver certa disponibilidade funcional para

responder às questões, seja por compreender a proposta ou, mais provável, por vir dos superiores a determinação para cooperar com o trabalho dos investigadores. De acordo com o coordenador da pesquisa: “si o governo pretende melhorar as condições das classes trabalhadoras, nada melhor do que começar pelos seus próprios operários” (LOWRIE. 1938d, p. 193). A escolha dos operários da limpeza pública se deu por constituir-se um número suficiente para a análise e representarem os salários mais baixos do quadro municipal em relação ao total de horas trabalhadas, já que em valor representavam a média salarial do restante dos trabalhadores da Prefeitura de São Paulo.



Figura 2 – Caderneta de Campo nº 603 da Pesquisa de Padrão de Vida coordenada por Samuel Lowrie. O Pesquisador responsável por esta caderneta foi Ruy Barbosa Cardoso, aluno da Escola Livre de Sociologia e Política e membro fundador da Sociedade de Etnografia e Folclore. (LISTA, doc. 31).
Fonte: Departamento do Patrimônio Histórico / Fotógrafa, Mônica Cardim

¹² Em 2007, por ocasião da comemoração dos 74 anos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o ex-aluno Ruy Barbosa Cardoso, deu o seguinte depoimento:

Foi muito importante para mim ter estudado na Escola de Sociologia e Política, há mais de 30 anos atrás, pois assim que me formei bacharel nesta instituição pude desempenhar atividades que julgo muito importantes para a minha carreira profissional e para a minha trajetória de vida. Depois de formado, atuei, por exemplo, como pesquisador no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, onde trabalhei diretamente com o escritor Mário de Andrade. [...] Outro marco importante na minha vida profissional foi ter participado de uma das mais importantes pesquisas já realizadas no país, que investigou o padrão de vida dos lixeiros da capital paulista, e que, na época, serviu de base para a elaboração do primeiro salário mínimo dos trabalhadores brasileiros (FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO).

Antes de sair a campo os investigadores puderam, com a colaboração da Divisão de Engenharia Sanitária da Limpeza Pública, construir um cadastro dos funcionários a serem investigados, com nome, endereço, nacionalidade, casa própria ou alugada. A partir do cadastro um mapa da cidade foi elaborado com a localização e o planejamento das ações de cada pesquisador. Considerou-se também a existência de famílias residentes em áreas semi-rurais, evidenciando a presença de chacareiros entre os operários, em sua maioria composta por portugueses. Após algumas entrevistas-piloto, realizou-se uma sensibilização dos trabalhadores ainda na repartição, a fim de evitar os obstáculos e resistências reveladas nos primeiros inquéritos. As reuniões procuraram apresentar aos operários os objetivos da pesquisa e tranquilizá-los em relação a possíveis temores.

A representatividade do grupo pesquisado no quadro geral dos servidores da Limpeza Pública foi justificada da seguinte forma: de um total de 2.115 trabalhadores, foram pesquisados 306 (questionários aproveitados dentro da parcela selecionada); as famílias foram selecionadas respeitando-se uma proporção em relação à renda declarada, ao endereço de moradia e à nacionalidade dos trabalhadores, de modo que sintetizasse um recorte representativo do universo escolhido.

Ao caracterizar o grupo escolhido para a pesquisa houve a preocupação em ser o mais representativo possível da população adulta da cidade de São Paulo. Não ocorreu uma paridade nas nacionalidades presentes na cidade com o grupo dos operários, como por exemplo, o baixo número de italianos nesta classe de trabalhadores. Para o coordenador da pesquisa, isto se devia ao fato de os imigrantes italianos terem obtido um *bom êxito* econômico na cidade de São Paulo. Esta conquista de melhor condição financeira justifica seu menor número junto aos trabalhadores da limpeza, além de comprovar uma maior assimilação ao país. Inversamente, Lowrie acredita que os imigrantes lituanos e espanhóis não se adaptaram à cultura brasileira, não conquistando, portanto, um *bom êxito* e ocupando trabalhos com baixo salário. Já a grande presença de portugueses é explicada pela viabilidade de aliar as tarefas da limpeza com as atividades de chacareiro.

Entre as famílias investigadas, cujo chefe é português, a proporção dos que têm plantações ou criam animais domésticos para venda ou consumo próprio alcança 69%, sendo mais do que o dobro da de outras nacionalidades. O fato de nada menos de 39% das famílias portuguesas possuírem casa própria, em comparação com 14% para o total de

famílias, vem demonstrar que a causa da permanência dos portugueses na Limpeza, não é a incapacidade de adaptação ao meio, mas o fato de aí encontrarem maior possibilidade de seguir suas preferências profissionais (LOWRIE, 1938d, p. 217).

No estudo do tamanho das famílias versus renda total é possível ver delinear-se a construção do conceito de renda per capita. A idéia inicial era que a existência de uma renda superior nas famílias de maior número também representaria um poder de gasto maior, já que um número maior de trabalhadores contribuiria para o valor total. Só que isto não ocorria em todas as famílias, contrariando a expectativa de análise direta de que quanto maior fosse a família maior seria o número de trabalhadores e maior a capacidade de gasto. Ao realizar a proporção da renda por membros de cada núcleo familiar, houve um decréscimo, devido à presença de dependentes inativos, levando a diminuir o poder de gasto. Essa divisão entre os membros de cada família foi vista como um impedimento para a compreensão do poder de gasto familiar. Desta forma o autor optou por uma leitura de renda apenas considerando os membros de cada família acima de 10 anos de idade, definindo-os como *adulto-equivalentes*. A intenção fora a de detectar o nível predominante da renda das famílias pesquisadas e, a partir dele, avaliar qual índice seria necessário para a proposição de salário padrão. Em suma, foi estabelecida uma espécie de *renda per capita*, excluindo as crianças abaixo de 10 anos.

Para análise da renda das famílias, alguns itens foram considerados à parte. O fato de algumas famílias possuírem casa própria ou produzirem bens para seu consumo interno foi analisado separadamente e reconsiderado dentro do conjunto dos dados. As prestações das casas próprias foram comparadas com os gastos dos aluguéis e os custos de produção de determinados produtos com o seu consumo em paralelo com as despesas destes bens anotados nas cadernetas.

Os chefes ganham o maior salário dentro das famílias, mas não é uma renda suficiente para avaliar o custo de vida como índice de capacidade de satisfação, é necessário considerar a renda total dos trabalhadores de cada núcleo:

Embora não seja também inteiramente satisfatória, a renda por adulto-equivalente é, sem dúvida, uma base de classificação mais eficiente e esclarecida num estudo de padrões de vida ou de quaisquer outros assuntos relacionados com as necessidades de uma família. (...) O total de renda que as famílias recebem é, em grande parte, como já foi sugerido, em função do número de trabalhadores. Este por sua vez está intimamente associado ao tamanho das famílias. Já mostramos que a renda total das

famílias cresce firmemente com o número de membros que as compõem. Do mesmo modo, ao aumento de renda familiar corresponde um aumento do número de trabalhadores. (LOWRIE, 1938d, p. 248).

Os filhos são os segundos maiores contribuintes para a renda familiar, seguidos por outros trabalhadores como as mulheres, irmãos, netos e outros. As mulheres mereceram atenção dos pesquisadores em função de seu trabalho interno para a manutenção da casa, e pequenas tarefas em troca de produtos ou serviços, itens difíceis de serem mensurados, apesar do reconhecimento da importância.

Exemplificando: a produção doméstica, para consumo próprio ou para venda, pode ser em parte, uma consequência do seu trabalho. Ela ainda pode auxiliar nos trabalhos de seu marido, especialmente na confecção de artigos executados em casa para serem vendidos. E na classificação final, os costumes nacionais podem afetar os resultados chegando mesmo a falsear os verdadeiros hábitos de um determinado grupo. É bem possível que este fato venha explicar o motivo pelo qual a porcentagem de esposas portuguesas que trabalham é baixa. Vivem os portugueses mais do que os outros, em chácaras, onde o trabalho das esposas está confundido com outras fontes de renda (LOWRIE, 1938, p. 258).

O estudo conclui haver diferenças entre as nacionalidades quanto à capacidade de ganhar e justifica esta afirmação da seguinte forma: os brasileiros e filhos de brasileiros seriam os que detêm maior dificuldade em ganhar, seguidos pelos brasileiros filhos de estrangeiros. Os estrangeiros teriam o maior poder para ganhar, sendo também hierarquizados nesta capacidade e estando os italianos e lituanos no alto da pirâmide. Mas esta hierarquização perde o sentido quando analisada frente ao tamanho das famílias, pois percebe-se que os estrangeiros possuem um número maior de filhos. Assim, dilui-se a importância da capacidade de ganho. Aqui se expressa a ausência de uma caracterização dos indivíduos considerados brasileiros. Se não são sequer descendentes de portugueses (pois estes estão separados), seriam descendentes de povos nativos, de escravos ou de mestiços? Não há nenhum registro na pesquisa que possa esclarecer a origem dos brasileiros. No entanto, tendo em vista os trabalhos anteriores de Lowrie, sobre a composição da população paulista, pode-se presumir que parte destes trabalhadores seja mestiça ou negra.

Quanto à coleta dos dados sobre as despesas das famílias pesquisadas

batata, pão e feijão. Foram avaliadas e comparadas as oscilações dos preços destes produtos e das anotações das famílias, observou-se a mesma elevação percentual dos preços.

Foi observado que as famílias que realizaram gastos extraordinários reduziram despesas de outros itens. Os gastos rotineiros (alimentação, aluguel, transporte) são os mesmos nas famílias, sendo o percentual maior nos núcleos de renda mais baixa. Os índices aumentam ou diminuem proporcionalmente à renda total e os tipos de consumo básicos.

Eliminando-se os gastos com prestação da casa ou a diferença dos gastos de aluguel percebeu-se que o custo de vida é semelhante entre as famílias que possuem casa própria ou não. Não é possível avaliar a obtenção de casa própria entre as nacionalidades, visto que apenas se diferenciam os portugueses proprietários.

No item alimentação as diferenças entre as nacionalidades surgem de forma mais nítida, o que leva o coordenador à seguinte conclusão:

A provável explicação da contradição que parece existir entre o grau de bem estar expresso pelo total de despesas com alimentação ou pela porcentagem que essa despesa representa em relação ao total de consumo, reside no fato de que os hábitos de consumo são intimamente relacionados com costumes nacionais e que estes hábitos alteram, quando não destroem, a ordinária relação que se pode esperar existir entre os itens de consumo. De maneira particularmente forte agiriam estes costumes nacionais, modificando a distribuição de despesas de uma nacionalidade, vivendo num novo ambiente há tempo relativamente curto, como é o caso dos lituanos em São Paulo. Isto significa que a porcentagem do total de consumo despendido em alimentação pode ser índice de bem estar num grupo adaptado ao seu próprio meio ou entre grupos adaptados a diferentes meios; mas entre grupos adaptados em graus diversos a um mesmo meio, seu valor como medida pode se contrabalançar pelos hábitos nacionais (LOWRIE, 1938d, p. 285).

As habitações das famílias pesquisadas caracterizam-se basicamente pelas péssimas condições das moradias, 59% das famílias moram em apenas um cômodo ou dois; 98% em três ou menos cômodos e, conseqüentemente há uma superlotação dos dormitórios. Em sua maioria as casas ou cômodos não possuem cozinha ou banheiro, o tanque é coletivo e retiram água de poço.

Após tratamento e análise dos dados obtidos o autor elenca suas conclusões. O grupo pesquisado difere do conjunto da população da cidade no que se refere à representatividade das nacionalidades existentes, com menor contingente de italianos e maior contingente de lituanos, sendo os primeiros os melhores sucedidos economicamente e os últimos os

imigrantes com maior dificuldade de adaptação ao meio. Poucos estrangeiros trabalhando na limpeza em comparação com os brasileiros. Excesso de mulheres em idade reprodutiva e de meninos com menos de 7 anos. Os salários dos funcionários da Limpeza Pública estão defasados em relação a 1934 e comprovados a sua inadequação pelas condições de vida retratadas na pesquisa. A renda da família tende a crescer com o aumento do número de membros. A renda do chefe representa quase que dois terços da renda familiar. Não é significativa a contribuição das esposas ou dos filhos. Todos os membros trabalham, sempre que possível. As diferentes nacionalidades não geram alterações na renda da família. Péssimas condições de habitação da maioria da população pesquisada, inclusive com superpopulação. As famílias que possuem casa própria detêm pequena vantagem, mas de resto não diferenciam daquelas que pagam aluguel. As famílias demonstram que as despesas ocorrem de forma padrão: a porcentagem com alimentação diminui conforme o aumento da renda, assim como ocorre o movimento contrário com a diminuição da renda. O gasto com alimentação é alto, em média 53%, demonstrando o baixo poder aquisitivo do grupo. Ausência de gastos com recreação e educação. Alimentação considerada normal em relação à alimentação latina. Exceção é feita em relação aos lituanos, tidos como não adaptados a alimentação local, com gastos além do suposto necessário para sua alimentação. A alfabetização das famílias é menor que a encontrada na população urbana no censo de 1934 (LOWRIE. 1938d, p. 304).



Figura 4 – Cortiço na Av. Anhangabaú. São Paulo, 1939.

Fonte: Departamento do Patrimônio Histórico / Fotografia Benedito Junqueira Duarte

As conclusões da pesquisa levam o seu coordenador a sugerir outras medidas amenizadoras das condições de vida das famílias, já que boa parte dos membros das famílias trabalhava para compor uma renda suficiente. E aponta a necessidade de se fixar salários diferentes para homens, mulheres e crianças a fim de não gerar desequilíbrio entre as diferentes forças ativas. “São menos estáveis e quase certamente, em geral, menos eficientes e produtivos que o chefe da família” (LOWRIE, 1938, p. 304). É de se notar a contradição com o estabelecido na Constituição de 1934, onde os trabalhadores não podem ser diferenciados entre si no que diz respeito ao sexo, raça ou outros critérios. Em suas considerações finais o trabalho levou o responsável a sugerir os seguintes pontos:

Escolas públicas que se encarregassem dos menores até 16 ou 17 anos.

As famílias tivessem possibilidade de manter esses menores enquanto freqüentassem a escola.

As novas condições de salário deveriam ser estabelecidas sem rompimento brusco com os hábitos do meio, procurando-se evitar choques violentos que provocassem o antagonismo público. A introdução deveria se dar suficientemente devagar para não desorganizar a estrutura do salário e a organização econômica.

Em segundo lugar, deveriam ser dados passos para corrigir as condições anormais de vida dos operários municipais pesquisados e de outros do seu nível, condições tais que não permitem formarem eles um grupo representativo da população da cidade. Esses passos, aparentemente, deveriam revestir duas formas:

1. Melhoria das condições de trabalho: os membros da Limpeza Pública poderiam trabalhar somente 6 dias por semana ou haver pagamento extraordinário para os que trabalhassem mais dias.
2. Aumento dos salários: considerando um mínimo, o aumento deveria corresponder ao crescimento do custo da vida. Seriam assim os salários atuais elevados, provavelmente, 15 ou 20% acima do seu nível.

A Municipalidade deveria oferecer um exemplo à indústria particular, mantendo condições adequadas de trabalho e remuneração justa. Atualmente, o grupo investigado não é representativo. Está abaixo do normal em comparação com a comunidade em geral (LOWRIE, 1938d, p. 304).

A administração municipal, ao realizar uma pesquisa sobre o padrão de vida dos servidores de seu quadro cujo objetivo anunciado é o estabelecimento de um salário que satisfaça mais adequadamente as necessidades básicas das famílias, inaugura uma preocupação com a ordem pública a partir de ações positivas, o que podemos considerar como

um caminho de fundação das políticas públicas por parte do Estado, especificamente da municipalidade. De fato podemos afirmar não haver grandes interesses em alterar a posição sócio-econômica dos trabalhadores, mas vemos uma iniciativa, própria do pensamento liberal, em viabilizar minimamente o desenvolvimento destes indivíduos na sociedade paulista. A preocupação com a formação é explícita. As conclusões da análise apontam o quanto seria proveitoso o investimento na educação, tanto do ponto de vista da aculturação dos imigrantes e seus descendentes tornando-os cidadãos brasileiros; quanto do ponto de vista econômico a partir do controle da entrada de jovens no mercado de trabalho.

A experiência de pesquisa de campo junto à população da cidade de São Paulo é inaugurada com os estudos promovidos pelo seu Departamento de Cultura. Vemos na pesquisa sobre o padrão de vida dos operários da Limpeza Pública da Prefeitura de São Paulo que os investigadores vivenciaram um trabalho, quase diário, com boa parte dos entrevistados, garantindo assim, através de orientações, verificações de registros e balanço periódico, o registro mais adequado possível dos dados sobre a renda e despesas das famílias. Para os estudantes oriundos das instituições de ensino tratava-se da associação da experiência prática com a metodologia apresentada nos espaços acadêmicos.

Esta pesquisa reflete os conceitos utilizados, na época, para a análise da estrutura da cidade e detecção de seus problemas e de teorias que visavam compreender a cidade como fenômeno social e que primavam mais pela descrição de sua organização e seus problemas, com pouca atenção para as causas que os geraram ou proposições transformadoras, busca soluções para incorporar os disfuncionais, ou neste caso, os não assimilados. No entanto não há como negar a contribuição dada no sentido da busca pela descrição e compreensão do meio urbano enquanto fenômeno social.

Outra relação possível é a aproximação com a teoria culturalista, pois a preocupação com uma avaliação a partir da categoria nacionalidade é evidente, há uma busca constante de evidências que comprovem relação direta entre forma de gastos, capacidade de ganho, alfabetização, número de filhos, condições de moradia e a nacionalidade dos chefes de família ou de sua ascendência. A variável nacionalidade aparece em todos os itens analisados, na tentativa de avaliar o quanto a origem pode influir na capacidade de produção e de adaptação e ou influências no meio social. É possível observar o interesse em conhecer o quanto as diferentes culturas dos grupos que integram a sociedade paulista podem interferir nas atividades de produção e como integrá-los na proposta para a cidade, econômica e culturalmente.

O processo iniciado pela pesquisa se completa quando, em 1937, a Lei 3.663 de 10 de novembro aumenta em 20% os salários dos funcionários da Limpeza Pública da Prefeitura do Município de São Paulo. Ainda em 1938, ocorre a regulamentação do salário mínimo através do Decreto-Lei 399, sendo seus valores regionais fixados em 1º de maio de 1940 pelo Decreto Lei 2.162.

Coincidentemente, na mesma data de publicação do aumento salarial dos operários municipais, 10 de novembro de 1937, uma nova Constituição Federal é outorgada por Getúlio Vargas, ato que mudará os rumos dos principais personagens envolvidos nas ações do Departamento de Cultura de São Paulo.

2.3 Considerações sobre Samuel Lowrie

Dentre os que se referenciam na pesquisa coordenada por Samuel Harman Lowrie está o trabalho intitulado *Uma Pesquisa de Padrão de Vida*, realizado por Oscar Egídio de Araujo, publicado em 1941 no Suplemento ao Vol. LXXX da revista do Arquivo Municipal. O autor está identificado como Professor Assistente da Escola Livre de Sociologia e Política e Técnico de Estatística do Departamento de Cultura de São Paulo. Em sua apresentação, Araujo faz um pequeno resumo da importância de tais estudos, assim como destaca a relação existente entre as instituições envolvidas que propiciaram o desenvolvimento da análise. Este trabalho comprova a importância adquirida pela Pesquisa de Padrão de Vida - PPV orientada por Samuel Lowrie e financiada pela Prefeitura Municipal de São Paulo. A pesquisa de Araujo foi realizada junto às famílias dos operários da Usina Santa Olímpia Ltda. e, assim como na de Lowrie, trabalharam alunos da Escola Livre de Sociologia e Política e funcionários do Departamento de Cultura (ARAUJO, 1941, p. 3).

Nesse trabalho verifica-se, claramente, o envolvimento das instituições de ensino superior, da administração pública e do empresariado, na medida em que o estudo se realizou a pedido da Usina Santa Olímpia.¹³ A documentação dessa pesquisa está parcialmente guardada no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo e resume-se basicamente nos questionários em branco e em tabelas-resumo, diferentemente da PPV-Lowrie, cuja documentação encontra-se praticamente

¹³ Indústria metalúrgica localizada no bairro do Ipiranga, falida no final da década de 1980.

completa, contando com as cadernetas preenchidas, quadros de tabulação, rascunho e relatório final de análise.

O autor da pesquisa com os operários da Usina Santa Olímpia aponta que apenas dois estudos desta natureza foram realizados anteriormente no Brasil: o do Prof. Horace Davis - cujo estudo de padrão de vida fora considerado inconsistente e insuficiente por Lowrie¹⁴ - e o de Samuel H. Lowrie, cujos resultados e processo de análise Araujo considera exemplar (ARAUJO. 1941, p. 21).

Através do trabalho de Araujo é possível observar a manutenção das atividades da Divisão de Documentação após as mudanças políticas de 1937 e seus vínculos com as instituições de ensino de Ciências Sociais, assim como sua contribuição para a construção de terreno propício às ciências aplicadas e a consolidação da formação de pesquisadores.

Segundo Jaime Rodrigues, após as pesquisas sobre padrão de vida já citadas, de Davis, Lowrie e Araujo, a Divisão de Documentação realiza outra entre 1951 e 1952 e Josué de Castro coordena mais uma em 1952 com os operários têxteis e metalúrgicos da cidade de São Paulo, enquanto presidia a Comissão Nacional do Bem-Estar Social (RODRIGUES. 2009, p. 124). Em 1958 o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE realiza a primeira PPV, cuja metodologia assemelha-se aos procedimentos adotados pela pesquisa de Samuel Harman Lowrie junto aos operários de limpeza pública da Prefeitura de São Paulo. A metodologia se conserva até os dias atuais e sua semelhança é facilmente observável na tabela, disponível na página da internet, com a relação de todas as pesquisas realizadas pelo DIEESE.¹⁵

Com as mudanças na administração municipal, advindas do golpe que instituiu o Estado Novo, a Divisão de Documentação Social parece ter sido uma das únicas a sobreviver sem muitas alterações, apesar da estagnação no quadro funcional e no orçamento. Esta situação pode ser verificada pela permanência de alguns de seus chefes e técnicos, assim como através de documentos que relatam os trabalhos realizados pela Divisão, mais especificamente os estatísticos. Em parte, a manutenção também se explica pela aproximação da proposta priorizada pela nova administração, conhecida posteriormente como um período

¹⁴ Samuel Harman Lowrie fez críticas em três pontos sobre a pesquisa *O Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo*, publicada na Revista do Arquivo Municipal vol. XIII, 1935: 1º incluir desempregados e famílias dependentes; 2º não representa o operariado de SP como afirma no título; 3º não ocorreu a crítica, no sentido de checagem, para determinar o grau de veracidade dos dados, além da existência de uma variação quanto ao número de casos que forneceram informações, de fato. (ARAUJO, 1941. p. 19 e 20; LOWRIE. 1938d. pág.194 a 195 nota 1).

¹⁵ Tabela disponível na página <http://www.dieese.org.br/pof/pof.xml#C2> . Dentre suas informações constam Período de abrangência da pesquisa, denominação, amostra e abrangência geográfica, instrumental de coleta de informações, período de coleta de preços e método de cálculo.

de grandes obras e de implantação de avenidas, cujo prefeito foi Prestes Maia, engenheiro do quadro municipal e idealizador do plano de avenidas, já discutido e iniciado na administração Fábio Prado. O corte orçamentário pode ter sido uma das razões da não renovação do contrato de Samuel Harman Lowrie. Fora isso não foram encontradas razões para seu afastamento do Departamento de Cultura e da Escola Livre de Sociologia e Política.

Quando se descortinam as publicações dos estudos de Lowrie, surge o panorama traçado por ele sobre São Paulo. Suas análises visam atender os interesses administrativos de gestão pública, bem como traçar um perfil da população e de suas características sociais, econômicas e alguns aspectos culturais. Embora fosse um trabalho de pesquisa sociológica, está carregado de considerações antropológicas, demonstrando mais uma vez a influência do Culturalismo.

Samuel Harman Lowrie identificou-se profundamente com os projetos das instituições às quais estava vinculado, defendeu e divulgou as proposições da administração municipal e da Escola Livre de Sociologia e Política. Como técnico de pesquisas sociais, sua maior contribuição está no campo do planejamento e no cumprimento dos ideais político-administrativos da época: buscou os assuntos prioritários para a gestão, realizou diagnósticos e apresentou proposições. Analisou dados disponíveis em outros departamentos ou originários de outros estudos e, com isso, pode comprovar a necessidade de profissionais das Ciências Sociais para a elaboração de políticas públicas e de seu auxílio no cumprimento do papel do Estado. Por fim, obteve condições suficientes para a realização de pesquisa social cientificamente fundamentada.

Porém, sua contribuição não se restringiu à esfera do Departamento de Cultura. Suas reflexões expostas através dos estudos e reflexões publicados na Revista do Arquivo Municipal confirmam a contribuição deste professor da Escola de Sociologia e Política não só para as ações de política pública da municipalidade, como também preparam o terreno para a consolidação dos estudos sociológicos e antropológicos que estão por vir naquele momento. De acordo com Antonio Candido, a pesquisa de padrão de vida de Lowrie representou uma reviravolta nas emergentes Ciências Sociais brasileiras:

Lowrie efetuou uma pesquisa, que considero histórica, sobre as condições de vida dos lixeiros da cidade, a meu ver um sinal da virada temática que seria a característica da nossa geração, deslocando a Sociologia do estudo preferencial das classes dominantes para o estudo das classes dominadas. Na Faculdade de Filosofia, a partir de 1940, houve uma espécie de reviravolta empírica fazendo com que fosse privilegiada a pesquisa, e as pesquisas se concentraram nestas classes subalternas, cessando

praticamente os estudos sobre as privilegiadas. Assim, passamos a estudar o negro, o índio destribalizado, o trabalhador urbano, o lavrador pobre, o pescador etc. Esta tendência renovadora constituiu de certo modo um retorno simbólico à grande exceção que fora Euclides da Cunha no começo do século, em contraposição a estudiosos das elites, como Oliveira Viana e Gilberto Freyre (CANDIDO, 2002, p.136-137).

A importância do trabalho de Samuel Lowrie reside na associação de elementos culturais à análise sociológica, sinalizando as modificações no olhar das Ciências Sociais e contribuindo na constituição deste universo de estudos, ainda incipiente no Brasil daqueles anos.

Apesar de sua importância, Samuel Lowrie teve pouco reconhecimento na história das Ciências Sociais brasileiras. Seu nome aparece nas coletâneas da área mais associado à defesa que fez da Escola Livre de Sociologia e Política, do que aos trabalhos que realizou. No entanto, Lowrie começa a ser recuperado do ostracismo ao qual foi relegado. Sua contribuição como pesquisador tem recebido destaque não apenas no presente estudo, mas em trabalhos de outras áreas, como o de Jaime Rodrigues. Além da própria publicação em fac-símile da pesquisa sobre padrão de vida, considerada como percussora em Sociologia Aplicada em São Paulo, organizada por Ângelo Del Vecchio e Carla Dieguez. (RODRIGUES, 2009; DEL VECCHIO e DIÉGUEZ. 2009).

Capítulo III - Contribuições de Dina Lévi-Strauss

3. 1 Dina Lévi-Strauss

A partir de sua criação em 1934 a Universidade de São Paulo contrata professores estrangeiros para compor seus quadros. Em especial para as cadeiras de Filosofia e Ciências Humanas são contratados nomes franceses. A relação com a França não foi ao acaso, pois este país sempre fora escolhido para formação de integrantes de famílias tradicionais brasileiras, dentre os quais podemos citar Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes. Além do vínculo entre personalidades francesas e membros do grupo ligado ao jornal *O Estado de S. Paulo* que ocorria desde a década de 1920, por intermédio de Júlio Mesquita Filho, o pensador francês George Dumas se torna o principal articulador na escolha e envio dos professores. Alguns professores vem com uma carreira já estabelecida, outros jovens professores em busca dela, grupo em que se encontra Claude Lévi-Strauss (PEIXOTO. 2001).

Aos 27 anos, Lévi-Strauss, formado em Filosofia em 1931, chega para assumir a cadeira de Sociologia e no Brasil, realiza suas duas únicas viagens etnográficas. Também formada em Filosofia, sua esposa na época, Dina Lévi-Strauss o acompanha não só na mudança para São Paulo, como também nas viagens e atividades etnográficas, de interesse dos dois.

Neste capítulo serão analisadas as ações desenvolvidas por Dina Lévi-Strauss no sentido de demonstrar a realização de atividade profissional na sua área de interesse, mesmo que por diferentes razões tenha sido curta no tempo e obscurecida ao longo da História. Este não é o primeiro estudo que tenta construir sua imagem de profissional autônoma, assim como outros deverão se seguir, pois vários detalhes e trechos desta história estão com espaços vazios à espera de quem os preencha. Diferente de Claude, Dina é apresentada como etnógrafa e se envolve com as atividades do Departamento de Cultura de São Paulo, sendo exatamente esse envolvimento que lhe dá a autonomia profissional aqui tratada. Mas também diferente de seu marido, que ao sair do Brasil constrói carreira de eminente antropólogo, Dina Lévi-Strauss retoma suas atividades como professora de Filosofia. O casal se separa logo

após seu retorno à França, em 1939, quando Dina reassume seu nome de solteira Dreyfus¹⁶ (SANDRONI. 2002 p. 236).

Em final de 1936, Dina Lévi-Strauss segue para França em férias, onde apresenta um relatório ao Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger¹⁷, datado de 10 de dezembro de 1936, acompanhado de alguns documentos anexos. Neste documento verifica-se que as atividades de Dina junto ao Departamento de Cultura ultrapassaram a idéia de uma simples colaboradora ou como apenas aquela que ministrou o Curso de Etnografia e, muito menos, só esposa do professor contratado pela Universidade de São Paulo. No documento é possível avaliar a dimensão de sua influência na estruturação dos trabalhos etnográficos do Departamento e o seu reconhecimento profissional por parte de Mário de Andrade.

Antes de minha partida, o senhor houve por bem considerar-me em deslocamento na Universidade de São Paulo, sem poder, no entanto conceder-me nenhuma das vantagens ligadas a esta função; deixou-me, no entanto, a liberdade de criar uma situação por meus próprios meios, e a esperança de que, em caso de sucesso, meu caso merecesse novo exame. Uma tal situação, eu criei. A continuidade do seu desenvolvimento está desde já garantida, e tentarei, está claro, fazer com que a influência francesa no Brasil se beneficie ao máximo dele. Neste sentido, estou tentando atualmente situar a atividade etnográfica e folclórica do Departamento de Cultura sob a orientação permanente do Museu do Trocadéro e das Instituições folclóricas francesas. (STRAUSS, D. 1936, apud SANDRONI, 2002, p. 242).

No trecho transcrito acima do relatório de Dina Lévi-Strauss enviado a Jean Marx, diretor do Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger, e responsável junto com George Dumas pela designação dos professores franceses para a Universidade de São Paulo (SANDRONI, 2002, p. 240), o objetivo central foi o de obter um novo exame e uma possível aprovação para subvencionar a continuidade de seus trabalhos em São Paulo. Apesar de ela ser considerada “em deslocamento na Universidade de São Paulo”, o relatório evidencia sua

¹⁶ É de se pressupor que Dina manteve sua pesquisa, agora voltada ao campo da Filosofia e Educação. A Revista Anhembi, dirigida por Paulo Prado registrava entre seus colaboradores o nome de Dina Dreyfus. O número 2 Vol. I de janeiro de 1951 conta com o artigo de Dina intitulado *De Freud a Sartre*. Em busca na rede da Internet outros títulos foram encontrados assinados por Dina Dreyfus: *Vraies et fausses énigmes*. Mercure de France, october 1957, in Samuel Beckett, *Molloy*. Paris: UGE, 1963; *Présentation des émissions de philosophie à la télévision*, in L'Éducation nationale, nº 36, repris das Cahiers philosophiques, nº 55, 1993; Dina Dreyfus et Florence Khodoss, *L'enseignement philosophique*, Les Temps Modernes, nº 235, décembre 1965. Sobre Dina Levi-Strauss ver também: Ellen Spielmann, La desaparición de Dina Lévi-Strauss. In, *Unidad Y pluralidad de la cultura latinoamericana: género, identidades y medios*; BERG, Walter Bruno; BORSÔ, Vittoria (eds.). Madri, Iberoamericana, 2006, p.149-173;

¹⁷ Carlos Sandroni informa que o relatório foi dirigido provavelmente a Jean Marx, apesar da ressalva, neste presente estudo, essa suposição foi tomada como verdadeira.

tentativa frustrada de obter a mesma subvenção que Claude Lévi-Strauss recebera ao vir para o Brasil. Evidencia também sua busca em integrar a “missão francesa” da mesma forma que os professores contratados e selecionados por Dumas, e, principalmente, o fato de ter desenvolvido intencionalmente atividades em São Paulo que resultassem num reconhecimento profissional. Em suma, apresenta claramente a autonomia profissional de Dina Lévi-Strauss, para além da idéia de ter simplesmente acompanhado o marido como esposa que, por um acaso, também pode trabalhar, como seria mais facilmente compreendido¹⁸. Como bem apontara Corrêa, apesar de insuficiência de documentação, “se não era uma celebridade na história da Antropologia também não era uma desconhecida” (CORRÊA, 2003, p. 19). Teve, ao lado de Mário de Andrade, papel principal na construção dos estudos etnográficos desenvolvidos no Departamento de Cultura de São Paulo.

A Etnografia brasileira é um campo inexplorado; o curso do qual fui encarregada é o primeiro do gênero no Brasil, e seu alcance ultrapassa o de um simples curso acadêmico, pois que seu objetivo é formar uma escola de pesquisadores especializados, funcionários municipais (amanhã, sem dúvida, a eles se juntarão oficiais do exército e missionários), cuja formação técnica poderá ser puramente francesa. Esta influência penetra, assim, num meio intelectual e administrativo diferente do da Universidade, meio onde a cadeira permanente que ocupo beneficiou-se, durante todo o ano de 1936, de uma audiência regular de 50 a 80 pessoas. (STRAUSS, D. 1936 apud SANDRONI. 2002, p. 242)

Imbuída do desejo de afirmação de seu espaço de trabalho, Dina tenta demonstrar no relatório que o universo com o qual está trabalhando vai além do mundo acadêmico das universidades. Ao citar o objetivo de formar pesquisadores especializados no quadro dos servidores públicos municipais e posteriormente nos quadros do exército e religiosos, busca dar a dimensão política da possível influência francesa e a importância de seu papel pessoal neste processo.

Apesar de não haver, até o momento, comprovação de seu vínculo com instituições francesas antes de sua vinda ao Brasil, Dina Lévi-Strauss é referenciada em documentos e publicações da Revista do Arquivo Municipal como Agrégée do Museu do Trocadero. Há de se pressupor algum tipo de vínculo, mesmo que informal derivado dos interesses do casal

¹⁸ Os professores estrangeiros muitas vezes vinham com a família, suas esposas terminavam também por desenvolver atividades profissionais, como Helen Pierson que além de trabalhar auxiliando Donald Pierson, ministrou aulas de línguas na Escola Livre de Sociologia e Política. Há um artigo de autoria de Vera Smith Lowrie, esposa de Samuel Harman Lowrie, intitulado: Education for Christian Leadership in São Paulo, Brasil, e publicado no periódico Religious Education, vol. 32, janeiro de 1937, pag. 25-33, na qual a autora é apresentada como filiada à Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Claude Lévi-Strauss veio acompanhado pela esposa e também seus pais permaneceram por um tempo São Paulo, conforme relatou em sua obra Saudades do Brasil.

Lévi-Strauss e da aproximação com Paul Rivet. Considerando-se, inclusive, o fato de naquela época serem ministrados cursos de etnografia no Museu do Trocadero por seu diretor Rivet e por Marcel Mauss¹⁹. Em relação a Rivet não há dúvidas da existência de vínculo, inclusive através de correspondência trocada entre a Sociedade de Etnografia e Folclore, da qual Dina fora primeira secretária, além do convite feito à Administração Municipal, também por intermédio de Dina, para participação no Congresso Internacional de Folclore organizado por ele. O Museu do Trocadero, referência constante no trabalho de Dina e mesmo de Claude Lévi-Strauss, passava por discussões em torno da sua transformação e criação do Musée de l'Homme – efetivamente fundado em 1937, cuja proposta trouxe uma mudança de enfoque das coleções museográficas, para além de um colecionismo, procurando o contexto das peças, não apenas como um gabinete de curiosidades. O etnólogo Paul Rivet quando cria em Paris, juntamente com George Henri Riviére, o Musée de l'Homme, tem como objetivo inserir os objetos no contexto social e funcional das sociedades de onde foram extraídos, fazer da instituição museal um espaço de reflexão, um laboratório, contrapondo-se aos museus tradicionais, onde os objetos eram expostos sem grandes explicações sobre sua função e sim como mera curiosidade. É a construção da idéia do museu-laboratório – lugar de mediação entre a ciência e o grande público.

A idéia de influir intelectualmente nas pesquisas brasileiras, orientar metodologicamente a produção do conhecimento antropológico no país e, com isso, construir e afirmar seu espaço de trabalho aqui e na França reflete a intenção de Dina ao se aproximar do Departamento de Cultura. O relatório citado no início do capítulo o confirma, pois afirma, claramente, que o Brasil é um imenso campo a ser explorado etnograficamente, assim como parecera a Claude Lévi-Strauss. (STRAUSS, D. 1936, apud SANDRONI, 2002 p. 242)

A entrevista dada por Claude Lévi-Strauss, na véspera de completar 96 anos, para Gilles Lapouge, dá a dimensão de como se via, quando chegou ao Brasil, seu momento junto à Etnologia, as pessoas atuantes em São Paulo, sua influencia anglo-saxã e a importância de Mário de Andrade em sua primeira viagem etnográfica, eis alguns trechos reproduzidos:

É preciso imaginar como eram as coisas em 1934. Nesta época, a Etnologia ainda não era respeitada na Universidade. Havia equipes que trabalhavam com Marcel Mauss,

¹⁹ Segundo Marta Amoroso, “O etnólogo Frances Marcel Mauss fundou o Instituto de Etnologia da Universidade de Paris juntamente com Lévy-Bruhl e Paul Rivet em 1925. Lecionou durante a década de 1930 no Collège de France, influenciando a geração de professores franceses que vieram atuar no Brasil neste momento, como podemos observar nas notas do *Curso de Etnografia*. No período de atuação da SEF, dispunha-se de poucos ensaios de Mauss publicados e seu *Manual de Etnografia* veio a ser divulgado posteriormente, em 1947, por seus alunos” (AMOROSO, 2004)

Paul Rivet, Lucien Lévy-Bruhl, mas não constava no programa estrito da Universidade. Na verdade, no que me diz respeito, eu não era antropólogo, mas um simples professor de filosofia em Laon. E me aborrecia por lá. A filosofia não me satisfazia e eu queria partir.

(...)

Fui sondado para viajar para o Brasil e agarrei essa chance. Vi aí a possibilidade de levar minhas especulações filosóficas para o campo da Etnologia.

(...)

Sociologia. Uma transição, para mim, entre a filosofia dos meus estudos e essa Antropologia que me fascina. Ao mesmo tempo, desde que me fosse permitido, fazia trabalho de campo. (...) Paralelamente, fazia meus alunos trabalharem na cidade de São Paulo, produzindo monografias sobre tal rua, sobre tal quarteirão.

(...)

Os grandes patronos da Universidade e o próprio Ruy Mesquita eram muito ligados a uma Etnologia inspirada em Augusto Comte, em Emile Durkheim. Já eu, estava “recheado” de Etnologia anglo-saxã.

(...)

Em 1935, em vez de voltar para a França nas férias, fiz a primeira expedição na terra dos Bororos (três meses). No verão (francês) seguinte, voltei à França para as férias e apresentei em Paris as coleções que eu havia constituído no Mato Grosso e também artigos, publicações. Foi assim que eu me tornei, oficialmente, etnólogo.

(...)

São Paulo. Foi um choque. Tenho 96 anos. E São Paulo foi minha juventude, entende? Havia a febre intelectual da jovem Universidade de São Paulo – os outros professores franceses, homens de talento, lembro de Roger Bastide, Fernand Braudel... ou um italiano como Ungaretti, professores alemães, os primeiros exilados do nazismo... Mas você sabe, cada um tinha seu setor, não nos víamos muito, a não ser para algumas necessidades mundanas, por sinal, agradáveis. Eu freqüentava muito os brasileiros. Um dos homens mais impressionantes para mim foi Paulo Duarte. Sérgio Milliet também. Eu era muito ligado a Mário de Andrade. Me apaixonei pelos seus estudos sobre a música popular e gostava muito dele. Foi graças a ele que pudemos montar uma missão franco-brasileira no Mato Grosso. (STRAUSS, C. Apud. LAPOUGE, 2004).

O processo administrativo da Prefeitura de São Paulo de número 78480/35 dá a prova oficial do relato de Lévi-Strauss, segundo o qual Mário de Andrade solicita a contratação do professor para registrar os índios Bororo em filmes para acervo da municipalidade.

São Paulo, 7 de novembro de 1935.

Sr. Prefeito,

O professor Lévi-Strauss, da Universidade de São Paulo, e sua esposa, que é também notável etnógrafa, ex-assistente do professor Rivet no Museu Etnográfico do Trocadero, vão realizar uma excursão ao Estado do Mato Grosso, afim de estudar costumes dos nossos índios, bem como localizar, si possível, algumas tribos desaparecidas há vinte anos. (grifos meus)

O professor Lévi-Strauss está disposto a realizar essa excursão, como delegado do Departamento de Cultura, sem receber nenhuma remuneração por isso.

Seria entretanto interessante obter dados mais positivos para o nosso arquivo etnográfico e o professor Lévi-Strauss prontificou-se a tirar uma película cinematográfica, caso o Departamento de Cultura, que ficaria proprietário dessa película²⁰, corresse com as despesas desse trabalho.

Trata-se realmente duma obra de alto interesse, para o qual esta Diretoria vem solicitar o apoio do Sr. Prefeito. O professor Lévi-Strauss prontificou-se a dar o resultado dos seus estudos para ser publicado em primeira mão pela Revista do Arquivo.²¹ Prontifica-se mais a ceder uma cópia da coleção de fotografias que tirar durante a sua viagem. E finalmente a tirar o filme etnográfico da viagem, que ficará de posse do Departamento de Cultura.

Para esta ultima realização faz-se necessário uma subvenção de 4:000\$000 (quatro contos de reis). Esta Diretoria solicita do Sr. Prefeito se digne permitir ao Departamento de Cultura dar ao professor Lévi-Strauss e senhora as credenciais necessárias, bem como conceder a quantia de quatro contos de reis para a realização do filme acima designado.

Saudações cordeais,

Mário de Andrade (SÃO PAULO, 1935a)

²⁰ De fato, o casal realizou as filmagens dos índios Bororo, filmes estes que pertencem à Secretaria Municipal de Cultura e se encontram sob a guarda do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga no Centro Cultural São Paulo, as películas originais estão depositadas na Cinemateca Brasileira, por questões de conservação.

²¹ Claude Lévi-Strauss. *Contribuição para o estudo da organização social dos índios Bororo*. Revista do Arquivo Municipal, vol. XVIII, PP 242-245, 1936. publicado também no Journal de La Societé des Americanistes em 1937.

São Paulo na década de 1930 era uma cidade em franco desenvolvimento e, como visto no primeiro capítulo, boa parte dos envolvidos em uma instituição estavam, também envolvidos em outra, os grupos de intelectuais se encontravam com frequência. Não existem muitas referências sobre a proximidade de Dina Lévi-Strauss e Mário de Andrade, mas é evidente que o interesse de uma casou-se com o do outro. Segundo Telê Ancona Lopes, o interesse de Mário de Andrade por obras etnográficas cresceu ao longo do tempo, despertado por suas viagens etnográficas - em 1927, Rio Amazonas até o Peru e em novembro de 1928 até fevereiro de 1929, nordeste brasileiro²². Sem se preocupar com definições de escolas teóricas ou conceitos, lia de tudo um pouco, como atesta sua biblioteca. Estava sempre em busca de elementos para amadurecer seus estudos, criações e projeto de documentar a criação popular (LOPES, 1972). No decorrer do capítulo, será visto que Mário de Andrade teve a oportunidade de amadurecer sua leitura sobre Etnografia e investir num processo de sistematização de pesquisa folclórica. Dina, por sua vez, acreditava na possibilidade de um campo de atuação no qual pudesse ver-se reconhecida de modo que fazer Etnografia num órgão municipal, formar e orientar pesquisadores se transformou numa ótima oportunidade.

A presença de Dina Lévi-Strauss no Brasil representou para Mário de Andrade a possibilidade de, além de aprofundar seus conhecimentos etnográficos e de propiciar a formação de pesquisadores culturais, viabilizando a coleta e registro sistemático planejado cientificamente das informações que ele considerava em vias de extinção na cultura brasileira. Sua preocupação com a essência da formação do homem brasileiro já estava presente nos registros e estudos que fazia por conta própria e se refletiam em seus trabalhos literários, sobre a música brasileira e sobre as manifestações culturais populares; possuía também interesse em analisar a relação existente entre cultura popular e cultura erudita, áreas que soube sintetizar como poucos intelectuais brasileiros. São diversos os trabalhos de Mário que tratam da produção musical popular brasileira, em algumas situações em contraponto com o erudito.²³ Neste aspecto Florestan Fernandes faz consideração pertinente ao observar que Mário de Andrade verifica o vínculo entre a criação popular e a erudita, além de sua

²² O diário da experiência de Mário nestas viagens está registrado em sua obra *O Turista Aprendiz*.

²³ Mário trata, inclusive, como tema de reflexão a produção musical de indivíduos com origem mestiça, sejam as produções populares ou eruditas, como a análise feita sobre a obra de Padre José Maurício Nunes Garcia na qual observa a capacidade musical a despeito das dificuldades encontradas por sua origem. Demonstra o reconhecimento do músico e sua nomeação como pregador régio, por Dom João VI, no entanto não houve o reconhecimento público devido, pois sequer ocorreu o registro documental de sua produção musical. Mário de Andrade. *Música, doce música*. 1930, pág. 131 a 142. in Obras Completas de Mário de Andrade VII. Livraria Martins Fontes, São Paulo.

interdependência. Sua avaliação feita em 1946 observava que a contribuição de Mário de Andrade não fora devidamente reconhecida e faltava uma análise panorâmica, por parte dos estudiosos, do seu trabalho sobre o Folclore brasileiro (FERNANDES, 1946, p. 142-143).

A perspectiva do tempo permitirá comparar a sua contribuição ao Folclore musical brasileiro às de Luciano Gallet, Renato Almeida, Fausino do Valle, Guilherme T. Pereira, Luís Heitor, Mariza Lira, Oneyda Alvarenga, etc; e criará novas possibilidades, ao mesmo tempo na verificação de sua importância relativa na história do Folclore brasileiro. Esta mede-se não só por seus estudos do Folclore musical, mas também por outras investigações do mesmo modo valiosas (Folclore infantil, Folclore do negro, escatologia popular etc), pelo papel que desempenhou como pesquisador e investigador erudito e, particularmente, pela influência propriamente de presença, como animador e muitas vezes como orientador, exercida sobre um bom número de novos folcloristas (Oneyda Alvarenga, Luís Saia, Nicanor Miranda, Alceu Maynard Araújo etc). (FERNANDES, 1946, p. 141-142)

Florestan Fernandes aponta o amadurecimento de Mário de Andrade em relação a sua concepção sobre arte popular e arte erudita. Para ele, Mário primeiro acreditou na existência de uma passagem “evolutiva” da arte popular se transformando em arte erudita, através da apreensão dos artistas cultivados. Mas, em seu trabalho *Modinhas Imperiais* de 1930, expressou estranhamento quando percebeu a transformação da modinha, primeiro em romance de salão e mais tarde em cantiga popular. E no decorrer dos anos percebeu a constante troca, a existência da procedência erudita de formas populares e vice-versa, além de fortalecer a importância da idéia de “nacional”. (FERNANDES, 1946, p. 144). A reflexão de Fernandes, de certa forma, confirma que a visão de Mário de Andrade sobre as coisas brasileiras e sobre a forma de difundi-las, por vezes escapa à idéia de um nacionalismo voltado ao controle social de caráter disciplinador.²⁴

²⁴ Justificando também certa contradição que surge na leitura as ações do Departamento de Cultura, mas que o torna também atual paradigma para construção de políticas culturais. O que justifica em parte o surgimento de posições antagônicas sobre as políticas desenvolvidas pelo Departamento nos anos de 1935 a 1938, tais como as desenvolvidas por Rafaini e por Barbato, A primeira compreendendo o período como um momento de domínio da elite econômica paulista no sentido de manutenção do controle das classes operárias e populares, através de

Do grau de aproveitamento do material folclórico mesmo, parecia-lhe possível inferir o grau correspondente de maturidade e o *caráter nacional* da cultura de um povo.

(...)

O que importa, todavia, é que em Mário de Andrade a distância entre a arte popular e a arte erudita diminui consideravelmente, atingindo em algumas produções excepcionais um grau de interpenetração e de equilíbrio notáveis. É preciso ressaltar, contudo, a ausência de finalidades chauvinistas; é por isso que grifei acima o adjetivo nacional. Nacional aqui significa expressividade, existência de um padrão característico e próprio da cultura. Embora fizesse algumas confusões quando entrava na análise dos fatores explicativos da cultura – no sentido lato, antropológico – considerados em termos do nosso processo histórico como povo, Mário de Andrade situou bem o problema e desenvolveu sua contribuição pessoal melhor ainda (FERNANDES, 1946, p. 144-145).

Em entrevista a Carlos Sandroni, em 1993, Claude Lévi-Strauss, fala de seu contato com o grupo de intelectuais ligados ao Departamento de Cultura de São Paulo e, apesar de ter sido bem acolhido na Universidade por aqueles que ele chama de “notáveis” – entre eles Júlio Mesquita Filho e Fernando de Azevedo - diz que os verdadeiros amigos:

(aqueles com quem jantávamos, saíamos à noite, fazíamos excursões) eram os do Departamento de Cultura: Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e provavelmente outros cujo nome me escapa. Por outro lado, o Departamento de Cultura se interessava muito pelas tradições populares; por este viés, como etnólogo, eu me sentia muito próximo de suas pesquisas e participava delas.

Sobre os critérios de pesquisa do Departamento e o trabalho de Dina Lévi-Strauss afirma:

É preciso lembrar que estamos falando de uma época bem distante, onde o Brasil estava apenas se abrindo para a vida intelectual. Naturalmente, não havia formação acadêmica, universitária. De fato eles contavam conosco para tal formação. Foi por

uma ação disciplinadora muito identificada com a política adotada posteriormente pelo Estado Novo (RAFFAINI, 2001). O segundo identificando no período uma gestão dos intelectuais paulistas com características de uma utopia nacional popular. (BARBATO, 2004).

isso que viemos. Os primeiros rudimentos da pesquisa de campo, nós os elaboramos em conjunto. E tudo se passou numa velocidade extraordinária. Os meus alunos de então se tornaram mestres respeitados.

(...) De fato, minha mulher esteve muito mais próxima de Mário de Andrade que eu, pois trabalhava com ele. Ela se encarregava de uma pequena sociedade de Folclore que haviam fundado juntos. Penso que ela teria mais coisas a dizer-lhe que

eu. (STRAUSS, C. 1993 apud SANDRONI, 2002, p. 239- 240).

Neste depoimento Claude Lévi-Strauss demonstra como considerava o vínculo existente entre Dina e Mário de Andrade mais estreito que o dele, além de associar a sociedade mais ao trabalho folclórico e não aos seus interesses etnográficos pessoais, aponta também que a responsabilidade do cuidar da *pequena sociedade* fora basicamente de Dina. Neste aspecto ele tem total razão: ela teria muito a dizer sobre o cotidiano do Departamento e seu projeto de trabalho etnográfico.

De acordo com relatório já mencionado de Dina Lévi-Strauss, é possível perceber que ela viu no Brasil a possibilidade de desenvolver pesquisas de campo, estudar a realidade dos habitantes do país e encontrou na administração municipal, posteriormente na Sociedade de Etnografia e Folclore, a forma de realizá-las. O primeiro passo foi o curso de Etnografia. A idéia do estudo sobre Folclore parece mesmo ser uma insistência de Mário de Andrade, cujos interesses na construção de metodologia científica de registros culturais e formação de acervo para estudos futuros sempre foram privilegiados no seu trabalho pessoal, seja como literato, crítico musical ou educador. Neste sentido o poder público e a presença da etnógrafa, criam a oportunidade de estruturar institucionalmente esse trabalho. Assim, Mário aproxima Dina do Departamento de Cultura, indicando, inclusive, a sua nomeação como responsável pelos serviços etnográficos, concretizando e institucionalizando de forma sistemática os seus interesses de pesquisador. O despacho do Processo nº 37396/37, que carrega um *de acordo* manuscrito e assinado pelo Prefeito Fábio Prado é uma comprovação do auxílio e reconhecimento de Mário de Andrade. Note-se que é redigido após o relatório entregue por Dina ao Service des Ouvres Françaises à l'Étranger, talvez demonstrando a negativa que por ventura recebera:

São Paulo
Sr. Prefeito,

A ilustre professora Sra. Dina Lévi-Strauss que no ano passado fez o curso de Etnografia, mantido pelo Departamento de Cultura, continua a ser uma ótima auxiliar dos nossos trabalhos de Etnografia e Folclore. Ultimamente estes trabalhos tem se desenvolvido muito e com ótimos frutos, e a professora em questão vem se prestando gentilmente a nos auxiliar, organizando e orientando os trabalhos principalmente da Sociedade de Etnografia e Folclore, criada sob os auspícios do Departamento de Cultura. Não sendo justo que a ilustre professora continue a nos prestar seu valioso auxílio sem que lhe seja reconhecido o trabalho, e não exigindo ela vencimentos pelo auxílio que presta ao Departamento de Cultura, solicita esta Diretoria de V. Excia. se digne determinar seja lavrado um título à professora Dina Lévi Strauss, nomeando-a encarregada de organizar e dirigir os serviços etnográficos e folclóricos do Departamento de Cultura.

Com esta nomeação, meramente titular, a Municipalidade corresponderia de alguma forma à gentileza de tão digna e eficiente cientista.

Cordiais Saudações

Mário de Andrade

Diretor (SÃO PAULO. 1937a)

3.2 O Curso de Etnografia

O Departamento de Cultura de São Paulo realiza em 1936 um curso de extensão universitária sobre Etnografia, ministrado por Dina Lévi-Strauss. Além dos funcionários da administração municipal, os alunos das novíssimas Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política, geraram uma demanda significativa ao curso, e em atendimento ao pedido de Mário de Andrade as aulas foram duplicadas. Conforme livro de presença, se inscreveram no curso os seguintes nomes²⁵:

A. L. Ralston

Alfredo Oliani

²⁵ O Catálogo do Acervo da Sociedade de Etnografia e Folclore – SEF, publicado pela Secretaria Municipal de Cultura, 2004 e disponível no site do Centro Cultural São Paulo – www.centrocultural.sp.gov.br, apresenta o material pertencente ao acervo, incluindo documentos sobre o curso ministrado por Dina Lévi-Strauss, como o livro de presença e resumos das aulas porvavelmente organizados por Oneyda Alvarenga. Assim como o posfácio de Marta Amoroso: Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939), além da lista de artigos publicados na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, por membros da SEF (entre diretoria, sócios e alunos do Curso de Etnografia) e de bibliografia referência sobre a Sociedade de Etnografia e Folclore.

Alice Camargo Guarnieri
Antonieta Paula Souza
Antonio Rubbo Mueller
Brasilino Antunes Proença
Carlos Correa Mascaro
Carlos Rodrigues de Barros
Carlota Camargo Uhlenhoff
Cecília de Campos Pereira Vampré
Cecília de Castro e Silva
Ciro Ferreira Mendes
Clement de Bojano
Constantino Ianni
Domingos Juliano
Edith Saboya
Ernani Silva Bruno
Eva Brochsztajn
Francisco Luiz de Almeida Salles
Francisco Vieira de M. Barros
Francisco Cusciana
Gioconda Mussolini
Hélio Damante
Idomeneu de Campos Mattos
Iracema Duarte Espíndola
Ivone Peixoto
Jacira Fragnan
João Candido Monteiro de Andrade
João Cruz Costa
Joaquim Eugenio Lima Neto
Jofre Bueno de Camargo
José G. Vieira
José Garibaldi Bellinello
Lavínia Costa Villela
Leny Carvalho de Arruda
Lucilla Herman
Luiz Américo Pastorino
Luís Saia
M. Conceição Vieira Carvallho

Manoel de Carvalho
Marciano Santos
Margarida Gonçalves Dante
Maria A. M. Kerberg
Maria Aparecida Duarte
Maria Levy Kuntz
Maria Martins da Silveira
Maria Stella Guimarães
Marina de C. Lamba
Mário de Falco
Mario Wagner Vieira da Cunha
Ondina Garrido
Oneyda Alvarenga
Ophélia Ferraz do Amaral
Oscar Araujo
Paulo Zingg
Porfírio da S. Mello Junior
Rafael Grisi
Rossini Camargo Guarnieri
Seráfica Marcondes Pereira
Serafina de Falco
Silviano A. Moreira de Oliveira

A abertura do curso é feita por Mário de Andrade, na qual destaca que a escolha pela Etnografia como tema do primeiro curso livre do Departamento de Cultura se deve à necessidade de orientação científica para pesquisa etnográfica sobre a formação cultural do povo brasileiro.

E é principalmente nisto, na colheita da documentação popular que a enorme maioria dos nossos livros etnográficos é falsa. E é justamente nisto que temos de melhorar a nossa produção imediatamente, enquanto o progresso e o internacionalismo não destroem os nossos costumes e as bases culturais da nossa gente. Porque não nos importa ainda que nos orgulhemos de grandes monumentos científicos de Etnografia, da altura dum Frazer, dum Tylor, dum Lévy-Bruhl. Esses monumentos virão a seu tempo, e sempre quando tivermos ao nosso dispor documentação legitimamente científica. Colher, colher cientificamente nossos costumes, nossas tradições populares, nossos

caracteres raciais, esta deve ser a palavra de ordem dos nossos estudos etnográficos; e num sentido eminentemente prático vão se orientar os trabalhos deste Curso de Etnografia, que o Departamento Municipal de Cultura está iniciando. E que a nossa decisão foi acertada, prova cabalmente a vossa anuência, este afluxo inesperado de estudiosos que ultrapassou de muito a nossa expectativa (MINUTA, [1936]).

Na apresentação confirma-se a leitura de Mário de Andrade de obras de teóricos da Antropologia e seu interesse anterior pela metodologia da pesquisa etnográfica. As palavras de inauguração também apresentam a diretriz dada pela Divisão de Expansão Cultural no encaminhamento de projetos de pesquisa etnográfica, materializada de forma mais completa e conhecida na Missão de Pesquisas Folclóricas realizada em 1938 – abordada também neste capítulo. Outros trabalhos também testemunham o projeto, como as anotações de Oneyda Alvarenga na cidade de Varginha, a viagem do compositor Camargo Guarnieri em Salvador, por ocasião da realização do II Congresso Afro-Brasileiro em janeiro de 1937 e os registros em filmes de manifestações em Mogi das Cruzes em São Paulo.

O desenvolvimento do curso também foi muito importante para Dina, pois através dele pode iniciar seus trabalhos com perfil acadêmico e justificar sua solicitação junto aos responsáveis pelo envio dos professores franceses ao Brasil. Fica claro o objetivo de formar funcionários municipais para pesquisas folclóricas, tema caro a Mário de Andrade.

De 15 de abril a 1 de novembro, portanto, ministrei duas vezes por semana aulas de caráter essencialmente prático, uma vez que seu objetivo, fixado desde o início, era a preparação de funcionários municipais para pesquisas folclóricas. Com este fim, organizei a pedido do Departamento de Cultura seções regulares de trabalho técnico prático, durante as quais os estudantes aprendiam os métodos de trabalho de campo, o manejo de instrumentos antropométricos, os primeiros elementos do trabalho museográfico, etc (STRAUSS, D. 1936. apud SANDRONI, 2002).

O direcionamento para o tema do Folclore e o preparo para a coleta em campo, como objetivo do Departamento de Cultura explicitado no trecho acima, do relatório de Dina Lévi-Strauss enviado a Jean Marx confirma as palavras de Mário de Andrade: “colher, colher cientificamente nossos costumes, nossas tradições populares, nossos caracteres raciais, esta deve ser a palavra de ordem dos nossos estudos etnográficos”. (MINUTA, 1936).

Desta forma pode-se tranquilamente atribuir a Mário de Andrade a orientação para incluir nas aulas de Dina, a pesquisa sobre Folclore. Segundo Elizabeth Travassos, Mário de

Andrade incluiu Folclore em todas as suas frentes de estudo, em especial a musical, praticando, inclusive o que hoje é chamado de Etnomusicologia, a associação de saberes antropológicos e musicológicos. Mário “foi protagonista de um dos esforços de institucionalização do Folclore e da afirmação da necessidade de torná-lo condizente com as exigências da produção do saber científico” (TRAVASSOS, 2002, p. 94). Uma das estratégias foi o Curso de Etnografia, no qual, alinou-se aulas sobre Antropologia Física, principal formação de Dina, e sobre Folclore, com ênfase na coleta etnográfica.

3.2.1 As Aulas de Etnografia

O curso de Dina Lévi-Strauss traz na primeira parte definições mais gerais, sobre os objetivos e técnicas de pesquisa da Antropologia Física vista como estudo fundamental para compreensão do homem, pois suas características físicas determinariam o comportamento humano em cada sociedade ou grupo. A Antropologia Física seria uma especialização da biologia, com objetivo de classificar tipos humanos, através do exame das características de cor de pele, olhos, cabelos, medidas, sentidos etc. Seriam, então, colocados, lado a lado, o estudo descritivo do homem e o estudo descritivo das manifestações culturais dos povos. A segunda parte do curso trata do estudo sobre o Folclore das populações, sua produção material, cujos aspectos simbólicos distinguem cada grupo de indivíduos, também princípio básico da Antropologia Cultural. A partir da nona aula detalha a metodologia de coleta; como diferentes objetos e elementos culturais devem ser registrados etnograficamente pelo pesquisador, quais equipamentos são mais adequados para cada tipo de registro, finalizando com procedimentos de pesquisa lingüística.

A atualidade das leituras de Dina Lévi-Strauss em relação à época fica evidente, assim como sua disponibilidade para compreensão das novas proposições teóricas antropológicas, transparecem durante as aulas e na sua única publicação *Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural I*, pelo Departamento de Cultura de São Paulo em 1936.²⁶ Tanto é que se refere às teorias de Franz Boas em relação à influência do meio no comportamento dos indivíduos. Através da prática de Dina se verifica que, como em qualquer momento, as idéias não estão estanques numa ou noutra escola, tal como muito se crê, a escola norte-americana ou a escola francesa, no caso da Antropologia no Brasil. É possível

²⁶ Nesta publicação Dina Lévi-Strauss está identificada como Agrégée de l’Université de Paris.

sim, observar o debate das idéias, das leituras e, por fim, o uso na prática de diferentes elementos, por mais que seja para comprovar uma destas tendências ou não. Na introdução da obra de Dina fica evidente seu conhecimento da teoria de Franz Boas sobre a influência do meio e suas possibilidades de utilização no Brasil, seja para confirmá-la, seja para negá-la.

O livro de Dina é apresentado por ela como um manual para guiar os pesquisadores não especializados, como um método de aplicabilidade imediata. Além de propiciar o conhecimento de conceitos básicos, mas de forma que possibilitem compreender porque as pesquisas de natureza tão particular possam atender necessidades tanto da ordem prática quanto especulativas. A autora explica a utilização do manual etnográfico, suas possibilidades práticas e distingue Etnografia e Etnologia. Para tanto exemplifica com as obras de Deniker, *Les Races et les Peuples de La Terre*, Paris, 1926; de Montandon, *Manual de Etnologia Cultural*, publicado em Paris em 1934; Lowie, *Manual de Antropologia Cultural*, também publicado em Paris em 1936. Para ela os títulos destas obras demonstram que são etnológicas, pois a Etnologia é estudo explicativo e generalizador, já a Etnografia é descritiva e monográfica, suas obras teriam nomes como Os Bantus, Os Anamitas.

Como na aula inaugural, Dina Lévi-Strauss afirma que a Etnografia transformou-se ao longo do tempo num método geral de investigações, que age em toda a pesquisa que se estuda o “outro”, todo aquele considerado como diferente do “nós”, ou seja, com comportamento diverso e particular em relação ao nosso. Detalha um pouco este percurso ao relatar como a Psicologia buscou resolver o problema do conhecimento do outro, da consciência diferente dos seres de forma individual, para apenas compreendê-lo no sentido intelectual da palavra, sem resultados satisfatórios, pois o ser verdadeiro seria em essência inexprimível através da inteligência e da razão. Do seu ponto de vista, estas reflexões compreenderam e consideraram a possibilidade da existência de um “nós”, além do “eu” e do “outro” olhar. Com pressupostos assim é que caminharam autores como Lévy-Bruhl, na tentativa de definir as *funções mentais do primitivo*; o sociólogo Bondel reuniria em uma só categoria tudo o que é diferente de “nós”, igualando o comportamento do louco ao do primitivo; e psicólogos como Piaget e Luquet assimilariam o comportamento da criança ao do primitivo. (STRAUSS, Dina, 1936b, p. 12). De qualquer maneira, o ganho é a percepção da existência de vários indivíduos, além do único “eu” e também do outro global, o “outros” que não são o “nós”. Entra aqui o papel da Etnografia, pois enquanto a psicologia realiza uma leitura filosófica e abstrata, seu papel seria o de positivar os elementos para a compreensão da proposição, estudando as manifestações da diversidade, de forma real e concreta. Eliminando a idéia puramente

metafísica do “outro” e do “nós”, a Etnografia torna-se um método aplicável a diversos estudos, através da compreensão de particularidades.

Em lugar do inefável, a Etnografia descobre gestos particulares, porém analisáveis da técnica ou da reflexão que basta descrever, classificar e explicar pela reconstrução histórica e distribuição no espaço. O homem não é um enigma para o homem, senão na medida em que se observa a si mesmo como um panorama global e longínquo. O astrônomo, com o seu telescópio, dissipa também o mistério das estrelas. (STRAUSS, D. 1936b, p. 13)

Ao explicitar o campo fértil para estudos etnográficos no Brasil, Dina Lévi-Strauss destaca três elementos essenciais como objetos de descrição e análise: o índio, o imigrante e o caboclo, e que, apesar da existência de pesquisadores respeitáveis, o universo sul-americano a ser estudado é imenso, o que permite perceber a grande dimensão do número de trabalhos possíveis. O registro sobre as populações indígenas, suas origens, grau de civilização e a forma como lidam com as condições geográficas, etc. seria tarefa obrigatória para países como o Brasil.

A etnógrafa destaca para estudo a presença do imigrante e justifica-a através dos estudos e reflexões de Franz Boas, cita, como exemplo, quando este estudou a influência do meio nos indivíduos na sua obra *Changes in Bodily Form of Descendants of Immigrants*, de 1911²⁷. Via no Brasil, assim como Boas viu nos Estados Unidos da América, uma situação impar, com a presença de imigrantes das mais diversas partes do mundo. A obra de Boas busca comparar os elementos físicos dos imigrantes europeus e seus descendentes norte-americanos, e demonstrar a influência do meio nas características físicas destes descendentes. Este estudo gerou o que Dina chama de o mais importante problema da Antropologia, que é pensar até que ponto podem estender-se a instabilidade e a plasticidade dos tipos. A impressão que fica é que se instala aqui uma cisão, na qual se coloca em xeque a importância das medidas físicas como padrão de identificação racial e étnica. Se assim o for, demonstra a disponibilidade de reflexão de Dina Lévi-Strauss, abrindo-se um pouco mais em relação a novas concepções. Voltando a Boas, se há mudanças físicas, há também mudanças mentais, assim conclui seu estudo. É que os traços do espírito, ligados às condições físicas, desenvolvendo-se ao longo dos anos, além do limite do crescimento físico, são até mais sujeitos às alterações do meio. Desta forma, Dina também conclui:

²⁷ *Changes in the Bodily Form of Descendants of Immigrants – The Immigration Commission*, Washington, Government Printing Office, de 1911. Franz Boas.

Ora, um inquérito do mesmo gênero, efetuado no Brasil, poderia trazer às conclusões de Boas, tão controvertidas, ou um desmentido ou novos argumentos. Em todo caso, teria para o Brasil um interesse a um tempo teórico e prático. Do ponto de vista teórico, além de poder estabelecer, como vimos, se os tipos raciais dependem ou não da influência do meio, abriria o caminho ao estudo das leis que regem os contatos culturais, os fenômenos de difusão e de invasão. Por outro lado, do ponto de vista prático, não seria inútil, para a política brasileira de imigração saber com precisão e graças a um inquérito completo, quais são as culturas estrangeiras que desaparecem, quais as que subsistem, por assim dizer isoladas e como num corpo estranho, quais, enfim, as que permanecem, formando com a cultura brasileira uma síntese harmoniosa. Assim poderia ser realizada uma seleção vantajosa para o Brasil nas diversas correntes migratórias, de molde a receber as etnias, cujos elementos utilizáveis se mantêm e progridem, tanto do ponto de vista físico, como do ponto de vista cultural e recusar as que são chamadas a se desagregarem (STRAUSS, D. 1936b, p. 16-17).

Como último elemento destacado para estudos etnográficos Dina aponta o caboclo que, segundo ela, além de não ter cultura própria não teria também tipo físico próprio. Resultado de mistura, o caboclo é objeto curioso pelo que não possui e sintetizaria uma experiência única no mundo de contato “acultural” entre o homem e a natureza. “A cultura do caboclo apresenta, afinal, um certo número de invenções, muito raras, ao que parece, e, por isso mesmo, muito preciosas, porque podem fornecer bases à fundação, tão necessária ao Brasil, de uma cultura rural” (STRAUSS, D. 1936b, p. 18). Na visão da autora, o Brasil, no período dos anos de 1930, “encontrava-se carente de estudos etnográficos tanto das regiões longínquas do interior, como nos bairros das cidades, ou nas menores aldeias (...). Seria impossível enumerar todos os assuntos de monografias que estão à espera do pesquisador” (STRAUSS, D. 1936b, p. 8).

Segundo Dina, os estudos antropométricos no Brasil são tão importantes quanto os elementos culturais, pois o país é um centro de fusão de muitas raças. Em suas aulas, ela afirma a importância do estudo do homem a partir de suas características físicas aliado ao estudo dos elementos culturais produzidos pelos indivíduos para a compreensão mais ampla de uma sociedade. (APOSTILA, 1936b).

As fichas antropométricas devem conter pelo menos as seguintes medidas: estatura, medidas da cabeça, medidas da face, forma do nariz; e sempre que se deseje uma representação gráfica, outras medidas devem ser tomadas, tais como, a distância do solo para as seguintes partes: púbis, conduto auditivo, ombros, espinha ilíaca, joelhos; entre outras. Como complementação do estudo de características físicas, para definição étnica, Dina Lévi-Strauss inclui a definição da mancha mongólica e a utilidade em estudá-la na população.

A mancha mongólica – Dá-se esta denominação a uma mancha pigmentária congênita, isto é, formada por pequenos depósitos de pigmento na derme e não na epiderme. Tendo grande importância do ponto de vista étnico, constitui uma observação delicada e é sempre interessante poder estabelecer um gráfico de sua distribuição estatística o mais completo possível.

A mancha mongólica se apresenta sob diversas cores e em diferentes regiões do corpo, mas de preferência na região sacra. Aparece às vezes sobre os rins, nos ombros, etc. Pode apresentar os seguintes tons: azulada, nos japoneses; cor de ardósia, nos chineses e anamitas; preta, nos negros da África; esverdeada, nos povos da América; azul clara nos europeus. Aparecendo na ocasião do nascimento e desaparecendo logo, geralmente até 4 ou 5 anos, é preciso observá-la na ocasião em que certamente se a encontra, isto é, nas crianças recém nascidas.

Há duas maneiras de pesquisá-la: recorrer aos arquivos e fazer pesquisas pessoais.

- 1) Em geral a mancha mongólica é pouco observada. Quando se a observa, sua indicação (por ex., nas fichas da Faculdade de Medicina) vem nas “Pesquisas complementares”. Um trabalho completo seria anotar a idade e a nacionalidade dos pais, filiação, etc. O trabalho essencial é anotar o número total de fichas e o número de manchas verificadas.
- 2) O trabalho pessoal é mais complexo, mais delicado e por isso mesmo requer minúcias e cuidados extremos. (APOSTILA, 1936 a)

A área de atuação de Dina Lévi-Strauss, Antropologia Física, foi contemplada pela publicação de seu manual e da execução de uma pesquisa sobre Mancha Mongólica, financiada pelo Departamento de Cultura de São Paulo, mas a ênfase do curso e de seus desdobramentos foram a partir das aulas sobre a coleta e documentação folclórica.

3.2.2 As Aulas de Folclore

A partir da quinta aula começa-se o trabalho de formação para a coleta em campo, instruções sobre o registro das manifestações e produções do homem, e como desejava Mário do homem brasileiro. A definição de Folclore dada por Dina Lévi-Strauss foi a seguinte:

Folklore significa estudo das manifestações culturais populares. Podemos dizer que o folklore está para a Etnografia como a Etnografia para a Etnologia. Isto é, há entre estes ramos de pesquisas uma diferença de generalidade. O folklore se faz sobre uma base mais limitada que a Etnografia propriamente dita e por isso mesmo estuda seu objeto mais detalhadamente.

Em relação à Etnografia, o folklore se caracteriza:

1º - Por pertencer mais ao domínio espiritual, levando em conta o fator psicológico, enquanto a Etnografia se limita quase exclusivamente aos elementos materiais.

2º - por se ocupar principalmente das manifestações culturais dos povos chamados civilizados, enquanto a Etnografia se consagra especialmente aos povos primitivos.

Geralmente o etnógrafo especializado não se ocupa do folklore. *Neste curso, entretanto, que se destina a satisfazer as condições particulares dos que o seguem, o folklore será um dos pontos do programa.* (APOSTILA, 1936e, grifos meus).

A coleta do material deve ser seguida de registros mais completos possíveis sobre os próprios objetos. Considera a análise da cultura material objeto de trabalho do folclorista. A descrição de objetos deve obedecer a uma série de questões, sobre o material, uso, fabricação, finalidade. Cita Marcel Mauss como exemplo de autor cuja postura seria adequada diante do objeto, questionando sua essência de fabricação e finalidade concreta ou abstrata. E a partir das questões básicas outras surgem em aprofundamento, como por exemplo, as relativas à decoração, quais desenhos, que forma, quais significados. (APOSTILA, 1936f). Também informa os procedimentos adequados para manuseio, acondicionamento e transporte seguro, além de procedimentos para decalque das decorações, caso não seja possível a coleta do objeto, ou a fotografia. Nas aulas, Dina dará instruções básicas para a descrição de determinados elementos culturais, por exemplo, a análise do objeto decorado na 7ª aula.

A música foi o tema tratado nas 8ª, 9ª e 10ª aulas. Para que o folclorista possa recolher material sobre música deverá possuir conhecimentos básicos sobre o assunto, tais como

timbre, harmonia, ritmo, acorde, tonalidade, entre outros, além de adaptar essas noções ao vocabulário da população a qual se observa, adaptando ao universo de conhecimento do grupo, como por exemplo, som duro ou doce. No entanto, o ideal é a gravação mecânica, através de um fonógrafo ou filme sonoro. Mas,

A gravação mecânica não dispensa um trabalho descritivo do instrumento ou instrumentos empregados. É preciso descrever e fotografar, indicar si a música se acompanha de vozes, de palmas, de bate-pés. De que maneira o instrumento é manejado, que parte do corpo entra em jogo. De que material é feito, quem toca, qual o sexo e posição social do executante. Em resumo: tudo que se relacione com a música observada. (APOSTILA, 1936g)

Os instrumentos musicais devem ser descritos e documentados, além de exemplificar sua utilidade na compreensão da música produzida por uma população, incluindo a maneira de tocar, cantar e dançar.

A dança e o drama são tratados na 11ª aula. A dança é abordada como elemento com significados diversos, desde o simples divertimento ao caráter religioso, passando por sua compreensão enquanto manifestação artística. Como o religioso e o recreativo são temas de aulas específicas, Dina aprofunda o entendimento da dança que ela considera de caráter artístico.

Quanto à maneira concreta de se observar a dança, os grandes meios são sempre o cinema e a fotografia. Sempre que se trata de movimento, o cinema é o único meio completo de anotação. Na sua falta, fotografar os momentos principais: atitudes características dos dançarinos, movimentos corporais e faciais, vestuário de cada um, decorações, ornamentos e detalhes interessantes de tudo isto.

No caso da dança, a fotografia encontra um grande obstáculo: a obscuridade, porque em geral os cerimoniais se fazem à hora do crepúsculo. É preciso então completar a fotografia com descrições e desenhos. Desenhar silhuetas de costas, de perfil e de frente: o essencial dos vestuários, decorações e ornamentos. O problema a resolver é convencionar um sistema de anotação, que será naturalmente pessoal, empregando-se figuras geométricas à escolha do observador. Uma vez feita a anotação, será interessante representá-la por meio de jogo de

damas ou xadrez, ou mesmo com grãos (ervilha ou feijão), procurando dar uma disposição concreta dos dançarinos nas diversas figuras. (APOSTILA, 1936i)

Durante as aulas Dina destaca a importância dos jogos, por guardarem de forma simbólica elementos culturais já desaparecidos ou transformados no cotidiano dos grupos sociais; dos contos, lendas ou mitos por narrarem, de modo geral, parte ou toda a história de um povo, principalmente daqueles que não detêm a escrita; da necessidade distinção entre material e espiritual, não implicando visão da existência de dois domínios, mas numa abordagem sob dois pontos de vista. Neste último ponto alerta que do ponto de vista espiritual a análise só é feita com base em testemunhos e, portanto, mais difícil de realizar e mais facilmente passível de crítica. Já a leitura sob o ponto de vista material está garantida a autenticidade e autonomia do pesquisador.

Uma coleção de objetos, sistematicamente reunidos, constitui verdadeiro arquivo, mais seguro, mais durável que os arquivos escritos. Arquivo que pode informar minuciosamente sobre a vida daqueles cuja cultura material representa, pois que o homem tende a deixar e efetivamente deixa a marca de sua atividade sobre os objetos que fabrica. (APOSTILA, 1936 l)

Segundo Dina, o problema se dá na escolha, na definição do que seria mais importante, não necessariamente o mais raro. A escolha se impõe, unindo teoria e prática na definição do que escolher, após observação daquilo que é essencial para a análise etnográfica. O cientista não seria, na visão de Dina, um mero colecionador, ele deve *possuir uma cultura etnográfica* e também uma sensibilidade para distinguir o objeto interessante do ponto de vista da Etnologia. Esta sensibilidade pode ser natural ou adquirida no processo de aprendizagem, numa prática.

Dina utilizava no Curso de Etnografia, tratados clássicos da Antropologia, com autores como Tylor e Frazer, associados aos trabalhos de Franz Boas e estudos de Antropologia Social “que ofereciam um panorama amplo da disciplina desenvolvida naquele momento nas academias européias e norte-americanas, a partir da pesquisa realizada na América do Norte, América do Sul, Melanésia, África do Sul e Índia”. (AMOROSO, 2004, p. 72 apud CATALOGO, 2004)

Abaixo a bibliografia referência apresentada por Dina na 14ª aula:

- 1) Teorias gerais

- Boas – The Mind of primitive man
 Kroeber – Anthropology
 Lowie – Culture and Ethnology
 Tylor – Anthropologie
 Montandon – Traité d’Ethnologie Culturelle
- 2) Antropologia física
- Deniker – Les Races et Les Peuples de la Terre
 Montandon – La Race e les Races
 Haddon – Lês Races Humaines et leur Répartition Géographique
 Smith – Essays on the Evolution of Man
 Keith – New Discoveries Concerninh the Antiquity of Man
- 3) Antropologia Cultural e Cultura material:
- Frazer – Le Rameau d’Or
 Goldenweiser – Early Civilisation
 Lowie – Traité de Sociologie Primitive
 Malinowski – Crime and Custom in Savage Society
 Rivers – Social Organisation
 Mason – The Origin of Inventions
 Kroeber & Waterman – Source Book on Anthropology
- 4) Monografias
- Wissler – The American Indian
 Radin – Histoire de la Civilisation Indienne
 Métraux – La Civilisation Matérielle des Tupis Guarani
 Junod – The Life of a South African Tribe
 Malinowski – La Vie Sexuelle des Sauvages du N.O. de la Mélanésie
 Argonauts of the Western Pacific
 Rivers – The Todas
 Seligmann – The Veddas
 Spencer & Gillen – The Arunta (APOSTILA, 1936 I)

Dina também detalha instruções básicas para identificação, classificação e catalogação dos objetos, além de sua embalagem para transporte e algumas informações sobre preservação. Dá como exemplo a ficha catalográfica do Museu do Trocadero de Paris, com dados de identificação e mesmo do tamanho das fichas. Nas aulas sobre habitação (15ª, 16ª, 17ª), Dina fala de um estudo específico dos aspectos arquitetônicos e da ocupação das habitações, passando pelo processo de construção, acomodações especiais (não de

atendimento às primeiras necessidades), plano de habitação e arranjo das diferentes partes. São elencados itens a serem observados que podem revelar aspectos importantes da vida de cada grupo e a necessidade de registrar também as crenças relacionadas às habitações, a descrição do agrupamento geográfica e topograficamente, e se possível fazer um recenseamento.

Como último tema do curso Dina Lévi-Strauss trata da importância da lingüística no, estudo etnográfico, situando primeiramente as dificuldades que o pesquisador pode encontrar por não deter o conhecimento da língua do grupo pesquisado. Este domínio pode ser essencial para uma boa descrição etnográfica e um contato satisfatório com os indivíduos pesquisados. Caso seja necessária a construção de um vocabulário, a fim de se obter o mínimo conhecimento da língua local, é importante seguir alguns passos na construção do diálogo entre pesquisador e pesquisados. Ela cita a existência de padrões para registro e construção de uma linguagem escrita, que se identifique com a escrita ocidental, através de preenchimento de questionários pré-formulados e descreve todas as etapas de obtenção do vocabulário, da elaboração de frases e, por fim, da narração de histórias. Segundo Dina o pesquisador deve se esforçar na coleta de registro em diferentes fontes, pois a informação nunca é completa. Exemplifica citando Malinowski, que dizia sentir quando o indígena não suportava mais sua presença, valendo, portanto, a mudança de tática e recomeço da pesquisa sem perder seu objetivo (APOSTILA, 1936r).

3.3 A Sociedade de Etnografia e Folclore

Frente ao sucesso do curso de Etnografia e dando continuidade aos projetos do Departamento, Mário de Andrade propõe a criação de um Clube de Etnografia - posterior Sociedade de Etnografia e Folclore. O objetivo era formar um grupo de reflexão, exposição e realização de pesquisas etnográficas e folclóricas, a fim de viabilizar a prática daqueles funcionários e estudantes que cursaram as aulas de Dina Lévi-Strauss e, naturalmente, amadurecer as ações do Departamento na área. A proposta foi feita publicamente, em jantar em homenagem à Dina, pois Mário de Andrade na ocasião declara já ter recebido autorização do Prefeito para o estabelecimento da sociedade sob os auspícios do Departamento de Cultura. O vínculo, estranho ao primeiro olhar, entre uma sociedade e a municipalidade,

aparece de formas diferentes nos documentos da Sociedade e do Departamento, por vezes um como responsável pelo outro, ou vice-versa.

Seria o primeiro clube em São Paulo e no Brasil, porque não existe outro no país. Obtive já a autorização do prefeito Fábio Prado. A municipalidade patrocinará a novel (sic) agremiação, fornecendo os escritórios, material necessário, revista, etc. O essencial, agora é recolher sócios. Precisamos pensar nas pessoas que queiram bem à Etnografia e por essa ciência se disponham a trabalhar. Os presentes serão considerados sócio-fundadores do Clube de Etnografia. E peço licença para incluir na lista o nome do deputado da Assembléia Legislativa do Estado o sr. Paulo Duarte, fervoroso apaixonado da Etnografia e da senhorita Oneyda Alvarenga. Assim declaro fundado o Clube de Etnografia como maior homenagem que poderíamos prestar à sra. Lévi-Strauss. (RECORTE, 04 de novembro de 1936)

Antes da constituição da Sociedade de Etnografia e Folclore e que Dina Lévi-Strauss viajasse de férias para Paris, Mário escreve-lhe uma carta na qual fica demonstrado o paralelismo das ações e o interesse na consolidação dos trabalhos etnográficos no Departamento de Cultura. Já havia sido criada a seção Arquivo Etnográfico para publicação de comunicações; Oneyda Alvarenga já iniciara, antes de sua entrada na Discoteca, sua pesquisa pessoal sobre os Cateretês em Minas Gerais e há muito tempo já faziam parte do cotidiano de Mário de Andrade discussões sobre cultura popular; a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore vem formalizar o encontro destes e de outros intelectuais interessados no tema. Diz a carta:

Prefeitura da Cidade de São Paulo – Departamento Municipal de Cultura

São Paulo, 29 de outubro de 1936.

Sr. Mário de Andrade,
Diretor do Departamento de Cultura,
À Senhora Levi-Strauss

Prezada Senhora,

O Departamento de Cultura gostaria de agradecer-lhe pelo excelente curso de Etnografia que a senhora ministrou. O interesse que ele suscitou, as pesquisas sobre a ‘mancha mongólica’, bem como os diversos trabalhos

apresentados pelos estudantes, demonstram o sucesso de nossa iniciativa, assim como sua alta competência.

O Departamento de Cultura está firmemente decidido a mantê-lo e a expandir ao máximo as pesquisas etnográficas, bem como a formação de técnicos. Mas faltam-lhe ainda alguns instrumentos de pesquisa antropológica.

Aproveitando sua viagem a Europa, o Departamento vem solicitar de sua parte a grande gentileza de adquirir, por nossa conta e para o Departamento, um material completo de medidas antropológicas.

Ademais, o Departamento solicita igualmente de sua gentileza a aquisição, na Europa, de alguns modelos de formulários de pesquisa etnográfica existentes nos Museus e Sociedades científicas de Etnografia. O Departamento tem o prazer de acrescentar a esta carta alguns exemplares da primeira ficha etnográfica criada pelo Departamento e destinada exclusivamente à coleta de objetos (ANDRADE. 1936. apud Sandroni 2002, p. 243).

Com data oficial de fundação, o dia 04 de novembro de 1936, a do almoço de homenagem a Dina Lévi-Strauss, o Clube de Etnografia passa a utilizar o espaço da Prefeitura, na Rua da Cantareira. Suas sessões são documentadas e em reunião convocada para apresentação do projeto estatutário elaborado pela comissão de ex-alunos do curso de Etnografia, Rafael Grisi, Mário Wagner Vieira da Cunha e Lavínia Villela, sob a orientação de Mário de Andrade, no dia 2 de abril de 1937 o clube passa a se chamar Sociedade de Etnografia e Folclore. Após sua fundação até a prestação de contas da primeira diretoria eleita a Sociedade de Etnografia e Folclore realizou 20 sessões, além de uma reunião extraordinária no dia 04 de fevereiro de 1937 para a apresentação da conferência de Josué de Castro sobre “aspectos sociológicos da alimentação brasileira”²⁸.

²⁸ Josué de Castro (1908-1973) Médico Pernambucano, entre outras atividades foi professor da cadeira de antropologia da Universidade do Distrito Federal, de 1935 a 1938 e professor de geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. (fonte www.josuedecastro.com.br acesso em 27.02.2010). Publicou entre outros: *O Problema da Alimentação no Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo/Rio de Janeiro, 1933 (Col. Brasileira); *O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil*. Editora Imprensa Industrial, Recife, 1932; *Condições de Vida das Classes Operárias do Recife*. Departamento de Saúde Pública, Recife e Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, vol. XVIII. 1935; *Alimentação e Raça*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1935; *Geografia da Fome*. Editora O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1946. *O Livro Negro da Fome*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1957; *Homens e Caranguejos*. 1.ed. Porto, Brasília, 1967; *A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo*. Lisboa, 1968. *A Estratégia do Desenvolvimento*. Cadernos Seara Nova, Lisboa, 1971.

Sua diretoria foi formada por: Mário de Andrade – presidente, Dina Lévi-Strauss e Lavínia Villela – primeira e segunda secretárias. Nas sessões realizadas durante a gestão desta diretoria foram discutidos e implantados os estatutos da sociedade e a formação de um conselho técnico com Geraldo de Paula Souza, Claude Lévi-Strauss, Bruno Rudolfer, Plínio Airoso, Dina Lévi-Strauss e Oneyda Alvarenga. Em seus estatutos iniciais a Sociedade de Etnografia e Folclore apresenta como finalidade orientar, promover e divulgar estudos etnográficos, e para tanto, propõe: 1) incentivar a cooperação entre os associados, organizando-os em grupos para pesquisas e trabalhos coletivos; 2) proporcionar reuniões internas e excursões de estudos com programas previamente traçados; 3) manter intercâmbio com instituições congêneres; 4) auxiliar o museu etnográfico; 5) realizar conferências, cursos e publicações.

A influência e direcionamento ao campo do Folclore, cujo tema é de grande interesse de Mário de Andrade, transparecem na alteração da proposta do curso de Dina e também na alteração do nome da sociedade formada. De Clube de Etnografia à Sociedade de Etnografia e Folclore, amadurecendo o projeto e o rumo das pesquisas a serem desenvolvidas. Dina atribui a interesses específicos dos membros e é responsável por uma das primeiras comunicações da Sociedade de Etnografia e Folclore, com intitulada *O que é Folclore?*²⁹ (ATA, [1937]).

De acordo com o primeiro relatório da primeira diretoria da Sociedade de Etnografia e Folclore, no período de abril de 1937 a maio de 1938, as seguintes comunicações foram realizadas:

- Que é Folclore? – Dina Levi-Strauss
- Os índios Kadiweu - Claude Levi- Strauss
- Coincidência entre o Folclore germânico e o brasileiro – Edmundo Krug
- A representação cartográfica de fenômenos humanos – Pierre Mombeig
- Festa de Pirapora – Mário Wagner Vieira da Cunha
- Estrutura do samba rural paulista – Mário de Andrade

²⁹ A ata do dia 20 de maio de 1937, data da quarta reunião da SEF, possui um resumo da palestra de Dina Lévi-Strauss redigida, provavelmente por Lavínia Costa Villela – 2ª Secretária, a quem cabia a redação das Atas. Conforme o registro: “Em sua ligeira e brilhante palestra, a conferencista delineou o histórico dos estudos folclóricos; a princípio considerados apenas um agradável passatempo, sem valor científico, foram mais tarde considerados como ramo da etnografia. O arqueólogo inglês William John Thoms foi o primeiro a empregar o termo folk-lore, querendo abranger com estas duas palavras – folk, povo, lore, saber – tudo quanto era designado por ‘antiguidades populares’ e literatura popular. A partir dessa data – 1846 – a expressão folclore foi sendo empregada, encontrando resistência por toda a parte, até que Paul Sebillot a consagrou. À medida que a etnografia fixava seu objeto e seu método científico, o folclore beneficiava desse desenvolvimento, vendo seu objeto e seu [momento], pode considerar-se folclore o estudo da tradição popular. Isto é, estudo de quanto o povo sabe, pratica, diz, escreve – distinguindo-se dos conhecimentos científicos, das práticas racionais, da arte. Ciência da ‘sabedoria popular’, da tradição, que merece ser estudada e conservada.” (ATA, [1937]).

- Um caso de arquitetura popular paulista – Luís Saia
- Pesquisa sobre a mancha mongólica em São Paulo – Maria Stela Guimarães e Cecília de Castro e Silva
- Algumas bonecas Karajá – Claude Lévi-Strauss
- O Congresso Internacional de Folclore – Nicanor Miranda
- Bertioga – Luís Saia
- Dona Ausente – Mário de Andrade
- Macumbeiros de São Paulo – Dalmo Belfort de Matos
- Festas populares – Luís Saia, reunindo informações e notas fornecidas por vários sócios.
- Congada em Atibaia – Antonio Rubbo Mueller
- Cavalhadas – descrição de cavalhadas realizadas em Franca, em 1936, trabalho de Sara Ramos relatado por Lavínia Villela; com notas bibliográficas, por Oneyda Alvarenga e explicação da origem das cavalhadas por Mário de Andrade.
- A cidade de Itápolis – Leão Machado.
- Cavalhadas de Atibaia e Mogi das Cruzes – Antonio Rubbo Mueller.
- Zoneamento estatístico do Estado de São Paulo – Sérgio Milliet
- Plano de trabalho – proposto por Dina Lévi-Strauss.

A comunicação sobre o Congresso internacional de Folclore, feita por Nicanor Miranda refere-se ao resumo dos resultados da pesquisa coordenada pela Sociedade para participação neste evento. No início do ano de 1937, logo após sua criação, a Sociedade de Etnografia e Folclore recebeu, por intermédio de Dina Lévi-Strauss o convite para participar do Congresso Internacional do Folclore, a ser realizado em Paris em junho de 1937, cujo objetivo central era o estudo do Folclore do ponto de vista descritivo, especialmente questões metodológicas. “Aceitando o convite, a Sociedade de Etnografia e Folclore resolveu elaborar, como ensaio metodológico, cartas representativas da distribuição, no Estado de S. Paulo, dos seguintes fatos: proibições alimentares; danças populares; cura do tersol com anel” (RELATÓRIO, 1937). Após apresentação aos sócios, em julho de 1937, os mapas foram enviados e apresentados no Congresso por Nicanor Miranda, considerado como um sucesso e elogiado por nomes como de Georges Henri Riviére – Secretário do Congresso Internacional do Folclore. Resultou para Nicanor Miranda o convite para integrar a comissão permanente dos atlas folclóricos, representando o Departamento de Cultura e a Sociedade de Etnografia e Folclore.

Também estava previsto nos estatutos da Sociedade, desde sua versão como Clube de Etnografia, a “criação de, por mim proposta” – relata Dina Lévi-Strauss – “de uma comissão lingüística para redação de um vocabulário técnico etnográfico nas línguas francesa, inglesa, alemã e portuguesa” (STRAUSS, D. 1936, apud SANDRONI. 2002). Apesar de não efetivado, o vocabulário despendeu, por parte de Dina Lévi-Strauss e outros envolvidos, um intenso trabalho de levantamento, organização e início de sistematização.

Art 2 parágrafo único

A sociedade se propõe, como tarefa imediata, a elaboração do vocabulário etnográfico nacional. (ESTATUTOS, [abril, 1937]).

A elaboração de um vocabulário técnico, com verbetes etnográficos foi proposta por Dina, aceita pela Sociedade (STRAUSS, D. 1936 a apud SANDRONI. 2002) e Mário de Andrade contribuiu bastante para sua elaboração. O acervo documental da Sociedade de Etnografia e Folclore possui rico material juntado pelo diretor do Departamento de Cultura. São rascunhos de termos e de propostas de organização, como a criação de uma comissão encarregada da elaboração do Plano Geral do Vocabulário Etnográfico Nacional; indicação de nomes para Comissões Bibliográfica, Filológica e de Vocabulário Técnico. Dina Lévi-Strauss elaborou uma bibliografia de Etnografia e Folclore, uma lista de oito páginas com mais de 200 títulos de livros, revistas, jornais e coleções completas sobre Etnografia e Folclore. Aconselha a compra e assinatura das publicações, que devem constar na Biblioteca Municipal, para consulta. (PROJETO, 1937d).

Além da Revista do Arquivo Municipal, através da seção de Arquivo Etnográfico, a Sociedade de Etnografia e Folclore publicou alguns boletins informativos, que agregaram além das informações aos sócios e interessados, as instruções folclóricas elaboradas por Dina Lévi-Strauss. Os boletins foram publicados nos meses de outubro, novembro, dezembro de 1937, janeiro, fevereiro e março de 1938 e janeiro de 1939. Sua interrupção após março de 1938 até janeiro de 1939 demonstra as dificuldades pelas quais a Sociedade de Etnografia e Folclore passou após a saída de Mário de Andrade e a restrição por parte do Departamento de Cultura quanto ao papel de financiador e facilitador de sua existência. Comprova-se o fato com a leitura do Boletim, pois nele são relatadas as sessões ocorridas nos dias 31 de março, 17 e 27 de abril e de 1 de junho de 1938. Além da lista de comunicações realizadas de abril de 1937 a maio de 1938 e do resumo da comunicação feita por Antonio Rubbo Muller, Corso de Carroças de lenha em Jundiaí no dia 28 de julho, não constam mais as instruções folclóricas

de Dina Lévi-Strauss e nenhuma explicação sobre o período de julho a dezembro de 1938 nem sua situação em janeiro de 1939.

Pode-se resumir o conteúdo geral dos Boletins da seguinte maneira³⁰:

- Ano I – São Paulo, 1 de outubro de 1937 – número 1

Apresenta o boletim como veículo de comunicação entre os sócios, correspondentes e pesquisadores, que trará informações sobre as atividades da Sociedade e servirá como instrumento formador de pesquisadores à distancia. Neste número relatou a reunião do mês de setembro, quando fora aprovada a composição do Conselho Técnico e apresentadas as comunicações de Luís Saia e Mário Wagner Vieira da Cunha sobre arquitetura popular e festa de Pirapora, respectivamente. Consta também um breve histórico das atividades internas como a discussão dos estatutos, a criação da comissão para os trabalhos de pesquisa apresentados no Congresso Internacional do Folclore, a recepção do arqueólogo japonês Prof. Torii, a eleição da diretoria, a palestra de Dina *O que é Folclore?* Traz ainda a designação de comissões para acompanhar trabalhos do Congresso Nacional da Língua Cantada, a elaboração do plano geral de um dicionário etnográfico e folclórico, a comunicação de Claude Lévi-Strauss sobre cultura material dos índios Kadiwéu, a discussão do relatório para o Congresso Internacional do Folclore, a conferencia de Edmundo Krug, de Pierre Mombeig sobre a representação cartográfica de fenômenos humanos, e consulta de Emilio Willems³¹ e resposta de Mário de Andrade sobre procissão feita nas sextas-feiras santas aos cemitérios e a discussão do regimento interno da Sociedade. Como última parte do boletim consta as primeiras instruções de pesquisa etnográfica elaboradas por Dina para auxiliar o trabalho de campo dos correspondentes interessados em aprofundar seus estudos e coleta indireta da própria Sociedade, como uma espécie de guia de levantamento etnográfico, onde estão elencadas orientações do tipo:

As respostas podem ser escritas em papel comum e seguindo uma ordem qualquer, contanto que sejam bem legíveis e escritas a tinta. Serão todas elas cuidadosamente analisadas, classificadas e, eventualmente, publicadas.

³⁰ Edição fac-similar dos Boletins e estatuto da Sociedade de Etnografia e Folclore se encontra na publicação *Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore no Departamento de Cultura do Município de São Paulo – 1936-1939*. Lélia Gontijo Soares. FUNARTE, Instituto nacional do Folclore, Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 1983. Originais constam do Fundo da Sociedade de Etnografia e Folclore, Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.

³¹ Segundo o relatório de atividade do primeiro período de existência, a Sociedade de Etnografia e Folclore recebeu também consulta a de Josué de Castro solicitando relação de tabus alimentares levantados pela pesquisa em São Paulo.

Para que as respostas sejam aproveitáveis, devem seguir as seguintes condições:

- 1) Mencionar o nome, a profissão e o endereço do correspondente;
- 2) Fazer distinção entre observação pessoal, as informações indiretas, e os conhecimentos por ouvir-dizer. No segundo caso, indicar o sexo, a idade (aproximadamente), a profissão e a situação social do informante; as condições em que foi interrogado. (BOLETIM, 1938).

- Ano I – São Paulo, 1 de novembro de 1937 – número 2

Este boletim relata reuniões ocorridas no mês, com a comunicação de Plínio Ayrosa sobre *Anhangá e Juruparó*. Publica os resumos das comunicações de Mário Wagner Vieira da Cunha *A Festa de Pirapora*, de Luís Saia *Um Detalhe de Arquitetura Popular*, de Maria Stella Guimarães *A Mancha Mongólica na cidade de São Paulo*, de Claude Lévi Strauss *Algumas Bonecas Karajá*. As Instruções Folclóricas, de Dina Lévi-Strauss trata do levantamento de informações sobre a vida material, desde mobiliário, alimentação, bebida e fumo.

- Ano I – São Paulo, 1 de dezembro de 1937 – número 3

O Boletim publica como fora estabelecida a primeira lista de correspondentes do interior de São Paulo, que tivera como base as melhores respostas aos questionários sobre tabu alimentar enviados à Sociedade. Publicou também resumo das comunicações de Nicanor Miranda sobre o Congresso Internacional de Folclore em Paris, de Luís Saia *Notas de uma viagem a Bertioga*, e as instruções folclóricas que continuaram a tratar da vida material, com registro sobre cruzeiros e vestuário.

- Ano I – São Paulo, 1 de janeiro de 1938 – número 4

O boletim do mês de janeiro publica a comunicação de Mário de Andrade *A Dona Ausente*, de Dalmo Belfort de Mattos *A Etnografia e a Cruz*. As Instruções Folclóricas dão continuidade às questões de vestuário e trazem uma orientação mais específica para registro sobre cerâmica, trabalho este que Dina alerta só poderá ser feito por especialistas, de acordo com orientações apontadas na *Exposição dos Ceramistas Imaginários* de França, organizado em Paris pelo Museu Nacional das Artes e das Tradições Populares, sem registro de data.

- Ano I – São Paulo, 1 de fevereiro de 1938 – número 5

Aqui foram publicados os resumos da palestra de Belfort de Mattos *Macumbeiros em São Paulo*, a descrição das Cavalhadas realizadas na cidade de Franca, estudo de Sara Ramos, com um relatório bibliográfico feito por Oneyda Alvarenga. Em relação à primeira

comunicação, o Boletim acrescenta uma nota em que a redação acha necessária a definição de alguns termos, entre eles:

Cultura – conjunto de representações, modos de pensar e de agir, característicos de um povo, ou raça.

Culturalização (acculturation) – influência de uma “cultura” superior sobre outra menos evoluída, modificando-lhe alguns elementos culturais.

Influências marginais – influência de uma “cultura” sobre as que lhe são contiguas geograficamente. (BOLETIM, 1937)

- Ano I – São Paulo, 1 de março de 1938 – número 6

Consta neste Boletim a publicação do resumo da comunicação de Leão Machado sobre Itápolis; a notícia sobre curso teórico e prático de Folclore para formar pesquisadores, a ser realizado no Departamento e Museu das Artes e Tradições Populares de Paris. Na seção de Instruções Folclóricas registram-se orientações para levantamento sobre transporte e uma nota específica sobre o estudo de costumes como cerimônias, lendas, contos etc. cuja orientação é informar para a Sociedade quando o correspondente desejar fazer o levantamento a fim de receber orientações adequadas.

Já resumidamente abordado, o boletim número 7 - publicado só no ano de 1939 - evidenciou o inútil esforço dos sócios, frente à nova administração da Prefeitura de São Paulo. (SOARES, 1983, p. 11). Dina Lévi-Strauss havia proposto um plano de trabalho para ser publicado neste boletim, aprovado em linhas gerais, e estruturara o conteúdo do boletim, também não utilizado.

O plano geral de trabalho sistemático, proposto à Sociedade de Etnografia e Folclore compreende:

I – Trabalhos ordinários

II – Trabalhos extraordinários

I – As atividades regulares, por assim dizer rotineiras, da Sociedade, se distribuirão entre a ordem do dia das reuniões e o trabalho fora das reuniões.

A – Durante as reuniões, se fará:

1 – resumo e relatório de trabalhos, artigos, livros de Etnografia e Folclore, pelos associados. Cada reunião compreenderá obrigatoriamente um resumo ou relatório, de que será fornecida ficha para arquivo.

2 – Discussão sobre o vocabulário técnico. A comissão designada para este trabalho terá a função centralizadora e decidirá em última instância. A procura de termos, sua definição e tradução, serão objeto de debate entre os sócios.

B – Fora das reuniões:

- 1- Expediente geral: correspondência, intercâmbio de publicações, etc.
- 2 – Trabalho bibliográfico: será feito sobre os resumos comunicados nas reuniões, fichando-se não só as notas fornecidas por estes resumos, como também todas as informações bibliográficas que se recolham durante e fora das reuniões.
- 3 – Fichário de todas as informações fornecidas pelos sócios correspondentes e delegados e em geral todas as respostas a questionários e instruções.
- 4 – O Boletim, que será publicado mensalmente e que, além do resumo dos trabalhos das reuniões e do noticiário, compreenderá:
 - a) bibliografia metódica;
 - b) planos gerais de pesquisas;
 - c) lista de termos do vocabulário técnico que tenham sido discutidos durante as reuniões e orientação geral para este trabalho.

II – Trabalhos extraordinários:

- A – Conferências, comunicações, conferências-passeios, etc.
- B – Missões e expedições diversas, colaboração e organização de congressos.
- C – Questionários, pesquisas no local, elaboração de cartas, etc. (PRJETO, [1937b])

É notório que a existência da Sociedade de Etnografia e Folclore propiciou imediata prática aos alunos do curso de Etnografia ministrado por Dina Lévi-Strauss, não só o exercício prático da pesquisa etnográfica, mas a própria exposição dos resultados. Esta foi a experiência de, por exemplo, Mario Wagner Vieira da Cunha, Maria Stella Guimarães, Cecília de Castro Silva, Oneyda Alvarenga e Luís Saia.

Dentre os nomes relacionados a receberem exemplares dos Boletins da Sociedade de Etnografia e Folclore constavam os de intelectuais franceses importantes na área:

Henri Rivière – Conservador do Departamento e Museu Nacional de Artes e Tradições Populares – Palais Du Trocadero – Paris - França

André Varagnac – Conservador adjunto do Departamento do Museu Nacional de Artes e Tradições Populares – Palais Du Trocadero – Paris – França

Doutor Paul Rivet – Diretor do Laboratório de Etnografia do Museu de História Natural. Paris – França

Jean Marx – Ministre Plénipotentiaire – Diretor dos Serviços de Trabalhos Franceses no Estrangeiro / Ministério dos Trabalhos Estrangeiros / Quay d’Orsay – Paris – França
(LISTA DE NOMES)

Com a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, Dina Lévi-Strauss intensificou sua participação nas atividades etnográficas do Departamento de Cultura, na estruturação da própria Sociedade e na condução dos trabalhos debatidos nas sessões. O regimento da Sociedade de Etnografia e Folclore estabeleceu as funções que cabiam à diretoria. Ao primeiro secretário, cargo que ela ocupava, foram delegadas atividades que permitiram o funcionamento de acordo com as diretrizes estabelecidas e, assim como ao presidente, cabia a ele coordenar as ações:

- a) convocar e presidir as sessões e assembléias, dirigindo os trabalhos, fazendo cumprir as determinações estatutárias e regimentais e mantendo a ordem, para o que lhe é facultado chamar a atenção dos consócios, suspender e encerrar a sessão;
 - b) rubricar todos os livros da Sociedade, assinar as atas, despachar o expediente e correspondência e designar os assuntos da ordem do dia;
 - c) convidar por deliberação sua ou da Sociedade, os membros de comissões especiais para fins determinados, bem como indicar quem deva representar a Sociedade nos atos e solenidades para que tenha sido convidada;
 - e) ordenar as despesas votadas e assinar, com o tesoureiro, as respectivas ordens de pagamento.
- § único – o presidente, além de seu voto de qualidade, nos casos de empate, tem o direito de votar nos escrutínios secretos ou deliberações. (PRJETO, [1937a]).

Além de substituir o presidente em sua ausência ou impedimento, deveria o primeiro secretário:

- a) tomar conhecimento do expediente e correspondência da Sociedade;
- b) facilitar ao Conselho Técnico, a outras comissões e relatores, os meios indispensáveis ao bom desempenho de suas tarefas;
- c) receber as monografias, relatórios, e fazê-los imprimir, quando assim deliberar a Sociedade;
- d) relatar os pareceres e quaisquer trabalhos que tenham de ser feitos pela diretoria, ou de que ela seja incumbida. (PROJETO, [1937 a]).

Ao segundo secretário cabiam atividades mais administrativas, como redação de atas, de comunicados à imprensa, emissão de convites, manutenção e inventariado dos bens da

sociedade, organização das relações dos membros e auxílio, quando solicitado, ao primeiro secretário. (PROJETO, [1937 a])

Eleita 1ª secretária, fica evidente ao papel de Dina Lévi-Strauss no andamento das atividades da Sociedade de Etnografia. Por mais que Mário de Andrade fosse seu mentor, a organicidade foi garantida também por sua presença. As mudanças políticas que resultaram no afastamento de Mário de Andrade e o retorno da etnógrafa à França desestruturaram a Sociedade. A composição da nova diretoria, apesar de manter o nome de Mário na presidência, não conseguiu manter os trabalhos sob a tutela do Departamento e, por conseguinte, também não conseguiu manter-se sozinha, devido à ausência das pessoas mais ativas. Um exemplo claro foi a não publicação do Boletim número 7 da Sociedade, conforme fora estabelecido na reunião de 27 de abril de 1938.

A reunião do dia 27 de abril de 1938 também aprovava o restante do conteúdo do boletim, que incluía um resumo da palestra de Sérgio Milliet, *Zoneamento estatístico do estado de São Paulo*, noticiário sobre o andamento da Missão de Pesquisas Folclóricas enviada ao norte e nordeste do país, coordenada pelo pesquisador integrante da Sociedade, Luís Saia; do andamento da expedição Lévi-Strauss, que havia partido em 08 de maio – Claude Lévi-Strauss é apresentado como ex-professor de Sociologia da Universidade de S. Paulo e Dina como responsável pelos trabalhos etnográficos do Departamento de Cultura. O boletim informa ainda a eleição da nova diretoria, composta por Mário de Andrade – presidente, Nicanor Miranda – 1º secretário; Antonio Rubbo Mueller – 2º secretário e Nair Ortiz – tesoureira; como tema das Instruções Folclóricas foi escolhido: a morte (PROJETO, [1937b]).

Não obstante a aprovação em reunião, nada do conteúdo descrito acima foi publicado. O Boletim número 7 saiu no ano seguinte constando apenas a informação sobre a nova diretoria eleita, sendo o último informativo publicado pela Sociedade de Etnografia e Folclore. Conforme rascunho integrante do acervo documental da Sociedade, Dina já elaborara também proposta de conteúdo para os boletins de números 8 e 9 (PROJETO, [1937c]).

3.3.1 O Inquérito Folclórico

Tendo em vista a participação no Congresso Internacional de Folclore, o Departamento de Cultura, através a Sociedade de Etnografia e Folclore, executou pesquisa sobre tabus alimentares no Estado de São Paulo. Foram distribuídos questionários, tendo na primeira página uma carta assinada pelo Diretor do Departamento, apresentando as finalidades do inquérito: elaborar três ou quatro mapas de costumes do Estado de São Paulo. O questionário estava dividido em três partes: proibições alimentares, danças populares e cura do terçol com anel. A primeira parte abre com questionando a existência de proibições alimentares no local e, caso existam, as opções conhecidas: banana com leite, laranja com leite, laranja com banana, melancia com bebida alcoólica ou peixe com carne. Deixa espaço para o registro de outras proibições, caso existam e para observações dos colaboradores. A segunda parte do questionário relaciona também as opções de danças populares para o mapeamento: cateretê ou catira, fandango, mana-chica, valsa, polca, mazurca, chimarrita ou chamarrita, cururu ou caruru, dança de São Gonçalo, Dança de Santa Cruz, congada ou congado, moçambique, bumba-meu-boi, caiapó ou caiapós, samba ou batuque, miudinho, quadrilha, cana-verde, recortado ou recortada, dandão, chula, lundu. Assim como nas proibições alimentares, também há espaço para o registro de danças não relacionadas e para observações. Na terceira e última parte do questionário, foram elaboradas as seguintes perguntas: *Costumam no lugar curar terçol passando-lhe um anel por cima? A) Só anel de ouro? De qualquer metal? Só aliança? B) Há maneira especial de passar o anel sobre o terçol? Qual? C) Pronuncia-se alguma palavra ou reza no momento? Qual?* Como nas partes anteriores, deixa-se espaço para outras observações (RAM, XXXIV, p. 202 – 203).

O Congresso estava programado para junho de 1937, os questionários foram distribuídos no início do mês de abril, tendo como prazo máximo o dia 30 do mesmo mês, para *inspetores do ensino dos Municípios do Estado, médicos do interior de S. Paulo, diretores dos jornais do Interior e Juizes de Paz do Estado*. (RAM, XXXIV, p. 202). Como reforço para a realização e divulgação da pesquisa, Mário de Andrade publica, nos dias 10 e 16 de abril, no jornal *O Estado de S. Paulo*, artigos sobre a pesquisa em andamento. Nestes artigos, publicados posteriormente na Revista do Arquivo Municipal, o autor demonstra todo o seu conhecimento sobre os assuntos da pesquisa, em especial sobre as danças populares, dá detalhes da localização na capital e no interior onde são dançadas. Parece ter tão elaborada a

sua análise que aguarda apenas a confirmação dos dados, para sair, como ele próprio afirma, da opinião pessoal para o mapeamento cientificamente realizado.

Infelizmente, não temos nenhuma certeza científica de qualquer espécie; e isso tanto sobre o samba rural, como sobre outra qualquer das nossas danças populares. E elas são inúmeras. Temos as danças religiosas como a de S. Gonçalo já registrada em muitos lugares do Estado. A de Sta. Cruz, mais rara mas que permanece viva em certos lugares dos arredores da Capital, como em Itaquaquecetuba por exemplo. Temos também os bailados em que a dança se mistura à representação, tais como a congada, o moçambique, os caipós e o bumba-meu-boi. Este último, ainda tão intensamente vivo no Nordeste brasileiro, já quase desapareceu aqui. Sei deles apenas em algumas cidadezinhas do litoral, e ultimamente tive a surpresa, por um programa das festas do Divino, de saber que o bumba-meu-boi ainda permanece entre os caipiras de Santo Amaro. Mas na realidade já me acostumei a reconhecer que justamente os arredores da Capital são verdadeiros mananciais de surpresas folclóricas (RAM, XXXIV, p. 203).

O conhecimento de Mário de Andrade sobre as danças populares realizadas em São Paulo é extenso, assim como sua curiosidade sobre os tabus alimentares e a cura do terçol com anel, confessadamente já experimentado por ele. Declara também que o trabalho fora desencorajado, por parte dos membros da Sociedade de Etnografia e Folclore devido ao curto prazo para sua execução, mas ele, assim como muitos outros membros, acreditam na possibilidade de realização das cartas geográficas. Numa provocação - que também teria sua eficácia nos dias de hoje - Mário de Andrade fala de inquérito semelhante realizado na Argentina em 1921, pela Universidade de Buenos Aires sob a direção de Ricardo Rojas, cujo sucesso só confirma o alto nível cultural daquele país.

A mim me parece impossível que, embora se exija desta vez que as respostas venham até a data de 30 de abril o mais tardar, duas instituições culturais da maior seriedade como são a Sociedade de Etnografia e o Departamento de Cultura, não consigam interessar cultural, positivamente não pode o povo dum Estado cujo nível de forma alguma estar muito abaixo do argentino. Mas não insisto neste ponto. Dirão que estou a açular o brio dos bons Paulistas... (RAM, XXXIV, p. 205).

Houve o retorno dos questionários, assim como surgiram colaboradores espontâneos. A Revista do Arquivo Municipal de São Paulo publica as matérias anteriormente veiculadas no jornal *O Estado de São Paulo*. A de número XXXV reproduz o artigo de 21 de abril no

qual Mário comenta os resultados do levantamento, sem, contudo, ser conclusivo. Escreve sobre as origens das palavras que dão nome às danças registradas, tais como, fandango, batuque, cururu, cateretê, entre outras; acrescenta também as diferentes concepções para cura do terçol, além da com anel, ou seja, seria possível a cura com: barra do lençol, garrafa, grão de milho, rabo de gato, azeite doce, mosquito esmagado nos dedos, lápis aquecido, dedo aquecido na palma da mão, na hora do sol se por, o pronunciamento do nome de sete viúvas, banhos de meio-corpo, limo tirado dos dentes, toucinho, a fricção de anus de gato, água de bochecho, aliança de ouro, água de Santa Luzia, cozimento de folhas de solidonia, folhas de arruda esmagada, casinha de gravetos queimada, roupa suja de senhora, leite humano e leite de mandioca (RAM, XXXV, p. 277-279).

Dina Lévi-Strauss assinou matéria no *O Estado de S. Paulo* na qual faz a sua avaliação sobre o andamento dos trabalhos. Com data de 18 de maio de 1937, ela relata que alguns dias após o envio dos primeiros questionários começaram a chegar as primeiras respostas. Naquele momento já haviam recebido mais de 700 respostas e lamentava ter fechado para elaboração dos mapas, em função da data de apresentação no Congresso. Porém a Sociedade de Etnografia e Folclore fora comunicada do adiamento do evento para agosto do mesmo ano, o que fez reabrir para recepção de mais informações por algumas semanas. A etnógrafa faz algumas considerações sobre o material recebido até aquele momento, tanto sobre o conteúdo quanto sobre o método empregado. As respostas revelaram fatos desconhecidos ou pouco conhecidos e alguns elementos a serem trabalhados do ponto de vista metodológico, pois como primeira aplicação no *O Estado de S. Paulo* do sistema de questionários apresentou certas dificuldades e obstáculos. Algumas respostas foram eliminadas por não apresentarem condições de utilização. Esclareceu que a pesquisa tinha como um segundo objetivo a verificação do potencial de informação do interior de São Paulo. Neste sentido, avaliou-o como muito satisfatório, na medida em que apareceram informantes qualificados e com boa vontade, o que fazia acreditar que formulários futuros conteriam não só respostas positivas ou negativas, mas riqueza de detalhes e informações.

No entanto, ocorreram erros na forma de registrar os dados. Dina chama a atenção para os elementos que ocasionaram a eliminação de algumas respostas. O pesquisador deve buscar o sentido das perguntas e não responder como uma máquina e atentar para os códigos estabelecidos para registrar as respostas, garantindo a compreensão por parte daquele que analisa e fixar uma padronização na forma das anotações. Verificou-se a mesma redação num município, demonstrando a cópia de uma resposta, quando na realidade, cada informante tem uma resposta única e pessoal sobre os fatos; a ausência de indicação precisa de lugar; a

ausência da distinção se o fato registrado fora observado pelo pesquisador ou se este ouviu dizer. Também esclarece a existência de diferença entre os termos tolerado, proibido e recomendado. A sua orientação é que nos próximos questionários esses pontos sejam observados, de modo que não se percam as informações anotadas. Para exemplificar, este último ponto, Dina Lévi-Strauss orienta:

Indiquemos, contudo, desde logo, aquilo de que se trata: muitos dos fatos folclóricos parecem pela sua própria natureza, opostos ao que é considerado como ciência constituída e racional, isto é, em oposição ao que representa a autoridade, o médico, o professor, etc... É justamente para este gênero de fatos que convém tomar em consideração a distinção mencionada. Por exemplo: para uma cura médica qualquer, relacionada com o Folclore (medicina popular), perguntar-se-á:

- a) Se ela existe ou não.
- b) Se existe, é ela praticada aberta ou secretamente?
- c) Se é praticada secretamente, qual a razão disso?
- d) Se praticada abertamente, é ela simplesmente tolerada pela autoridade constituída (neste caso, o médico) ou recomendada?

Por hoje nos limitamos a tratar rapidamente estes pontos. Voltaremos a desenvolver o assunto em próximo artigo.

Dina Lévi-Strauss

O Estado de São Paulo, 18 de maio de 1937- (QUESTIONÁRIOS, 1937).

Os dados coletados através dos questionários foram trabalhados pela comissão formada por Dina Lévi-Strauss e seus ex-alunos Oneyda Alvarenga, Mário Wagner Vieira da Cunha, Carlos Mascaro e Rafael Grisi. Com o resultado da tabulação as cartas folclóricas foram elaboradas, sob a orientação de Bruno Rudolfer, Claude Lévi-Strauss e Mário de Andrade. O trabalho de processamento das informações e construção dos mapas foi intenso e resultou num conjunto de documentos com 1949 fichas sobre danças populares, danças tradicionais religiosas nas quais os gêneros estão em ordem alfabética e contem o nome da dança, local e seu informante; 725 fichas sobre proibições alimentares, contendo o nome da proibição, localidade, informante e data; e um conjunto de 54 fichas com nomes e endereços de sócios e correspondentes. Foi elaborado um mapa-base, sobre o qual eram colocados os oito mapas elaborados em papel transparente, com representações dos fatos pesquisados e um com a zona estudada. (CATÁLOGO, 2004)

A apresentação da pesquisa no Congresso Internacional de Folclore coube a Nicanor Miranda e, foi publicado nos anais do congresso *Travaux du 1er. Congrès International de*

Folklore, sob o título *Études Cartographiques des Tabous Alimentaires et des Danses Populaires*, e no Anais do I Congresso Nacional da Língua Cantada, sob o título *Mapas folclóricos de variações lingüísticas* (CATÁLOGO, 2004).³²

Nicanor Miranda, em publicação de dezembro de 1937 na Revista do Arquivo Municipal, relata as atividades e decisões gerais do Congresso, onde se verifica a atualidade dos trabalhos desenvolvidos pela Sociedade de Etnografia e Folclore e o Departamento de Cultura. Foram apresentadas mais de cem comunicações divididas entre Folclore descritivo e Folclore aplicado na vida social, os quais estavam classificados no primeiro conjunto os temas: civilização material, estudos das estruturas sociais, tradições e literaturas orais e metodologia folclórica; o segundo conjunto com: arte popular, mocidade e Folclore, construções modernas e música, danças, contos, festas e cerimônias populares. Em cada um foi escolhido um tema para discussões em sessões de plenária e sessões particulares. Neste Congresso foi aprovada a fixação do sentido da palavra folclore, como aquele que abrange os seguintes domínios científicos e técnicos: civilização material, estrutura social, tradições e literaturas orais e metodologia. O domínio da metodologia incluiria as técnicas de bibliografia, cartografia, registro sonoro, inquéritos e museografia. São propostos no congresso: a execução de levantamento bibliográfico, a cooperação entre os países, o envolvimento da juventude nos trabalhos folclóricos, a construção de museus e registros folclóricos. No final do relato Nicanor Miranda informa a excelente recepção obtida pela comunicação elaborada pelo Departamento de Cultura e pela Sociedade de Etnografia e Folclore, inclusive o elogio por parte do Conservador adjunto do Departamento de Artes e Tradições Populares de Paris, André Varagnac. (MIRANDA, 1937, p 79-96).

3.4 Produção dos alunos.

O principal trabalho de Dina Lévi-Strauss pode ser considerado o de preparar pesquisadores para o trabalho de campo, ou seja, etnógrafos. Como tratou em seu relatório citado no início deste capítulo, as atividades de capacitação associadas a uma prática possibilitada pelo Departamento de Cultura e pela Sociedade de Etnografia, permitiram a

³² O Congresso Nacional da Língua Cantada foi realizado em 1937 pelo Departamento de Cultura de São Paulo e tinha como principal objetivo o estabelecimento de uma língua padrão para o canto erudito nacional. O congresso recebeu intelectuais de todo o país. Estavam presentes nomes como o de Cecília Meirelles, Manuel Bandeira, Antonio de Sá Pereira, Luiz Heitor Correia de Azevedo, entre outros. Sobre o Congresso ver Departamento de Cultura do Município de São Paulo e o Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937. Maria Elisa Pereira e Dorotéia Machado Kerr. UNESP ARTE. V. 16 2003/2004.

vários alunos uma experimentação que os subsidiaram como profissionais futuros, mesmo para aqueles que não escolheram como área de interesse a Antropologia. Neste sentido, expor resultados de trabalhos de alguns alunos é também elencar a contribuição efetiva de Dina no início da institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo. Vários participantes do Curso de Etnografia haviam iniciado ou construíram carreiras acadêmicas ou como pesquisadores ligados a órgãos públicos. Dentre eles, podemos citar Gioconda Mussolini, Lucila Hermann, Lavínia da Costa Villela, Mario Wagner Vieira da Cunha, Oneyda Alvarenga, Antonio Rubbo Muller, Luís Saia, Maria Aparecida Duarte. Vários trabalhos são publicados na Revista do Arquivo Municipal, juntamente com estudos de pesquisadores já reconhecidos na época.

Como forma de valorização das pesquisas na área o Departamento de Cultura instituiu um concurso de ensaios de Etnografia e Folclore. Na página de abertura da seção de Arquivo de Etnografia e Folclore na Revista do Arquivo Municipal consta o seguinte texto, no qual se vê reconhecido do papel exercido na orientação científica não só por Dina Lévi-Strauss, mas também por Samuel Harman Lowrie:

No intuito de incentivar as pesquisas deste gênero, no Brasil, e ainda como recompensa pelo esforço dispendido com indagações mais importantes, o Departamento de Cultura resolveu instituir dois prêmios de 1:000\$000 cada um, a serem distribuídos aos autores dos dois melhores trabalhos recebidos em 1938. Para o julgamento destes, ficou organizada uma comissão composta dos profs. e etnógrafos Mario de Andrade, Dina Lévi-Strauss, Samuel Lowrie, Plínio Ayrosa e Arthur Ramos. Fica entendido que, embora não impedidos de colaborar no Arquivo Etnográfico, não poderão fazer jus aos prêmios instituídos os trabalhos apresentados por membros do júri ou professores da matéria. (RAM, XLIII, 1938).

Em janeiro de 1938 foram julgados, pela comissão formada por Plínio Ayrosa, Arthur Ramos, Samuel H. Lowrie, Mário de Andrade e Oneyda Alvarenga (substituindo Dina Lévi-Strauss) ³³ (ANOTAÇÕES, [1938 a]), os seguintes trabalhos publicados na Revista do Arquivo Municipal:

1. Alvarenga, Oneyda. Cateretês do sul de Minas Gerais. Revista nº 30
2. Souza, R. Paula. Contribuição à Etnologia Paulista. Revista nº 31
3. Santos, Marciano dos. A Dança de São Gonçalo. Revista nº 33

³³ O documento onde estão listados os nomes do júri não registra a razão da substituição. É possível supor que no momento em que passa a integrar a comissão julgadora o trabalho de Oneyda Alvarenga tenha sido excluído da avaliação.

4. Guimarães, Maria Stella; e Silva, Cecília de Castro. Pesquisa sobre a mancha pigmentaria congênita na cidade de São Paulo. Revista nº 36
5. Camargo, Gentil de. Sintaxe caipira do Vale da Paraíba. Revista nº 37
6. Queiroz, Amadeu de. Provérbios e Ditos populares. Revista nº 38
7. Recaldo, Juan Francisco. Vocábulo designativos de relações e contos sociais, nas línguas tupi ou guarani. Revista nº 39
8. Sette, Mário. Três quadros do Recife de dantes. Revista nº 39
9. Baldus, Herbert. As pinturas rupestres de Sant'Ana da Chapada. Revista nº 40
10. Saia, Luís. Um detalhe de arquitetura popular. Revista nº 40
11. Cunha, Mário Wagner Vieira da. A festa de Bom Jesus de Pirapora. Revista nº 41
12. Lévi-Strauss, Claude. A propósito da civilização Chão-Santiaguense. Revista nº 42
13. Recalde, Juan Francisco. Estudo crítico sobre “termos tupis no português do Brasil”. Revista nº 42 (ANOTAÇÕES, [1938b]).

Os trabalhos vencedores, com quatro votos cada, foram os estudos *Pesquisa sobre a mancha pigmentaria congênita na cidade de São Paulo* de Maria Stella Guimarães e Cecília de Castro Silva e *A Dança de São Gonçalo* de Marciano dos Santos.

Neste capítulo serão apresentados quatro dos alunos que se destacaram no curso, sendo que todos tiveram trabalhos publicados na Revista do Arquivo Municipal. Através de seus trabalhos ou de sua trajetória, é possível pinçar ao longo da leitura dos resultados ou do processo de coleta as orientações dadas por Dina no curso. A escolha se deu também por representarem proporcionalmente os interesses do curso e das atividades da Sociedade de Etnografia e Folclore: um trabalho com clara influência de Dina Lévi-Strauss, voltada à pesquisa de Antropologia Física e três realizados sob a influência direta de Mário de Andrade, cuja área em foco era o Folclore. São eles: Maria Stella Guimarães e Cecília de Castro Silva e a Mancha Pigmentaria Congênita; Mário Wagner Vieira da Cunha e o Samba de Pirapora; Oneyda Alvarenga e os Cateretês do Sul de Minas Gerais; e Luís Saia e a Missão de Pesquisas Folclóricas.

3.4.1 Maria Stella Guimarães e Cecília de Castro Silva e a Mancha Pigmentaria Congênita na Cidade de São Paulo

Durante a aula do Curso de Etnografia, em que Dina Lévi-Strauss tratou da definição da mancha pigmentaria, contou que realizara, no ano de 1935, um levantamento, na Clínica

Obstétrica da Faculdade de Medicina de São Paulo e observou que os registros dos arquivos não consideraram as manchas pigmentarias congênitas como essenciais para a caracterização dos recém nascidos. Após avaliar 190 fichas encontrou apenas uma com informação sobre a mancha. No entanto, ao observar um grupo de 18 crianças encontrou 7 com a presença da mancha no corpo (APOSTILA, 1936c). Muito provavelmente a partir deste interesse de Dina e sua constatação da indiferença em relação ao seu registro nas fichas médicas, é que se realizou esta pesquisa sob o patrocínio do Departamento de Cultura, sendo que, parte dos dados, também foram utilizados em análises de Samuel Harman Lowrie.

Finalmente, além das horas de aula e das seções de trabalho prático, o Departamento criou comissões de pesquisadores escolhidos entre os melhores estudantes, que sob minha direção realizaram pesquisas metódicas na cidade de São Paulo. As Maternidades da cidade abriram suas portas aos estudantes que eu havia preparado especialmente para esta pesquisa, a qual continua em minha ausência, sob a orientação dada durante o ano. O interesse suscitado por esta pesquisa foi considerável, e desde a publicação dos primeiros resultados, a Municipalidade pôde valer-se deles para defender seu orçamento na câmara legislativa (STRAUSS, D. 1936a, apud Sandroni 2002).

Dina Lévi-Strauss refere-se à pesquisa desenvolvida pelas alunas Maria Stella Guimarães e Cecília de Castro Silva do Curso de Etnografia, intitulada A Mancha Pigmentaria Congênita na Cidade de São Paulo, publicada na Revista do Arquivo Municipal nº XXXVI de maio de 1937. Como visto, o tema desta pesquisa foi lançado pela própria Dina Lévi-Strauss, outro ponto a ser observado é que a pesquisa se iniciara durante a realização do curso, assim como a orientação dada às pesquisadoras, conforme citação das autoras na publicação dos resultados.

No período entre 20 de agosto de 1936 a 28 de março de 1937 as pesquisadoras entrevistaram enfermeiras e mães e examinaram 600 crianças da Maternidade São Paulo e da Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina. O objetivo foi a pesquisa sobre a mancha pigmentaria e a obtenção de dados sobre as crianças e sua ascendência. Interessante notar que esta pesquisa fora realizada pelo Departamento de Cultura através da Divisão de Expansão Cultural e não da Divisão de Documentação como poderíamos supor, confirmado pelo timbre das fichas utilizadas na pesquisa. Provavelmente isto se deu pelo fato da Sociedade de Etnografia e Folclore estar abrigada na Divisão de expansão e Cultura, e esta diretamente ligada a Mário. No entanto, como já visto em capítulo anterior, Samuel Harman Lowrie

também se utilizou das informações dessa pesquisa para os seus estudos, em específico as informações sobre a ascendência das crianças.

3.4.2 Mário Wagner Vieira da Cunha e a descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora

Mário Wagner Vieira da Cunha construiu carreira acadêmica, primeiro na Escola de Sociologia e Política e posteriormente, na Universidade de São Paulo, e foi um dos ex-alunos do Curso de Etnografia que mais se referiu aos encontros dos quais participou com Dina Lévi-Strauss. Em diferentes depoimentos Cunha aponta a importância de Dina frente aos trabalhos etnográficos desenvolvidos naquele momento, evidencia sua preferência por ela em relação à Claude Lévi-Strauss, considerando-o ainda em formação, sem a vivência etnográfica que Dina demonstrava.³⁴ (CUNHA. 1986. in MICELI. 2010; CUNHA 2001; CARVALHO, 1993 a, 1993 b)

Seu estudo sobre Pirapora mereceu destaque por parte de Samuel Harman Lowrie, comparando-o com o de Marciano Santos sobre a Dança de São Gonçalo, pois este último teria se perdido em detalhes e não considerou as transformações sociais ocorridas e a “influência do ambiente brasileiro sobre um complexo cultural de origem portuguesa. Já Cunha, segundo Lowrie, apresenta um estudo bem mais apreciável,” deste ponto de vista (OFÍCIO, 1938).

O texto publicado na Revista do Arquivo Municipal nº XLI de novembro de 1937 na seção Arquivo de Etnografia e Folclore com o título *A Festa de Bom Jesus de Pirapora*. Introduzido como dissertação apresentada durante o Curso de Etnografia do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, discorre sobre a festa que ocorre anualmente na cidade de Bom Jesus de Pirapora e que no ano de 1936 ocorrera no período de 03 a 06 de agosto. No mesmo número foi publicado o trabalho de Mário de Andrade intitulado *Samba Rural Paulista*. Elizabeth Travassos acredita que é de se “supor que a monografia sobre o samba rural seja a experimentação de um modelo de trabalho científico que Mário de Andrade estava construindo nos anos 1930” e “escrito em pleno entusiasmo das reuniões da Sociedade de Etnografia e Folclore” (TRAVASSOS, 2002, p. 97). Cunha, por sua vez, não esconde a

³⁴ Mário Wagner Vieira da Cunha (1912-2003) cursou Direito e Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Foi professor da Escola Livre de Sociologia e Política, da Faculdade de economia e Administração da USP. Publicou estudos como *A Festa de Bom Jesus de Pirapora*; *Povoamento e classes rurais de Cunha*, *Burocratização das empresas industriais*, *Sistema administrativo brasileiro 1930-1950*.

influência e insistência de Mário para a realização da pesquisa e de sua publicação. (CUNHA. 1986. in MICELI. 2010)

Cunha apresenta primeiramente a história da região de Pirapora, que data de 1625, com a concessão de terras ao longo do Rio Tietê em São Paulo. Em 1724 uma imagem de santo talhada em madeira é encontrada á beira d'água em um sítio e identificada nos registros da paróquia local como imagem de Bom Jesus, posteriormente integrando imagem e local como Bom Jesus de Pirapora. O autor relata a pesquisa que fizera a cerca da lenda construída ao longo do tempo sobre a imagem encontrada, como, por exemplo, a que ouvira do tesoureiro da mesa administrativa do Santuário, para quem a imagem fora encontrada por indivíduos na região e que quiseram levá-lo à região de Araçariguama, onde pretendiam explorar ouro, mas no caminho os animais se recusaram a andar. Os homens, então, associaram a resistência dos bois à expressão da vontade do santo em retornar ao local onde fora encontrado. Outra versão fora dada por um romeiro: “Quando a imagem ia sendo levada para Parnaíba ela voltou milagrosamente”. (CUNHA. 1937, p. 6).

Construído o Santuário e reconhecido pela igreja católica em 1725, recebe doação de terras em 1730, e fortalece sua história junto aos devotos, com a realização de festas anuais, procissões e visitação de peregrinos. Assim a história de Pirapora tem origem religiosa. O autor descreve a cidade – distrito do município de Parnaíba - seus meios de transporte e acesso, as construções, iluminação, ausência de sistema público de esgoto e água, que pertence ao Santuário.

É fácil constatar através do aspecto atual da cidade a influência que sobre ela tem exercido o culto do seu Santo.

Pirapora é uma cidade cuja vida está muito ligada à vinda de forasteiros que, principalmente por ocasião das festas, vêm cumprir promessas feitas. O seu melhor comércio destina-se à exploração desses forasteiros. Conta com um número elevado de hotéis. Hotéis grandes, bem montados, e os melhores estão situados no largo da Igreja. É característico o facto de que os bons hotéis possuem, na frente, uma pequena venda de objetos religiosos e, ao lado desta, um bar. O hotel, a secção de santos e bebidas constituem a associação constante e mais apropriada à exploração dos devotos do Bom Jesus. Quem vem à cidade procura alojamento, deseja comprar velas e imagens e, não deixará de bebericar alguma cousa.

Contrasta porém, com os hotéis, confeitarias e casas de artigos religiosos bem montadas, o aspecto geral da cidade que é de grande humildade. Casas pobres, vendas acanhadas onde se encontra de tudo. População vestida simplesmente e, na m r parte composta de mulatos e caboclos. (CUNHA. 1937, p. 8)

O autor verifica a ausência de um padrão de vida próprio na cidade, devido ao contraste existente no local, a existência de hotéis para recepcionar visitantes de poder aquisitivo alto e a sua população local empobrecida, além da cidade receber também um grande número de devotos pobres, sendo estes acolhidos *numa esteira estendida no chão batido das casas de taipa* (CUNHA, 1937, p. 10). Considera difícil ver as mudanças na cidade em função de suas festas anuais. No largo, apenas a igreja com fileiras de lâmpadas acesas durante a noite traz a idéia de festa religiosa, observa, no entanto, que as mudanças reais estão em outras partes da cidade e na sua vida local. Primeiro em relação às barracas armadas ao lado da igreja Matriz, constituindo-se verdadeira feira, com venda de confecções, artigos de armarinhos, vestuário, bebidas, alimentação e jogo (como não é possível o jogo por dinheiro, as apostas são por cigarro e bebidas, sendo a dinheiro durante a noite de forma discreta). Outros locais de comércio figuram nas casas simples da população local, não diretamente explorada por seus moradores, mas sim por pessoas de fora da cidade. De modo geral, as famílias se acomodam em um cômodo da casa e alugam o restante para venda e recepção de visitantes:

Nalgumas dessas casas a sala da frente, atijolada ou de chão batido, tráz a porta aberta e se vê dentro uma mesa pequena coberta com uma toalha muito alva. Sobre ela o bule de ágata azul, as xícaras de louça ordinária, os pratos com bolos, pescadinhas fritas, pedaços de lingüiça e o enorme cuscus. Ao lado, sentada numa cadeira, uma preta gorda de lenço amarrado na cabeça, espera pelo freguês que deverá servir. Dos quartos do fundo vem a barulheira confusa de risos e falas de mulheres e homens. São os hóspedes da casa. Gente de maneiras livres que veio para a festa com pouco dinheiro, mas com muita alegria. (CUNHA, 1937, p.11).

A próxima questão que o autor busca responder é onde se alojam os forasteiros. Os hotéis são procurados por aqueles que tem posses, as acomodações mais baratas ficam por conta de pequenas pensões ou por improvisos nas casas que alugam camas, ou esteiras compradas nos botequins e estendidas em qualquer canto da cidade. Cunha destaca no estudo dois tipos de alojamento: as barracas e os barracões.

As barracas compõem acampamentos de forasteiros nos limites da cidade, o maior descrito está situado próximo ao rio, com mais de 12 barracas que garantem mais independência dos indivíduos em detrimento vulnerabilidade ao frio ou a chuva. Elas são feitas de pano branco como as de soldados, não é lona e parecem ter sido confeccionadas

domesticamente, armadas por estacas acomodam de 4 a 6 pessoas. Os grupos são constituídos, de modo geral, por pessoas da mesma família, “geralmente brancos, acaboclados, muito arredios. Não parecem manter relações de uma a outra barraca. Há vários anos costuma vir para as festas, trazendo consigo a sua tenda” (CUNHA, 1937, p. 12).

Outro tipo de alojamento são os barracões, considerados como de intensa promiscuidade devido à aglomeração da população ali alojada. São edificações, praticamente abandonadas, do Santuário que serviram como moradia de religiosos e seminaristas, constituídos por dois grandes barracões, com alguns pequenos quartos divididos por madeira, e uma área grande interna.

O andar térreo desse barracão é que constitui o centro principal das festas de caráter profano. Está ele todo atravancado com improvisados balcões feitos com mesas, tábuas e caixões vazios. E, por trás deles, negras atarefadas cozinham. Ali se pode almoçar ou tomar café e quentão acompanhados de toda sorte de petiscarias imagináveis. É comum tropeçar-se em caldeirões e panelas postos em fogões baixos, armados com pedras e tijolos no meio do caminho. Pois bem, é no meio de tudo isto, e entre a multidão fantástica de pessoas que entram e saem e ali ficam sambando, é que muitos negros e negras estendem o seu cobertor de barra vermelha ou a sua esteira puída, para dormir. (CUNHA, 1937, p. 13).

É a partir da descrição das formas de alojamento na cidade nos dias da festa da cidade de Pirapora, que o autor verifica a heterogeneidade da população visitante: “desde o hotel caríssimo até o barracão da promiscuidade, passando-se pelas barracas, isoladas, mas incômodas”. Começa por definir os indivíduos que participam da festa: o devoto, o romeiro e o piraporeano. O primeiro grupo é composto por aqueles que vem à cidade para saldar uma promessa, de modo geral composto por mulheres idosas, e por pessoas ricas, que tentam passar de forma mais breve possível, cumprir a promessa e sair com seus automóveis. O segundo grupo, dos romeiros, historicamente saía em grandes grupos a pé, alguns de carro de boi ou a cavalo, como uma procissão de diferentes cidades rumo a Pirapora. No momento da pesquisa os grupos são menores e não mais constituem uma romaria, são famílias que por devoção mantêm a prática, e ficam alojados boa parte nas barracas que trazem. São brancos, austeros e pregam que sua visita é apenas de cunho religioso, não tocam nem sambam, mas com insistência do pesquisador acabam admitindo a vontade de se divertir um pouco.

São, na verdade, indivíduos que partem para Pirapora dizendo que vão cumprir promessa, mas, lá consigo, acalentam a idéia de uma festança. Tomam parte destacada

nos bailes públicos. Gostam de assistir dançar o samba. E, quando menos se espera uma negra, das muitas que há por ali, lança uns olhares comprometedores ao sisudo romeiro. Dentro em pouco desaparecem: primeiro a negra, a seguir o romeiro. É que este não quer dar na vista. (CUNHA, 1937, p. 15).

O terceiro grupo constitui a maioria da população nos dias de festas, são os piraporeanos. Formado por negros ou mulatos, vem de Sorocaba, Itu, Campinas, Rio Claro para a festa, para o samba. Por medida de precaução a polícia avisa nos barracões a proibição de saída de blocos durante a procissão, para evitar encontros nas ruas estreitas.

As moças são as mais agitadas. Trazem vestidos de cores berrantes, lenço à cabeça. Pintam exageradamente os lábios e as faces. Isto no dia em que chegam, porque depois da primeira noite dormida com roupa, se apresentam com a pintura do rosto desfeita, os vestidos mais soltos, amarrotados, e muitas tendo trocado o lenço pelo chapéu de palha. Os homens andam sem gravata e em mangas de camisa. São todos de uma resistência extraordinária. Dançam horas a fio. Dormem pouco. O que melhor os caracteriza é a extrema desenvoltura nos gestos e nas palavras. Apresentam sempre um bom humor invejável. (CUNHA, 1937, p. 15).

Outras características dos indivíduos presentes na festa são os mendigos, vendedores e grande número de prostitutas brancas - o autor não consegue identificar as prostitutas negras que se misturam ao que chama de promiscuidade - oriundas de cidades como Piracicaba, Campinas, São João da Boa Vista e da própria capital. A seguir, Cunha trata dos aspectos religiosos e profanos da festa do Bom Jesus de Pirapora. O primeiro possui um programa estabelecido pela mesa do Santuário e publicado na imprensa, a fim de atender o cumprimento das promessas feitas pelos devotos e romeiros, além da assistência das cerimônias e entrega de cruzes e fotografias na *Casa dos Milagres*. Na igreja os fiéis rezam constantemente o terço, esperando a hora de beijar a túnica do Santo. No penúltimo dia sai a procissão de Nossa Senhora e no último a de Nosso Senhor Bom Jesus, com a imagem do santo, concorrida pelos devotos. À noite a igreja lota para a realização do sermão, que termina por volta das nove horas, sem, no entanto, encerrarem-se as atividades de festa na cidade, “há para além muita luz e muito barulho: são os negros a sambarem no barracão ou os fusos - bailes - puxados a sanfona que começam a animar-se. É a festa profana que deve durar até alta madrugada”. (CUNHA, 1937, p. 19).

Ocorrem também os fusos, bailes onde participam os indivíduos brancos impossibilitados de estarem nos sambas. São realizados em salas de casas alugadas, com ou sem cobrança de entrada. Muitos músicos são os próprios visitantes, com orquestras de cavaquinho, tamborim e pandeiro, às vezes com a presença de cuíca, violão ou sanfona. De modo geral são tocadas e cantadas por todos, músicas de carnavais e outras bem populares.

Durante o dia saem os blocos. no ano da pesquisa saíram o do Borboleta, o Partido do Zeca Gomes e o do Jacaré. O primeiro leva o nome de seu líder, um capoeirista conhecido na cidade, que “punha-se na frente do seu bando, movimentando-se numa dança que se assemelhava ao jogo da rasteira.” (CUNHA, 1937, p. 19) O segundo, com poucos membros, aparentando pouco espírito de grupo e um indivíduo portando uma caveira de boi espetada numa vara. O terceiro grupo possuía o maior número de integrantes, carregavam animais empalhados como estandartes, sem uma explicação lógica aparente.

O principal elemento da festa era, para o autor, o samba dançado em um dos barracões. Sem número certo de participantes, que podem entrar e sair a qualquer momento. Não significa que qualquer pessoa possa entrar para o samba, os dançarinos formam grupos distintos chamados batalhões, sendo que o integrante de um não pode sambar no outro e aquele que não pertence a um dos batalhões não poderá sambar. Em Pirapora, o pesquisador registrou a existência de três batalhões: o de Pai João, de Campinas; o comandado por Zé Soldado de São Paulo; e o de Itu comandado por João Mundão. Nos grupos de samba há a divisão entre dançarinos e músicos, os últimos formados por homens com instrumentos como tamborim, pandeiro, quaiá, e o bumbo, às vezes a cuíca, reco-reco e o tambor médio. Os dançarinos são homens e mulheres, com predominância destas. Há constante revezamento dos instrumentistas que também sambam. Cunha faz toda uma descrição de como se desenrola o samba, o início com o chefe sendo recebido pelo grupo, os improvisos de versos contando sua história e os demais acompanhado, repetindo alguns versos em coro. A deixa para o início do coro é também para o início da dança, e possui também importância nas mudanças das músicas, no acerto dos instrumentos. O texto descreve também os desafios que ocorrem durante o samba, com improvisos entre o chefe e visitantes e transcreve a série de versos cantados e a movimentação dos participantes; assim como alguns versos cantados por uma mulher, a pedido do pesquisador. Após a descrição da festa, o autor relata que no ano seguinte, em 1937, observou a decadência do evento, consideradas como causas as seguintes: primeiro, a reação dos representantes da festa religiosa às atividades tidas como profanas, o samba fora proibido no barracão o que fez diminuir a vinda dos participantes e a sua realização nas ruas e locais improvisados, que limitavam a festa inclusive por causa de

chuvas; depois o fato de que a festa religiosa também estava em declínio, levando-o a concluir que uma causa comum desequilibrava o convívio das duas festas. A vinda a Pirapora era uma viagem difícil e, portanto, só a fariam aqueles que tivessem real devoção e interesse religioso, criando o tradicional encontro. Com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, gerou um conforto maior nas viagens e também uma transformação na ida à festa seja com caráter religioso ou profano. Primeiro destituiu-se a idéia de grupo, como as romarias, perde-se o caráter de provação como forma de saldar uma dívida, muitos vem individualmente em outras épocas do ano pagar suas promessas, até por ser mais barato. A facilidade de transporte provocou um aumento dos participantes que vinham apenas para a festa profana, gerando um desequilíbrio em relação àqueles que vinham pelas duas razões. Cresce o número de *sambadores* não filiados a nenhum batalhão, participam de todos, cantam mal e dançam mal e não guardam as tradições, e alheios também ao culto do santo, tendem a exagerar os aspectos de licenciosidade da festa. Surgem prostitutas estrangeiras, valentões, jogadores, conseqüentemente inaugura-se uma delegacia, aumenta o policiamento, eventos com outras características, os bailes com música moderna.

Vão se apagando os traços peculiares da festa. Interessante é notar que essa substituição de certos aspectos por outros não se faz sem que haja uma interação entre os traços novos e os tradicionais. É o que é visível no aspecto geral da festa profana: a sua licenciosidade. O samba dos negros foi visto pelos brancos como coisa altamente imoral: reboleio de quadris, esfregar de corpos, seios balançantes, gestos desenvoltos... Os brancos compreendem, então, a festa como oportunidade de praticar gestos livres. Daí, ao introduzirem novos aspectos à festa, é a licenciosidade que tende a ressaltar deles. Por seu turno os pretos, e melhor, as pretas, passam a exagerar, no samba e em toda parte em que se encontrem, as atitudes que foram mais notadas. (CUNHA, 1937, p. 33).

O trabalho de pesquisa de Cunha, assim como apontara Lowrie em seu julgamento, procura analisar as transformações sofridas pela festa e seus participantes, ultrapassando a mera descrição. Busca compreender as mudanças de um ano para o outro e associa-as a outras ocorrências sociais, tais como a melhora no transporte até a cidade, alterando, inclusive, os grupos de romeiros.

3.4.3 Oneyda Alvarenga e os Cateretês do Sul de Minas Gerais

Sem dimensão da importância que seu trabalho adquiriria para a memória da produção intelectual de Mário de Andrade, da preservação de diversos projetos do Departamento de Cultura e mesmo da manutenção do funcionamento ininterrupto da Discoteca Pública Municipal, que hoje leva seu nome, criada também em 1935 e mais uma proposta pessoal de Mário, Oneyda Alvarenga tornou-se também importante folclorista. “Quando sai de São Paulo lhe pedi que me desse uma lista de trabalhos essenciais de Etnografia e sobre o Folclore brasileiro, quando lhe sobrasse tempo. Não se esqueça”. (ALVARENGA, 1983, p. 116) Esta é a solicitação da recém formada no Conservatório Dramático Musical ao professor de piano, em 1935, contando com 23 anos e sem ainda saber que seu futuro profissional estava estreitamente ligado ao legado deste mesmo professor. Oneyda Alvarenga realizou todo o trabalho de sistematização do material colhido durante a Missão de Pesquisas Folclóricas, da viagem de Camargo Guarnieri à Salvador para participação do II Congresso Afro-brasileiro e de suas próprias pesquisas em Minas Gerais e de Mário de Andrade em São Paulo. Pode-se afirmar sem dúvida alguma que a sua permanência durante mais de 30 anos à frente da Discoteca foi fundamental para a manutenção e projeção do trabalho desenvolvido nos primeiros anos do Departamento de Cultura e em especial na Divisão de Expansão Cultural.

É possível considerar Oneyda Alvarenga como a principal colaboradora de Mário de Andrade no Departamento de Cultura, durante e após a gestão do escritor. Contratada por indicação do próprio Mário para o cargo de chefia da Discoteca Pública instituída conjuntamente com o Departamento e projetada também por ele, Oneyda Alvarenga assume a coordenação de um dos projetos mais caros ao diretor do órgão recém criado. É possível acompanhar a negociação de trabalho e a vinda dela de sua cidade natal, Varginha em Minas Gerais, para a capital de São Paulo através das cartas trocadas entre os dois. (ALVARENGA, 1983). Mário tinha certeza que seria um desperdício não aproveitar a ex-aluna do Conservatório Dramático Musical em alguma função no Departamento ou em qualquer lugar que desenvolvesse suas potencialidades. Assim tratou de arranjar uma colocação para ela logo que assumiu o cargo municipal. São Paulo deve muito a Mário ter insistido em arrumar ou criar um cargo para Oneyda e a ela por ter aceitado não só assumir a direção da Discoteca como permanecer na função por mais de trinta anos, além e principalmente, por ter sido a guardiã de conjuntos documentais que atestam o trabalho desenvolvido e os projetos do Departamento de Cultura nos anos iniciais em que foi dirigido por Mário de Andrade.

A devoção de Oneyda foi tamanha que viabilizou a organização do material coletado durante a Missão de Pesquisas Folclóricas, a sua divulgação e a sua preservação para estudos contemporâneos e futuros. Não obstante seu trabalho em relação ao projeto de Mário de Andrade, ela tornou-se folclorista e musicóloga de referência, cuja contribuição ainda está por merecer estudo específico para seu reconhecimento de fato.

Cateretês do Sul de Minas Gerais

Oneyda Alvarenga (encarregada da Discoteca Municipal)

Os documentos musicais citados no presente trabalho, por nós colhidos em 1935, pertencem à Discoteca Municipal. Aqui os transcrevemos com autorização do Sr. Mário de Andrade, Diretor do Departamento de Cultura. (ALVARENGA, 1936)

A monografia apresentada por Oneyda Alvarenga foi iniciada quando ainda aguardava de Mário de Andrade notícias sobre sua possível contratação no Departamento. Recebera convite de Luís-Heitor Corrêa de Azevedo para publicar um artigo no *Boletim Latino-Americano de Música* e se entusiasmara em escrever sobre os cateretês. Em carta comenta sua idéia e pede ajuda ao ex-professor, que não acha tão possível e alerta:

Ih, esse caso do cateretê não achei lá muito viável não. Antes de mais nada: você colheu as melodias, está bem, mas viu a dança, prá poder descrevê-la? Você compreende, Oneida, pra fazer um estudo pra esse Boletim, e realmente você está em condições disso, precisa ser coisa séria, pesada, de valor etnográfico bem fixo. Bom, além desse primeiro problema que ainda você pode responder pelo sim, o diabo é o problema mesmo etnográfico do cateretê, destrinchar isso bem, donde vem a palavra, si realmente já está no vocabulário jesuítico dos primeiros séculos, e jamais achei, consultar a respeito a maioria dos vocabulários de brasileirismos, confrontar a descrição de você, isto é, os processos mineiros de coreografia do cateretê com as descrições existentes de outros estados etc. Veja o Gallet, Estudos de Folclore, descrição e duas melodias. Ainda o problema se dificulta pois descobri que existe o cateretê nas ilhas do Cabo Verde, etc. etc. E você aí ... (ALVARENGA, 1983,p. 125)

Nesta correspondência vemos claramente a compreensão de Mário sobre o trabalho etnográfico e seus procedimentos descritivos, a necessidade de treinamento para coleta científica que ele tenta suprir através da realização do Curso de Etnografia ministrado por Dina, voltado para a formação de funcionários municipais. Oneyda não faz o artigo naquele

momento, pois logo em seguida é chamada para assumir o cargo junto à Discoteca Pública, recém criada no Departamento de Cultura. No entanto, o projeto não morre. Oneyda, faz o curso de Etnografia e trabalha sobre os cateretês de Minas Gerais, provavelmente, contando com a supervisão de Mário de Andrade³⁵. O texto é publicado na Revista do Arquivo Municipal vol. XXX, de 1936 e apresentado no curso de Etnografia ministrado por Dina Lévi-Strauss.

Oneyda reconhece que seu resultado é mais modesto do que o que propusera a Mário de Andrade em sua correspondência, mas fica satisfeita por tê-lo cumprido (ALVARENGA, 1983, p. 126). A autora relata que o cateretê ou catira integra uma categoria de danças chamadas de contradanças, tais como o recortado, a cana-verde e a cirandinha, e se opõe às danças do tipo das quadrilhas, mazurcas e valsas. A autora constrói o texto e notas de rodapé, inicialmente com as informações de pesquisadores como Silvio Romero, Amadeu Amaral, Cornélio Pires, Couto de Magalhães e outros; apresenta como a dança é compreendida nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Logo em seguida, focaliza seu estudo pessoal feito em Varginha, Estado de Minas Gerais. Suas informações foram registradas a partir de depoimentos de moradores da cidade identificados por ela como: a preta Maria Ordalia; o caipira alfabetizado Benedito Gregório de Mendonça e Silva; Paulo Silvério Ramos, caboclo fiscal da prefeitura; ou retirados de leituras das obras dos folcloristas citados. (ALVARENGA, 1936).

O cateretê deve ser dançado com no mínimo três indivíduos, homens e mulheres, sendo que a ausência delas não implica a não realização da dança, acompanhados por dois violeiros, no máximo três, e só eles cantam

um se encarrega de entoar a melodia, o canto firme, enquanto o outro o acompanha a uma 3ª abaixo. O resto dos figurantes do cateretê são apenas dansadores (sic). Os violeiros funcionam também como dansadores-chefes (sic). Toda a direção da coreografia deriva deles. (ALVARENGA, 1936)

A música cantada é chamada de *moda*, enquanto a moda é cantada não se dança, esta ocorre quando o canto se silencia e as violas se mantem, ou seja, a dança é o coro da cantoria. Os versos são cantados e quando esta silencia entram as palmas e os sapateados. Oneyda produz um mapa coreográfico conforme orientações vistas no curso de Etnografia que

³⁵ O material colhido em Varginha, Minas Gerais integra o Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, foi também publicado na obra *Melodias Registradas por Meios Não Mecânicos*, 1949. Departamento de Cultura de São Paulo, organizado pela própria Oneyda.

permitissem a visualização e uma possível reprodução da dança, complementando com a descrição de cada movimentação dos dançarinos, e sua composição no espaço. O estudo está acompanhado das fotos realizadas de algumas informantes e das partituras transcritas por Oneyda e complementadas com legendas sobre o andamento das melodias, conforme aquelas criadas por Mário de Andrade utilizadas na obra *Ensaio Sobre a Música Brasileira*. Eis a descrição dos informantes feita pela autora:

O cateretê que vimos dansado (sic) na Liga Operária de Varginha em 13-9-1936, foi dirigido por José Fabiano e Antonio Venâncio.

De dentes propositalmente obturados a ouro, cabelo engordurado partido ao meio, lenço vermelho no pescoço, com as pontas passadas, junto à garganta, num anel de metal doirado, José Fabiano e Antonio Venâncio são dois interessantíssimos tipos de mulatos. Antonio Venâncio é excelente dansador (sic). Tem meneios gostosíssimos de corpo, os pés *repicam* esplendidamente um sapateado e dá saltos admiravelmente ágeis. Depois que o roxo-forte rodou (roxo-forte é café com cachaça), mostrou bem boas habilidades de bailarino. O melhor de seu amigo José Fabiano era espetar um pauzinho nos dentes enquanto cantava... (ALVARENGA, 1936. p. 37).

3.4.4 Luís Saia e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938

Dentre os alunos do Curso de Etnografia, pode-se considerar Luís Saia como aquele que melhor experimentou o fazer etnográfico. Seu trabalho consistiu não só na descrição minuciosa do tema de interesse, coleta e registro de material, como também lhe coube a responsabilidade de se relacionar com os poderes locais, fossem eles políticos, econômicos ou religiosos, a fim de permitir a execução do trabalho de campo; elaborar, durante o percurso, a forma adequada de abordagem dos pesquisados; coordenar uma pequena equipe de pesquisa; e garantir a articulação, à distância, com o Departamento de Cultura de São Paulo, na figura de Oneyda Alvarenga e Mário de Andrade.

Prefeitura do Município de São Paulo

Departamento de Cultura

Diretoria

São Paulo, 24 de janeiro de 1938.

O dr. Luís Saia, sócio da Sociedade de Etnografia e Folclore, “pesquisador social” da Divisão de Documentação Histórica e Social, do Departamento de Cultura, de São Paulo, bem como o prof. Martin Braunwieser, regente do Coral Popular e assistente técnico de musicologia folclórica, da Discoteca Pública, de São Paulo, são os chefes da Missão de Pesquisas Folclóricas, enviada ao norte do Brasil pelo Departamento de Cultura.

Toda a documentação recolhida pela Missão, será publicada para estudo e uso nacional. O Departamento de Cultura solicita, o conselho e a acolhida jamais recusada pela generosidade nacional, certo de que será por todos reconhecida a benemerência do trabalho que se propôs e esta Missão realiza.

Mário de Andrade

Diretor

(CARTA DE APRESENTAÇÃO, 1938).

As cartas de apresentação oficiais do Departamento de Cultura, por vezes iam acompanhadas de bilhetes para aqueles conhecidos do diretor Mário de Andrade, tais como Arthur Ramos e Jorge de Lima ou Câmara Cascudo: “Cascudinho. Aí vai o Luís Saia com a Missão. Me ajuda que isto é coisa de vida ou morte pra mim. Qualquer dia estouro por aí. Abraços pra todos e me abrace. O seu Mário.” (BILHETE, 1938). Como revela o bilhete de Mário, a Missão foi um projeto muito caro ao diretor, o de registrar cientificamente a produção musical do povo brasileiro, iniciando pelo norte e nordeste do país, região que, segundo ele, abrigaria a essência cultural do brasileiro. A cultura genuína ameaçada pela tecnologia, como o rádio, deveria ser registrada de forma científica para garantir às gerações futuras tanto o conhecimento quanto novos estudos e produções.

Impossibilitado de chefiar a equipe ele mesmo, Mário de Andrade escolhe Luís Saia para a função. O jovem estudante de arquitetura assume da melhor maneira possível a missão que lhe foi apresentada. Esta experiência refletirá em seu trabalho durante toda a vida. Nascido em Rio Claro, em 1911, formado pela Politécnica da Universidade de São Paulo, Saia tinha 27 anos quando chefiou a Missão de Pesquisas Folclóricas. Além de coordenar todo o trabalho, realizou pesquisas paralelas, documentando arquitetura popular, modos de fazer e recolhendo ex-votos em cruzeiros. Aplicou os ensinamentos de Dina Lévi-Strauss e seguiu os conselhos de Mário. Em carta para Mário de Andrade aponta, com orgulho, ter salvado da demolição uma cadeia do século XVII na cidade de Pombal, além de apontar a existência de igreja de construção com estilo espanhol, sem similar no Brasil e uma casa com capela que considera importante; acredita que um relato sobre essas observações poderia

valorizar a Missão junto ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan³⁶ e servir como um reconhecimento da acolhida que o Estado da Paraíba deu à Missão, inclusive financeira. (AEROGRAMA, 1938). Posteriormente, Luís Saia, se integra à equipe do órgão federal de proteção do patrimônio histórico e artístico, assumindo, inclusive, a função que pertencera a Mário no 4º Distrito do SPHAN, lá permanecendo por 40 anos.³⁷



Figura 5 – Caderneta de Campo nº 2B da Missão de Pesquisas Folclóricas. Desenho feito por Luís Saia, com a movimentação de *Cabocolinhos*. Com as descrições: “posição do bandeira; movimentação dos pés de bandeira; movimento cabocolinho”. Recife, Pernambuco em fevereiro de 1938. Páginas 12 e 13.

Fonte: Centro Cultural São Paulo / Fotógrafo, João Mussolin.

A viagem ao norte e nordeste do Brasil foi o maior trabalho realizado por Luís Saia junto ao Departamento de Cultura. As correspondências e anotações de campo de seu coordenador dão a dimensão das atividades desenvolvidas pela Missão de Pesquisas Folclóricas e seu crescimento enquanto pesquisador e responsável pelo trabalho etnográfico da equipe, que durou cerca de cinco meses. O grupo fora composto por Saia, Martin Braunwieser, músico, Bendito Pacheco, técnico de som e Antonio Ladeira, ajudante geral.

³⁶ 13 de janeiro de 1937 Getúlio Vargas cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). O então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, pede a Mário de Andrade que elabore o anteprojeto de lei (contou com o auxílio também de Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luís Jardim, Afonso Arinos, Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade, entre outros). Em 1946 – O Sphan passa a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). E em 1970 se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

³⁷ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH www.museudacidade.sp.gov.br/bandeirante-luissaiaphp – acesso 2/3/2010

Munidos de equipamentos para gravação sonora, fotográfica e fílmica, além de cadernetas de campo, fichas de campanha e cartas de apresentação formal emitida pelo Departamento de Cultura e recomendações pessoais, partiram em fevereiro de 1938. Após escala no Rio de Janeiro, Vitória, em Salvador³⁸ e Maceió chegaram ao Recife no dia 13 de fevereiro.

Em Pernambuco sentem imediatamente o clima político vigente e os cuidados que deverão tomar, caso queiram garantir a continuidade do trabalho.

Recife, 14 de fevereiro de 1938.

Caro Mario.

Abraço.

Chegamos ontem no Recife, com uma viagem em ordem. O Ascenso e o Valdemar³⁹ estiveram na [] e vem prestando a melhor assistência possível. O Mario Melo também tem ajudado bastante.

Estamos politicamente instalados no Hotel Central. Granfinagem obrigatória, porém de bons resultados. Já estive com o Manuel Lubambo que se dispôs a prestar toda a assistência possível. Entreguei a ele a carta do Jorge de Lima que, parece foi mão na roda. Estive também conversando com o Interventor⁴⁰ que idem demonstrou a melhor boa vontade. Se despediu de mim dizendo que qualquer coisa pode ser pedida pela missão a qualquer das suas secretarias. Em suma, as coisas vão bem encaminhadas nas rodas oficiais.

Quanto a outras pessoas, pela situação local delicadíssima, estou convencido que toda a diplomacia é pouca. Mesmo havendo necessidade de sacrificar o auxílio de elementos como o Gilberto [Freyre], acho não deve ser desprezado o amparo oficial, mesmo porque em relação a parte econômica certas viagens podem ficar muito em conta. Só esta razão já me parece suficiente para justificar a minha política de aproximação com o governo do Estado. Depois de maneira nenhuma conviria á missão se indispor com os elementos oficiais. Acho que vou pensando sobretudo de acordo com a delicadíssima situação política local. De outra maneira o

³⁸ O compositor Camargo Guarnieri fora enviado pelo Departamento de Cultura no início de 1937, para participar do II Congresso Afro-Brasileiro em Salvador e registrar manifestações religiosas de origem africana e outras manifestações, como os cantos de capoeira. Apesar de planejado, não lhe foi possível levar equipamento de gravação, registrando apenas em cadernetas de campos as melodias coletadas e algumas fotografias. Seu trabalho integra o Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga- Centro Cultural São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, cujo conteúdo inclui objetos, partituras e fotografias. As instruções de pesquisas dadas por Mário de Andrade são praticamente as mesmas dadas a Luís Saia, alterando apenas os gêneros musicais a serem registrados.

³⁹ Ascenso Ferreira e Waldemar de Oliveira

⁴⁰ Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco, responsável pela repressão aos terreiros, por pressão da Igreja Católica.

nosso trabalho de colheita pode ser prejudicado e, neste sector não se trata de ponto de vista pessoal porem atinge você e o Departamento.

(...)

Até logo e um abraço do

Luís Saia

(CORRESPONDÊNCIA, 1938 a)

Aparentemente a primeira carta de Luís Saia demonstra uma situação sob controle, mas o fato é que necessitou tomar muito cuidado com os contatos, a fim de prosseguir gravando no Recife, chegando, inclusive, a pensar em abreviar a estadia na cidade.

Recife, 16 de fevereiro de 1938

Caro Mario.

Abraço.

Consegui de um amigo que me levasse esta carta pro sul sem perigo de censuras e outras chateações, por isso vou contar o que realmente se passa por aqui. Na carta que mandei por via aérea muita coisa precisei dizer veladamente porem com esta porei você ao par desta situação besta de Pernambuco.

Aqui no Recife foi absolutamente necessário entrar em contato com o mundo oficial. O Agamenon me tratou muito bem porem parece que a política dele é deixar o barco ser levado pela corrente que escolheu, para as secretarias dele é mais ou menos um ponto morto que muito dificilmente poderá resolver qualquer coisa diretamente [a] favor ou contra nosso trabalho. Dos secretários o que está mais em contato com a batina é o Manuel Lubambo com sua turma ultra direitista da revista “Fronteiras”. Com carta do Jorge de Lima conversei com este ultimo elemento de governo. Imediatamente ele me deu a entender que si a missão não quisesse ser embarçada no seu trabalho aqui do Estado de Pernambuco eu deveria me afastar o mais possível do Gilberto Freire ou de qualquer outro elemento que não fosse da turma de “Fronteiras”. Qualquer desobediência da minha parte em relação a este pedido prejudicaria completamente o trabalho da missão, pois os padres estão dando as cartas.

Ora esta turma católica é ariana e erradíssima [sic]. Por imposição dela foram fechados os xangôs e apreendido todo o material das seções. É verdade que estou vendo si consigo umas boas graças para o Ascenso encaminhar pelo menos a colheita das linhas melódicas destes xangôs. Para conceder isso tenho a impressão que a turma oficial está fazendo absurdos de concessão. O Vicente do Rego Monteiro (individuo mais ou menos posto a disposição pelo Lubambo é um burro de marca maior e pretende que só se dê atenção ao que seja traço de cultura portuguesa erudita) com ar

de quem está fazendo exceção pra Missão de S. Paulo me levou ontem a ver um maracatu num bairro de Olinda - coisa de mistura entre maracatu e cabocolinho. Aí o Martin já conseguiu alguns temas. Sobretudo umas linhas surgidas nas lôas me pareceram de muito interesse. Mas era um ensaio e não estava completa a turma de dançadores. Amanhã voltaremos a este bairro para colher mais alguma coisa e arrumar a gravação dos cabocolinhos e talvez (si for coisa absolutamente popular) o maracatu.

À vista desse pouco que estamos conseguindo e da situação política ainda não procurei o Gilberto. Pretendo encontra-lo discretamente e expor a ele a situação da missão. Nesta parada aqui colheremos o que for possível com o governo e na volta o resto com o Gilberto e outros elementos.

O Ascenso que trabalha na secretaria do Lubambo acha que eu estou agindo bem e que esta é a única maneira de se aproveitar da situação local.

Estou fazendo toda a força para conseguir o custeio pelo estado daqui de uma ida aos índios para gravar os torés.

Em suma, caro Mario, a situação é essa. Estou procurando agir com a maior prudência e tacto possíveis. A turma do governo daqui é errada a valer e prejudica um bocado o nosso trabalho, ainda que por outro lado procure facilitar a gente.

Na 6ª feira, dia 18, darei um pulo a João Pessoa. Si lá constatar que seja mais produtivo, largaremos isto aqui para a volta e subiremos. Antes disso porem espero qualquer noticia sua. Si você achar que as coisas devem ir deste jeito que estou arranjando, dê um jeito de me passar um telegrama onde esteja a palavra sim. Exemplo: Seu pai disse que sim. Sinão, isto é, si você achar que devemos abandonar estes cavalos de Lubambo e companheiros (não se impressione com a terminologia que eu os trato saborosamente aqui) e subir para a Paraíba, um telegrama com a palavra não me avisará disso.

Em todo o caso até se resolver qualquer coisa terei colhido o material do bairro de Olinda de que lhe falei e talvez com o mesmo mande uma daquelas cartas para a Sociedade.

Me esquecia de uma coisa. O Lubambo me pediu uma entrevista para a reacionária revista dele. Vou dar uma entrevista política. Pediu também colaboração esta porem vou protelando e não dou.

A turma toda vai bem. Bom até logo e abraço do

Saia

P.S. Esta carta já estava pronta quando tive a oportunidade de me avistar discretamente com o Gilberto. Ele me tratou da melhor maneira possível e se dispôs feitamente [sic] a situação da missão em relação a situação política e mesmo pediu que dissesse a você que a [sic] concorda plenamente com a solução que dei ao caso provisoriamente, colhendo tudo o que for possível com a assistência oficial, e depois, na volta, colher o

resto. Falou bem de você e se mostrou muito interessado pelo trabalho do Departamento.

Por enquanto, portanto, estarei em discreto contacto com ele. Combinamos um jeito de trocarmos idéias sem que a missão fique prejudicada com isso.

Ele pediu que eu mandasse um abraço dele a você e dissesse que poderíamos contar com toda a colaboração possível.

Saia

(CORRESPONDÊNCIA, 1938b)

Apesar das dificuldades, a equipe da Missão registrou um rico material fonográfico em Pernambuco, Cantos de Carregadores de Piano, Cantos de Toré, Bumba-meu-boi, Toadas, cantos dos Praias, Cantos da Casa de Farinha, Côcos, Aboios. Recolheu, graças às negociações de Saia, objetos religiosos que haviam sido confiscados pela polícia, classificou-os com a ajuda dos integrantes dos próprios terreiros, no Teatro Santa Isabel, boa parte das peças trazidas pela equipe são provenientes dos Xangôs de Recife. Filmou trechos do carnaval, onde estão inclusos alguns segundos de movimentos de maracatu.

Segundo Flávia Camargo Toni, o subsídio metodológico para uma pesquisa científica deste porte fora dado por Dina Lévi-Strauss, não só através do Curso de Etnografia, pois se fazia necessário uma bibliografia atualizada para estudos musicológicos (TONI. 2002, p. 82).

Deve-se a ela, provavelmente a bibliografia à qual Mário de Andrade tem acesso, especializada na coleta de documentação de campo: *Esquisse d'une méthode de folklore musical*, de Constantin Brailoiu. Aliás, também é provável que ela tenha conhecido o autor, musicólogo romeno que trabalhou no Museu do Homem ao lado de seus professores. Eis a fonte da metodologia empregada pela Missão de Pesquisas Folclóricas, grupo que o Departamento de Cultura enviará, em 1938, para o Norte e Nordeste (TONI, 2006 p. 76).

O método⁴¹ seguido assemelhava-se à teoria de Marcel Mauss na busca de resposta a perguntas, compondo uma identificação completa do registro coletado, ou seja, o que, quando, onde, como e por que se canta. (TONI. 2002. p. 83) Os primeiros registros escritos foram realizados nas fichas, especialmente elaboradas para o estudo, mas, frente à ausência de

⁴¹ O método de Brailoiu diz respeito a publicação, em 1931, do relato de trabalho feito junto ao Arquivo Folclórico da Sociedade de Compositores da Romênia : *Esquisse d'une méthode de folklore musical*. (TONI. 2002, p. 83)

informação dos pesquisados – muitos informantes não sabiam, por exemplo, a própria idade ou local de nascimento - e morosidade no preenchimento de alguns dados, estas fichas foram pouco utilizadas e a maior parte das anotações foram feitas nos pequenos cadernos de campo e papéis esparsos. A técnica de Constantin Brailoiu, da qual foram retirados os modelos de fichas (de Campanha, de Repertório, de Local), é retomada posteriormente na indexação feita por Oneyda Alvarenga. (TONI, 2002, p. 85-86).

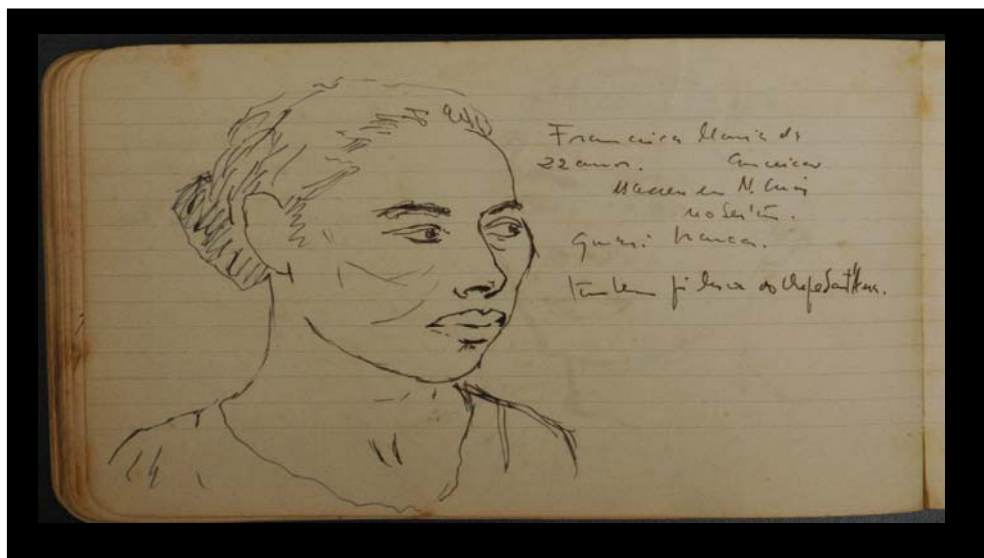


Figura 6 – Caderneta de Campo nº 6 da Missão de Pesquisas Folclóricas. Desenho de informante feito por Luís Saia. Texto manuscrito: “22 anos. Francisca Maria da Conceição nasceu em N. Cruis no Sertão, quase branca. Também filha do chefe Sant’Ana”. Chefe Sant’Ana é Manuel Santana dos Santos. Aldeia indígena Potiguara. Mamanguape, Paraíba em maio de 1938. Página 102.
Fonte: Centro Cultural São Paulo / Fotografia, João Mussolin.

Ainda em Pernambuco a equipe passa por Rio Branco, Brejo dos Padres, Tacaratu e Folha Branca. No final do mês de março a equipe se encontra em João Pessoa – Paraíba, onde as autoridades fazem uma recepção é melhor do que em Pernambuco. Com condições favoráveis o maior número de registros é realizado neste Estado. Passam, além da capital, pelas localidades de Campina Grande, Patos, Pombal, Souza, Cajazeiras, Coremas, Itabaiana, Alagoa Nova, Areia, Alagoa Grande, Baía da Traição e Mamanguape. Gravaram gêneros como: Cabocolinhos, Solos de Viola, Cocos, Aboios, Cantigas de Roda, Cantos de Pedinte, Modas, Toadas, Reis de Congo, Bumba-meu-boi, Cabaçal, Toré, Catimbó, Acalantos, Barca, Reisado, Chula, Cantoria, Nau Catarineta e Canto de Carregadores de Pedra.

Depois da farta coleta na Paraíba, onde o grupo permaneceu dois meses, até o fim do mês de maio, a equipe parte para São Luís do Maranhão, passando pelo Ceará e Piauí, onde registram um Reisado. Em São Luís os registros contem gravações de Bumba meu boi,

Tambor de Mina, Tambor de Crioula e Carimbó. Em Belém do Pará, foram gravados Acalantos, Babassuê e Pajelança. Este período de pesquisa compreende praticamente o mês de junho e o início de julho, quando iniciam seu retorno a São Paulo. A viagem foi esticada ao máximo e interrompida antes de cumprir todo o percurso desejado. Mário de Andrade já estava afastado do Departamento de Cultura e prestava serviços junto ao Ministério da Educação. Antes de sair apresentara relatório justificando a realização da Missão, mas recebera orientação para que os gastos não ultrapassassem o que já fora repassado. (EXPOSIÇÃO, 1938).

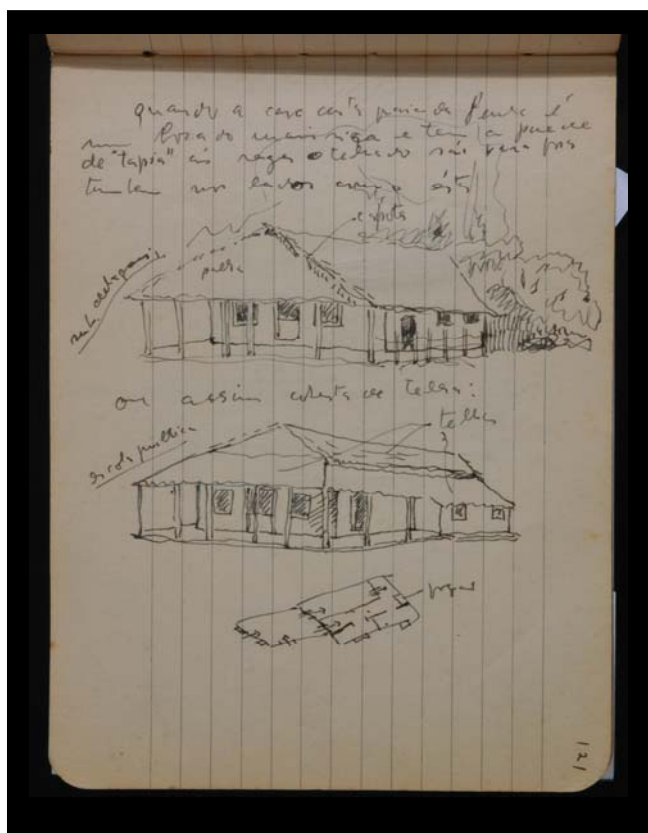


Figura 7 – Caderneta de Campo nº 5 da Missão de Pesquisas Folclóricas. Desenho de arquitetura popular feito por Luís Saia. Com as descrições: “quando a casa desta praia da penha é um loca do mais rico e tem a parede de ‘tapia’ às vezes o telhado são para fora também nos lados como esta”. No 1º desenho: “capote, sub delegacia, palha”. No 2º desenho: “ou assim coberta de telha, escola pública, telhas”. No 3º desenho: “fogão”. João Pessoa, Paraíba em abril de 1938, p.121.

Fonte: Centro Cultural São Paulo / Fotógrafo, João Mussolin.

Segundo Flávia Camargo Toni, o trabalho de mapeamento realizado pela Missão também fora proposto no anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, elaborado por Mário de Andrade a pedido de Gustavo Capanema e Rodrigo de

Melo Franco Andrade, traduzindo-se na necessidade de preservação da cultura popular (TONI, 2006, p. 76). Mário acreditava que

da mesma forma com que a inscrição num dos livros de tombamento de tal escultura, de tal quadro histórico, dum Debret como dum sambaqui, impede a destruição ou dispersão deles, a fonografia gravando uma canção popular cientificamente ou o filme sonoro gravando tal versão do Bumba-meu-boi, impedem a perda destas criações, que o progresso, o rádio, o cinema estão matando com violenta rapidez. (Cartas de trabalho, Brasília, MEC, 1981, p. 53. apud TONI. 2006, p. 76-77).

Além do método de Constantin Brailoiu, que descreve a forma de abordagem, ficha de documentação do registro sonoro e identificação do pesquisado, Saia utilizou-se das informações dadas nas próprias aulas de Curso de Etnografia, mais especificamente as aulas de número 8 – música, 9 e 10 – instrumentos musicais, além das orientações sobre os equipamentos de fotografia e filmagem. A qualidade dos registros fotográficos realizados por Saia é excelente, como documento e como imagem fotográfica propriamente dita. Outra qualidade etnográfica do ex-aluno de Dina são seus desenhos, pois detalha os tipos físicos, os movimentos das danças, posicionamento dos instrumentistas e dançarinos, além do rico trabalho de documentação arquitetônica da viagem.

Os trabalhos de coleta foram encaminhados seguindo, na medida do possível, todas as orientações transmitidas nas aulas de Dina e as de Mário como diretor do Departamento: equipamento de gravação sonora, de filmagem e fotográfico, a presença de um músico para seleção e gravação das melodias, de um técnico de som para garantir a qualidade das gravações em disco. O equipamento de gravação permitia o registro diretamente em disco, sendo possível sua reprodução imediata, para audição daqueles que cantaram e para avaliação da qualidade. Como reproduzir o disco poderia causar o desgaste do sulco e gerar uma perda de qualidade no momento da tiragem da matriz, foi solicitado pelo Departamento que a equipe evitasse ao máximo a sua reprodução. Todo esse cuidado garantiu a manutenção da qualidade sonora que os registros possuem ainda hoje.

Além das fotografias, filmes e desenhos, as próprias cadernetas de campo são documentos que transmitem a intensidade dos trabalhos desenvolvidos em tão curto período. São 20 cadernetas de campo, cujas informações foram processadas mais tarde por Oneyda Alvarenga, que permitem a reconstrução dos passos e percalços da equipe. O cotidiano descrito, muitas vezes de forma não linear, dão conta do perfil de cada informante, de cada local, das impressões de viagens. As anotações são ilustradas pelos cantos, pelas fotografias,

pelos filmes e se constrói o panorama local da produção cultural musical de cada localidade visitada. Em seu primeiro relatório, em 15 de maio, Luís Saia já tem muito claro a importância do mapeamento iniciado por eles, não é a toa que sua vida profissional estará totalmente voltada à preservação do patrimônio cultural nacional.

Como se pode verificar através deste ligeiro relato dos trabalhos da Missão, a primeira temporada – de Pernambuco – foi quase toda ela de aprendizado e aclimação no ambiente, tendo prejudicado bastante a missão certas condições que só podem ser expostas aí mesmo. A segunda temporada teve um rendimento maior com maior economia. Se aprendeu a provocar assistência e também a arrochar nos gastos. Pelo que esperamos encontrar pela frente, pois os informes são muitos, acharia lamentável que esta missão perdesse a oportunidade de percorrer certos estados com largueza de tempo – sobretudo Pará, Maranhão e Baía. Uma medida certa das possibilidades da Missão daqui pra diante está na diferença da produtividade entre os primeiros dias e os últimos. Ademais só o conhecimento espalhado pelo nordeste a respeito da existência de uma Missão de Pesquisas, desaconselha a interrupção de uma viagem que poderá ser cada vez mais produtiva.

Saudações. João Pessoa, 15 de Maio de 1938

Luís Saia

(RELATÓRIO, MPF, 1938).

Ainda nos dias de hoje o material coletado pela Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938 se configura como um dos mais importantes mapeamentos musicais realizados no Brasil. Muitos estudiosos, de diferentes áreas buscam na coleção a base para novos trabalhos, sejam eles artísticos, acadêmicos, ou por puro prazer em se conhecer manifestações populares registradas há mais de 70 anos.⁴²

4.5 Considerações sobre Dina Lévi-Strauss

Aqui foram apresentados alguns dados essenciais do período de permanência de Dina Levi-Strauss no Brasil, a fim de possibilitar uma leitura de sua contribuição aos estudos

⁴² Entre outros exemplos, é possível destacar: o grupo A Barca que realizou viagem de pesquisa musical, semelhante inspirado nas viagens de Mário de Andrade e na Missão de Pesquisas Folclóricas. Os resultados foram lançados no DVD *Trilha Toada e Trupé*. O pesquisador Carlos Sandroni percorreu parte das localidades, antes visitadas pela equipe da Missão, na Paraíba e em Pernambuco, pesquisando e registrando as produções destas comunidades nos dias de hoje, chegou a identificar pessoas que participaram das gravações de 1938. O resultado de seu trabalho foi publicado no cd *Responde a Roda outra Vez – Música tradicional de Pernambuco e da Paraíba no Trajeto da Missão de 1938*.

etnográficos brasileiros e pesquisas cujas referências teóricas fundavam o pensamento antropológico da época. A sua contribuição poderia ser sintetizada na idéia de responder aos anseios de Mário de Andrade na formação técnica de pesquisadores de campo, mas foi além, na medida em que se tornou referência de trabalho também para os jovens etnólogos e folcloristas daquele momento. Seja pelo entusiasmo transmitido por ela, como afirmou Mario Wagner Vieira da Cunha, em seus depoimentos, seja pela sua contribuição estritamente metodológica como apontou Oneyda Alvarenga em entrevista. O fato é que além de ser esposa, foi também uma profissional independente e atuante no curto, mas significativo período inicial das Ciências Sociais em São Paulo.

Basta uma leitura de seu relatório, por diversas vezes referenciado neste estudo, para observar a tentativa de Dina de construir um trabalho sólido a fim de ser reconhecido e provavelmente subsidiado. Ela afirma que outras pesquisas realizadas por estudantes sob a sua orientação serão publicadas e registra as proposições para o ano seguinte ao de 1937, as quais darão maior dimensão ao trabalho etnográfico junto ao Departamento de Cultura: compra, por ela, de material antropométrico, fundação de um Centro de Estudos Etnográficos, com orçamento próprio e instalações; elaboração de vocabulário técnico etnográfico, proposto por ela; a implantação de permanentes pesquisas em Antropologia Física. Para tanto ela deveria redigir Instruções para os funcionários da prefeitura. (STRAUSS, D. 1936 Apud SANDRONI. 2002) As proposições apresentadas em seu relatório, escrito em dezembro de 1936, foram executados da melhor maneira possível, comprovando o empenho de Dina Lévi-Strauss. A coleção de objetos e documentos preservados por conta do trabalho de Oneyda Alvarenga conta com: réguas antropométricas, modelos de formulários de pesquisa de campo, instruções, além de documentos que comprovam sua intensa atividade na Sociedade de Etnografia e Folclore.⁴³ (ENTREVISTA, 1980). Quanto aos trabalhos etnográficos não se consolidaram frente às mudanças na direção do Departamento de Cultura de São Paulo e o retorno de Dina Lévi-Strauss à França.

Não foi possível a localização do andamento do relatório enviado por Dina Lévi-Strauss ao responsável pelos professores franceses no Brasil, assim como não há registro da repercussão na Europa de seu trabalho em São Paulo.

Sua presença no Brasil se deve aos trabalhos que desenvolveu junto ao Departamento de Cultura de São Paulo e depois de ter deixado o país, em 1939, ao contrair uma conjuntivite

⁴³ Os documentos impressos do fundo Sociedade de Etnografia e Folclore e as Réguas Antropométricas, que atribuiu a compra realizada por Dina por encomenda de Mário de Andrade fazem parte da coleção do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga.

durante a segunda viagem realizada com Claude Lévi-Strauss aos índios Bororo, não mais retornou. Assim como não há registros de outros trabalhos etnográficos realizados, há apenas informações sobre seu retorno às salas de aula de colégio na França. Como retomou seu nome de solteira, de certa forma desassociaram-se o nome e a pessoa, pois Dina Dreyfus não era um registro para o Brasil como fora Dina Lévi-Strauss, muito em função do antropólogo que Claude se tornou. Mas Dina não foi simplesmente a esposa de Claude Lévi-Strauss. Mesmo que o resultado de seu trabalho seja secundário em relação ao de seu ex-marido, é fato que ela, naqueles poucos anos, desenvolveu papel importante na área antropológica no Brasil.

O esquecimento de Dina Lévi-Strauss foi real pelas razões apontadas acima e também por aspectos arrolados neste estudo. Neste sentido, dentro das possibilidades documentais existentes e acessíveis, foi delimitada neste capítulo a atuação de Dina no Departamento de Cultura de São Paulo. O resultado foi a percepção de uma atividade profissional intensa no curto período em que ela esteve no Brasil, ações suficientes para iluminar sua presença e lhe desvencilhar daquilo que faz sombra ao seu nome. Cabe aqui considerar um aspecto subjetivo captado nas leituras, e, neste caso, por ser subjetivo é apenas suposição: a condição de esposa não parece ter intimidado a atuação de Dina Lévi-Strauss, mas pode ter causado problemas familiares se considerarmos, por exemplo, depoimentos como o de Mário Wagner Vieira da Cunha.

Enquanto ele era frio, ela era expansiva e cordial. Eram duas pessoas que a gente não podia entender que estivessem casadas. Apesar da diversidade, eles se somavam. Muita coisa do trabalho do Lévi-Strauss no Brasil não teria sido feita sem a Dina, se ela não o puxasse. Participou de quase todas as expedições dele. Ele não tinha essa capacidade de relacionamento que ela tinha.

(...).

Ela dava um curso de Folclore, à noite, num sótão escuro e sujo e cheio de material que ela reunia. Era um clima de “college” americano, com muito namorico. (...) No curso da Dina, éramos três homens e o resto tudo moças. Moças que faziam coisas que naquele tempo eram absurdas. Ir às aulas às oito da noite e voltar à meia-noite. Era um escândalo, mas elas eram avançadas. Era o clima que Dina entretinha. O próprio Mário, assoberbado pelo trabalho no Departamento de Cultura aparecia com frequência. (CUNHA. apud CARVALHO. 1993. p. 22)

Havia reuniões periódicas. Quem nos arrastou a toda essa coisa não foi o Lévi-Strauss mas a Dina. Foi ela que se aproximou de Mário de Andrade. Ele tinha um xodó por ela, como todos nós, porque era uma menina bonita, tinha quase a nossa idade. O Lévi-Strauss tinha ciúmes dessa situação, com razão.

(...)

Eu ia à casa deles na Cincinato Braga, porque fazíamos muitas reuniões sobre a Sociedade de Etnografia e Folclore. Com a Dina a gente começava a conversar e nunca mais parava. O Lévi-Strauss ficava por conta. Ele não entrava na sala em que nós estávamos. Mas andava nas salas em volta, batendo os pés como quem diz que está ali e quer que a conversa acabe logo (CUNHA, apud CARVALHO, 1993, p. 1).

A autonomia profissional de Dina junto à administração a distancia de outras “esposas” que só puderam desenvolver suas atividades de fato à sombra dos maridos, como Helen Pierson que afirmou ser uma *facilitadora e uma suplementadora* (CORRÊA, 2003). Sua contribuição não foi pequena, pode ter sido pontual, exatamente como foram as ações do Departamento no período em que Mário de Andrade o dirigiu. São ações que marcaram a carreira de muitos e importantes profissionais da área de ciências humanas, devido ao fato de ter propiciado, orientado e construído situações que permitiram a experimentação nas pesquisas etnográficas e folclóricas naquele período. Não são gratuitos os comentários de Mário Wagner Vieira da Cunha, ao falar que quem sabia era Dina, pois para os estudantes fora ela a pessoa a concretizar os trabalhos de campo, viabilizar direta ou indiretamente, através do Departamento de Cultura, as pesquisas análises e publicação dos resultados. Alunos da Universidade tiveram seus trabalhos reconhecidos além do universo acadêmico, de experimentar a prática profissional propriamente dita.

Mas o percurso feito neste capítulo permite tecer outras considerações a fim de dimensionar o esquecimento temporário de Dina Lévi-Strauss. A etnóloga francesa representava, naquele momento, uma linha da ciência antropológica sob severas críticas: a Antropologia Física. As teorias culturalistas dominavam as reflexões entre os antropólogos, principalmente americanos que já recebiam influência de discussões funcionalistas. Na década de 1930 “assistimos a um enfraquecimento dos museus e à emergência de novos contextos institucionais, onde se observa uma reorientação da Antropologia para as Ciências Sociais” (PEIXOTO, 2001, p. 508).

Outro aspecto significativo foi a influência por parte de Mário de Andrade em direcionar as atividades de Dina para o ensino do Folclore, área que naquele momento não tinha muito espaço, levando os que se dedicavam a ela a serem vistos como estudiosos menores, com “reflexão precária sobre a cultura, a partir de inventários de fatos pitorescos”. O esforço de Mário de Andrade em instrumentalizá-lo como ciência não foi suficiente, o tempo empreendido foi muito curto, relegando ao tempo a sua recuperação. Exceção feita a nomes como os de Roger Bastide, Florestan Fernandes e Maria Isaura Pereira de Queiroz, que a

partir de uma perspectiva mais sociológica, à qual delegavam a capacidade de ultrapassar o descritivo empreendido por folcloristas (TRAVASSOS, 2002, p. 93), o Folclore, de qualquer forma, foi área quase insignificante no mundo acadêmico.

Ao apresentar seu estudo sobre o movimento folclórico no Brasil no período 1947 a 1964, Luís Rodolfo Vilhena faz a seguinte leitura dos percalços entre o Folclore as Ciências Sociais:

[...] apesar de toda a vitalidade aparente desse período, ele foi decisivo na atribuição de um lugar relativamente desvalorizado ao tema do Folclore em nossa vida intelectual. O relativo sucesso que os folcloristas obtiveram na criação de agências estatais dedicadas à preservação de nossa cultura popular não foi acompanhado pelo desenvolvimento de espaços dedicados ao estudo do Folclore no interior das universidades. Pelo contrário, no plano dos estudos estereótipos, o folclorista se tornou o paradigma de um intelectual não acadêmico ligado por uma relação romântica ao seu objeto, que estudaria a partir de um colecionismo descontrolado e de uma postura empiricista. Dessa forma, os estudos de Folclore são frequentemente vistos como uma disciplina “menor” ou como um recorte temático inadequado, praticados fora das instituições universitárias por “diletantes”. Tudo isso enquanto se desenvolvia o movimento folclórico, apesar de os principais representantes das nossas Ciências Sociais daquele momento – intelectuais como Arthur Ramos, Roger Bastide e Florestan Fernandes – terem tomado o Folclore como um tema relevante em debates de grande repercussão na época. (VILHENA, 1997, p. 165-166).

Pode-se considerar que esse esforço não seria em vão caso o Departamento de Cultura continuasse sob a gestão de Mário de Andrade e caso não ocorresse a centralização por parte do governo federal na pessoa de Getúlio Vargas e o processo de apropriação e uso dos elementos culturais, eruditos ou populares, na manutenção do poder, ocorrida com o golpe de 1937. No entanto, praticamente todas as ações do Departamento foram interrompidas ou limitadas e Dina Lévi-Strauss foi uma das pessoas a perder com esse recrudescimento político.

Desse modo, é possível afirmar que o esquecimento de Dina deve-se também à sua opção, naquele momento, pela Antropologia Física, pelo Folclore - influência de Mário de Andrade - e, fundamentalmente, pelo término da gestão de Mário no Departamento de Cultura. Com isso é possível indagar: Será que em condições políticas favoráveis Dina Lévi-Strauss não voltaria ao Brasil para continuar seu trabalho? É de grande importância, portanto,

o resgate do nome de Dina Lévi-Strauss, considerando sua contribuição para a pesquisa etnográfica e para os estudos de Folclore no Brasil.

Conclusão

A partir de considerações gerais sobre os anos de 1930, tomados como período de mudanças que despertam interesse dos mais diversos estudos e como um dos paradigmas para a compreensão do Brasil contemporâneo, foi descrita a estruturação do departamento público voltado às ações de políticas culturais na cidade de São Paulo, aliada à organização institucional do ensino superior de Ciências Sociais.

Reconhecendo o estabelecimento de uma rede de ação e reflexão entre diferentes instituições e o valor dos trabalhos de intelectuais como Paulo Duarte, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes, além do próprio Mário de Andrade, a proposição deste estudo foi discorrer sobre as contribuições de Samuel Harman Lowrie e Dina Lévi-Strauss para o desenvolvimento das ações do Departamento de Cultura de São Paulo. A pesquisa transcorreu de modo a apresentá-los como atores fundamentais para projetos idealizados pelo órgão gestor da ação cultural da prefeitura municipal. O que se apreende, afinal, é o fato de que nos anos iniciais das escolas de ensino superior de Ciências Sociais e do Departamento de Cultura, fundou-se a prática da pesquisa científica e, acima de tudo, a aplicação dos resultados na vida social, através de ações públicas.

De um lado, a busca pelo entendimento da cidade em formação, sendo necessária a compreensão do papel de seus indivíduos no desenvolvimento social, permitiu a realização de estudos com caráter sociológico, para uma gestão pública sem alterações bruscas no sistema político e econômico. Por outro lado, como contraponto e de forma complementar, foram realizados estudos etnográficos sobre diferentes manifestações culturais oriundas dos grupos com origem diversa e que convivem no mesmo espaço, suas relações e transformações por contato de culturas distintas. No primeiro caso se encontram as contribuições de Samuel Harman Lowrie e no segundo as de Dina Lévi-Strauss com forte presença de Mário de Andrade na escolha dos temas.

Os estudos de Samuel Lowrie construíram um panorama da cidade de São Paulo a partir da sua população e alguns serviços, como a assistência social. A análise das condições de vida da classe trabalhadora foi como uma pedra fundamental neste tipo de estudo, cujos resultados subsidiam a elaboração de políticas públicas. Viabilizou experiência de campo a alunos das Ciências Sociais e funcionários municipais, num momento em que a própria dimensão de ciência ainda não fora consolidada pelas disciplinas da Sociologia e da

Antropologia. Se hoje os estudantes e, por que não dizer, os funcionários de algumas instituições públicas, se entusiasma por um trabalho de campo ou por um estudo de caso, o que dizer dos primeiros anos das escolas de ensino em Ciências Sociais?

Além das contribuições no campo da pesquisa, Lowrie se destacou pela introdução de temas das Ciências Sociais, não do ponto de vista da discussão e contraposição de sistemas políticos divergentes, como o fez Horace Davis. Mais ao gosto de seus financiadores, apresentou tópicos da Sociologia e, especialmente, conceitos relacionados à Antropologia Cultural, aproximando a linha teórica presente na Universidade de Columbia às reflexões da Escola Livre de Sociologia e Política, como também ao debate público com Paul Arbousse-Bastide da Universidade de São Paulo.

No segundo capítulo, as contribuições de Dina Lévi-Strauss foram abordadas através de seu trabalho junto à Divisão de Expansão Cultural e a proximidade aos projetos pessoais de Mário de Andrade. O percurso vai da realização do Curso de Etnografia à criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, onde os trabalhos são aperfeiçoados e desdobrados em ações dos membros da Sociedade, muitos deles ex-alunos do curso. A amplitude e atualidade teórica de Dina é reconhecida pelas anotações existentes de suas aulas, proposições para os informativos da Sociedade de Etnografia e Folclore e do levantamento bibliográfico apresentado por ela a Mário de Andrade. Dina faz a ponte para a participação do Departamento em Seminário Internacional de Folclore e aproxima intelectuais brasileiros de pesquisadores europeus, apresenta a metodologia da pesquisa etnográfica integrada ao uso das novas tecnologias, como a máquina fotográfica e a filmadora.

A junção dos projetos, conhecimento e posição de Mário Andrade e a metodologia apresentada por Dina Lévi-Strauss desencadeou a aplicação e extroversão de uma série de estudos sobre cultura popular brasileira. O conhecimento de Mário, com o método de coleta de Dina viabilizou a Etnografia no Departamento, atribuiu metodologia às investigações. Nos poucos documentos existentes, como o relatório escrito por Dina ao representante do governo francês, encontra-se a tentativa da etnógrafa trabalhar no Brasil com vínculo reconhecido pela França. Ela apresenta informações com intuito de atestar a confiança depositada por Mário de Andrade e sua possibilidade de ser a representante da influência da Etnografia francesa no Brasil. De fato possui uma autonomia profissional na área, haja vista a sua nomeação como responsável pelos trabalhos etnográficos do Departamento de Cultura de São Paulo.

Os aspectos fundamentais retirados da análise das contribuições de Dina Lévi-Strauss residem na formação dos profissionais, envolvidos ou não, com o Departamento de Cultura são a estruturação de trabalho registro da produção cultural do povo brasileiro, tão caro Mário

de Andrade, e a sua própria realização profissional de forma autônoma. Aliadas a esses aspectos, facilmente perceptíveis, estão as razões que a relegaram a certo esquecimento: seu investimento na Antropologia Física e no Folclore. A primeira por estar praticamente superada no pensamento antropológico, seja Antropologia Social inglesa, pela Antropologia Cultural americana e depois pela Antropologia estrutural francesa. O Folclore, área que se envolveu por influência de Mário, iria perder cada vez mais espaço na Universidade ao longo do século XX.

No processo de institucionalização das Ciências Sociais e consolidação de um mercado de trabalho para os pesquisadores formados pelas novas escolas, o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos através do Departamento de Cultura de São Paulo já é reconhecido como fato. Mas a essencialidade da participação de profissionais como Dina e Lowrie na execução destes trabalhos e na esfera do conhecimento das Ciências Sociais ainda merece ser reconhecida. Este foi um dos objetivos deste trabalho. Estes dois nomes viabilizaram a conciliação da prática pública e do conhecimento teórico de forma simultânea.

No mundo contemporâneo algumas questões são prementes, como a rediscussão do papel do Estado diante da ação pública ou privada; a redefinição de fronteiras e territórios, ou seja, a noção de nacional sendo colocada em xeque pelas novas tecnologias; a idéia de trabalho em rede; o reconhecimento da diversidade cultural independente dos limites geográficos. Todas essas questões transmitem atualidade aos temas aqui analisados, são razões para o resgate de nomes como de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss e comprovam a atualidade da reflexão sobre o Departamento de Cultura e a eterna atualidade de Mário de Andrade.

Referências

ANDRADE, Mário. Carta à Dina Lévi-Strauss. 1936. Apud SANDRONI, Carlos. Mário, Oneyda, Dina e Claude. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, IPHAN, nº 30, p.243. 2002.

_____. Cultura Musical – oração de paraninfo dos diplomados de 1935, do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, vol. XXVI, p.75-86, 1936.

AMOROSO, Marta. Sociedade de Etnografia e Folclore 1936-1939: Modernismo e Antropologia. **SEF: Sociedade de Etnografia e Folclore** [catálogo]. Centro Cultural São Paulo. São Paulo, p.70-75. 2004.

ALVARENGA, Oneyda. **Cartas Mário de Andrade / Oneyda Alvarenga**. São Paulo: Duas Cidades, 1983, 308p.

_____. Os Cateretês do Sul de Minas Gerais. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, vol. XXX, p. 31. 1936.

ARAUJO, Oscar Egídio de. Uma pesquisa de Padrão de Vida. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, suplemento ao vol. LXXX, 1941.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. Que se entende por cultura - cultura e matéria. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, vol. XV, p. 203-208, 1935.

_____. Cultura, Aristocracia, Elites – cultura e especialização. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, vol. XVI, p. 91-97, 1935.

BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004. p.218.

BERLINCK, Cyro. A Escola de Sociologia e Política no XXV Aniversário (1933-1958). **Revista Sociologia**, São Paulo: Editora da Escola de Sociologia e Política, vol. XX, nº 2, mai. 1958, p. 127-135.

_____. Liderança e Liberdade. **Revista Sociologia**, São Paulo: Editora da Escola de Sociologia e Política, vol. XXVI, nº 3, set. 1964, p. 281-305.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>.

CANDIDO, Antonio. **A Educação pela Noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p.264

_____. Florestan Fernandes. In KANTOR, Iris, MACIEL, Débora A., SIMOES, Julio Assis (Orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933-1953**. São Paulo: Editora Escuta. 2001. p. 135-138.

CAPELATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo, imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1989. 258p.

CARVALHO, Bernardo. Mulher une Lévi-Strauss a Mário de Andrade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 09 de set. 1993a. Caderno Ilustrada, p. 1.

_____. Lévi-Strauss volta a pensar o Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 de out. 1993b. Caderno Mais, p. 6-7.

CONTE, Alberto; ARCHERO JR., Achilles; COSTA, Eudoro Ramos. La sociologie contemporaine au Brésil. In **Revista do Arquivo Municipal** vol. XXXVIII. São Paulo, ago. 1937.

CORREIA, Mariza. Traficantes do excêntrico – os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. nº 6, vol. 3, 1988. p. 79-98.

_____. **A História da Antropologia no Brasil: 1930-1960, testemunhos**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais; (Campinas, SP) Editora da Universidade de Campinas, 1987. 127p.

_____. A Antropologia no Brasil. 1960-1980. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. p.25-105.

_____. **Antropólogas e antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 278 p.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da. Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, vol. XLI, 1937. p.5-36.

_____. A Escola Livre, o Departamento de Cultura e a Faculdade de Filosofia. In KANTOR, Iris, MACIEL, Débora A., SIMOES, Julio Assis (Orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933-1953**. São Paulo: Editora Escuta. 2001, p.107-113.

DEL VECCHIO, Ângelo. DIÉGUEZ, Carla. (Orgs) **As pesquisas do padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie pioneiros da sociologia aplicada no Brasil**. Editora Sociologia e Política. São Paulo. 2009.

DUARTE, Paulo, **Mário de Andrade por ele mesmo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo. 1985. 370 p.

_____. **Memórias**, São Paulo, Hucitec, 1976.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **O direito à infância. Mário de Andrade e os parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)**. Tese de Doutorado. São Paulo. FEUSP, 1994.

_____. **A Contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil**. In Educação & Sociedade, ano XX, nº 69, dez. 1999. p. 60-91

FERREIRA FILHO. **Direito Constitucional Econômico**. São Paulo: Saraiva, 1990, p.14

FERNANDES, Florestan. *Mário de Andrade e o Folclore Brasileiro*. (1946). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, nº 36. 1994. p. 141-158.

FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **A Constituição de 1934. In As Constituições Brasileiras: Análise Histórica e Propostas de Mudança.** D'ÁVILA, Luiz Felipe. (org.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p.25-42.

GRUPIONI, Luis Donisete. **Coleções e Expedições Vigeadas: Os Etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.** São Paulo: Ed. Hucitec/ANPOCS, 1998. 341 p.

KANTOR, Iris, MACIEL, Débora A., SIMOES, Julio Assis (Orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933-1953.** São Paulo: Editora Escuta, 2001. 208p.

LEMO, Carlos A. C., SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. [curadoria e textos] **Renata e Fábio Prado: a casa e a cidade.** São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2006.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001. 2ª Ed. p.257-275.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. **Mário de Andrade: Ramais e Caminho.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1972. 268p

LOWRIE, Samuel H., Previsão da população. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XV, ago. 1935a. p. 81.

_____. Informações sobre a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XV, ago. 1935b.

_____. Que é cultura? **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XVIII. Nov/dez. 1935c.

_____. A assistência filantrópica na cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XXVII, set. 1936a.

_____. A assistência filantrópica na cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XXVIII, out. 1936b.

_____. A assistência filantrópica na cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo: vol. XXIX, nov. 1936c.

_____. Ascendência das crianças registradas no Parque Dom Pedro II. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XXXIX, set. 1937 a.

_____. Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XLI, nov. 1937b.

_____. Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação de classes sociais de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XLIII, jan. 1938 a. p. 195-218.

_____. O elemento negro na população de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, vol. XLVIII, jun. 1938b. p. 07-57.

_____. O elemento negro na população de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, vol. XLIX, jul/ago. 1938c.

_____. Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, vol. LI, out. 1938d. p.185-312.

_____. **Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo**. Série Estudos Paulistas, Editora da Escola Livre de Sociologia e Política. São Paulo, SP, 1938e.

MENDES, Erasmo Garcia. **Paulo Duarte por Erasmo Mendes**. In Estudos Avançados 8(22). 1994. p. 189-193.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

_____. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In:_____ **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré. 2001.2ª ed, p.91-133.

MICELI, Sérgio; PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha. **Tempo Social**, vol. 20 nº 2. São Paulo. nov. 2009.

MINDLIN, José. **Rubens Borba de Moraes**. Revista de Estudos pedagógicos vol. 79, nº 192, p. 108-111. Brasília. 1998.

MIRANDA, Pontes. **Comentários à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Guanabara. 1936.

MIRANDA, Nicanor. Congresso Internacional do Folclore. **Revista do Arquivo Municipal**, vol. XLII, São Paulo: 1937.

MORAES, Rubens Borba de. Da Semana de Arte Moderna à Fundação da Escola Livre: no calor de 1932. In: KANTOR, Iris, MACIEL, Débora A., SIMOES, Julio Assis (Orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933-1953**. São Paulo: Editora Escuta, 2001. p. 127-133.

MOURA, Margarida Maria. **Nascimento da Antropologia Cultural – A obra de Franz Boas**. São Paulo. Editora Hucitec, 2004. 399p.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. São Paulo: Hucitec: FAPESP. 2005.336p:il.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. **Colonizadores do Futuro: Cultura: Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, 1935-1938**. 1995. 239 f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia da Universidade Católica, São Paulo. 1995.

PAGNI, Pedro Ângelo. **Anísio Teixeira – Experiência Reflexiva e Projeto Democrático: a atualidade de uma filosofia da educação**. Editora Vozes, Rio de Janeiro. 2008. p. 134.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras, 1930-1960. In MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré. 2001.2ª Ed. p.477-531.

_____. Mário e os primeiros tempos da USP. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, IPHAN, nº 30, p.243. 2002. p. 156-169.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. In **Estudos Avançados**. Vol. 8 nº 22. Scielo São Paulo. 1994.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a Cultura na Forma Brasil: O Departamento de Cultura de São Paulo, 1935-1938**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.144p.

RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro – Ethnographia Religiosa e Psycanalyse**. Rio de Janeiro: Bibliotheca de Divulgação Científica, Civilização Brasileira S. A., 1934.

RODRIGUES, Jaime. Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950). **Revista de Estudos Sociais**. Número 33. Bogotá. 2009.

RUBINO, Silvana. Clubes de pesquisadores. A Sociedade e Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. p.479-521.

_____. *A memória de Mário*. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, IPHAN, nº 30, p.243. 2002. p. 139-154, 2002.

SANDRONI, Carlos. **Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p.158

_____. Mário, Oneyda, Dina e Claude. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, IPHAN, nº 30, 2002. p.232-245.

SILVEIRA. Sirlei. **O Brasil de Mário de Andrade**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999. 156 p.

SOARES, Lélia G. Mario de Andrade e o Folclore. In **Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore, 1936-1939**. Rio de Janeiro/São Paulo, FUNARTE/Secretaria Municipal de Cultura. 1983.

LAPOUGE, Gilles. ‘Essa antropologia que me fascina’, um dos intelectuais mais respeitados do mundo faz 96 anos amanhã e fala das saudades do Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2004. Caderno 2 d3.

STRAUSS, Dina. Relatório. 1936 a. Apud SANDRONI, Carlos. Mário, Oneyda, Dina e Claude. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, IPHAN, nº 30, 2002. Brasília. p.232.

STRAUSS, Dina. **Antropologia Física**. São Paulo: Departamento de Cultura. Prefeitura de São Paulo. 1936b.

TADEI, Emanuel Mariano (2002). **Uma arqueologia da psicanálise no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade São Marcos, São Paulo.

TONI, Flávia Camargo. **Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo. 1985. 51 f.

_____. Me fiz brasileiro para o Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, IPHAN, nº 30, 2002. Brasília. p.73-89.

_____. Missão: As Pesquisas Folclóricas. In **Mário de Andrade - Missão de Pesquisas Folclóricas**. São Paulo: Serviço Social do Comércio SESC; Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura. 2006. p.71-99. Caixa contendo um livro e seis CDs. com seleção de registros sonoros.

TRAVASSOS, Elisabeth. Mário e o Folclore. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, IPHAN, nº 30, 2002. Brasília. p. 90-109.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964**. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

Documentos Centro Cultural São Paulo – Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga

Coleção Sociedade de Etnografia e Folclore.

LIVRO de Presença do Curso de Etnografia, maio a outubro. São Paulo, mai. 1936. 100p. Cx. 1 doc.1 .

MINUTA da palestra de inauguração do Curso de Etnografia. [Mário de Andrade]. 1p. [1936]. Cx. 1 doc. 3

APOSTILA resumindo a aula inaugural do Curso de Etnografia. [1936 a]. Cx. 1 doc. 4.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 2ª aula: Antropologia Física. [1936b]. Cx. 1 doc. 5.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 3ª aula: Antropologia Física. [1936c]. Cx. 1 doc. 6.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 4ª aula: Antropologia Física. [1936d]. Cx. 1 doc. 7.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 5ª e 6ª aulas: O Folclore. [1936e]. Cx. 1 doc. 8.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 7ª aula: Folclore – análise do objeto decorado. [1936f]. Cx. 1 doc. 9.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 8ª aula: Folclore – a música. [1936g]. Cx. 1 doc. 10.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 9ª e 10ª aulas: instrumentos musicais. [1936h] Cx. 1 doc. 11.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 11ª aula: A dança e o drama. [1936i]. Cx. 1 doc. 12

APOSTILA do Curso de Etnografia, 12ª aula: Os jogos. [1936j]. Cx. 1 doc. 13

APOSTILA do Curso de Etnografia, 13ª aula: Contos, lendas, mitos, provérbios. [1936k]. Cx. 1 doc. 14.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 14ª aula: Cultura material. [1936 l]. Cx.doc. 15

APOSTILA do Curso de Etnografia, 15ª aula: Classificação dos objetos. [1936m] Cx. 1 doc. 16

APOSTILA do Curso de Etnografia, 16ª e 17ª aulas: Plano da habitação e arranjo das diferentes partes. [1936n] Cx. 1 doc. 17.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 18ª aula: O fogo – armas e instrumentos. [1936 o]. Cx. 1 doc. 18.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 19ª e 20ª aulas: O arco e a flecha – A tecelagem – A cerâmica. [1936p]. Cx. 1 doc. 19.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 21ª aula: A Cerâmica (cont.). [1936q]. Cx. 1 doc. 20.

APOSTILA do Curso de Etnografia, 23ª aula: Linguística, [1936r]. Cx. 1 doc. 21.

RECORTE. Os alunos do Curso de Etnografia homenagearam hoje a sra. Dina Lévi-Strauss, por motivo de sua partida para a Europa. São Paulo, Diário da Noite, 04 de novembro de 1936. 1p. Cx. 1, doc. 22.

LISTA dos sócio-fundadores da SEF, com nomes e endereços, Martha Cruz da Silveira Ribeiro, Departamento de Cultura. 2p. Cx. 1 doc. 32.

LISTA DE NOMES e endereços, para remessa do Boletim da SEF. 3p. Cx. 1. doc. 35.

ESTATUTOS da SEF, [abril de 1937]. 3p. Cx. 2, doc. 60.

PROJETO do Regimento Interno da SEF. [1937 a]. 6p. Cx. 2, doc. 61

ATA da 4ª Reunião da SEF, [1937]. 2p. Cx. 2, doc. 66.

RELATÓRIO da 1ª Diretoria da SEF, maio de 1937 a maio de 1938, Lavínia Costa Villela, Secretária da SEF. São Paulo. 1º de junho de 1937 (sic). 6p. Cx. 2, doc. 68.

OFÍCIO nº Cult 42-1049 de Samuel H. Lowrie, Subdivisão de Documentação Social Estatísticas de São Paulo, a Mário de Andrade, Diretor do Departamento de Cultura, Presidente da SEF. São Paulo, 02 de janeiro de 1938. 1p. Cx. 4, doc. 248.

BOLETIM da Sociedade de Etnografia e Folclore nºs. de 1 a 6. São Paulo, 1 de outubro de 1937 a 1 de março de 1938. Cx. 4, doc. 287.

QUESTIONÁRIOS folclóricos, Dina Lévi-Strauss. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 18 de maio de 1937. 1p. com anotações de [José bento Faria Ferraz]. Cx. 4, doc. 296.

ANOTAÇÕES relacionando membros do júri, e dos dois trabalhos que entraram em julgamento no Concurso de ensaios de Etnografia e Folclore, da revista do Arquivo Municipal, [Mário de Andrade]. 1p. [1938 a]. Cx. 4, doc. 330.

ANOTAÇÕES relacionando 13 trabalhos (autor, título e número da revista do Arquivo onde foi publicado), que concorreram ao Concurso de ensaios de Etnografia e Folclore da Revista do Arquivo Municipal [Mário de Andrade]. 1p. [1938b]. Cx. 4, doc. 331.

PROJETO do Boletim nº 7, [Dina Lévi-Strauss]. 7p. com anotação de [Mário de Andrade]. Obs.; o boletim foi publicado com outro conteúdo. [1937b] Cx. 4, doc. 348.

PROJETO dos Boletins de nº. 7 a nº 9, em francês: *Bibliographie, Type de fiche folklorique*, [Dina Lévi-Strauss]. 3p. [1937c]. Cx. 4, doc. 349.

PROJETO de uma bibliografia Etnografia e Folclore de Dina Lévi-Strauss, 8p. de tiras datilografadas, com anotações e 8p. de cópia datilografada. [1937d] Cx. 4, doc. 358.

CATÁLOGO. **SEF - Sociedade de Etnografia e Folclore**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo. 2004.

Coleção Missão de Pesquisas Folclóricas:

CATÁLOGO. **Acervo de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade 1935 1938**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo. 2000. 303 f.

CATÁLOGO. **Histórico-Fonográfico Discoteca Oneyda Alvarenga**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo. 1993. 143 f.

EXPOSIÇÃO dos Atos e Conseqüências da Missão Folclórica atualmente em viagem pelo Norte do Brasil. Mário de Andrade. 1938. MPF, doc. 0146.

CARTA DE APRESENTAÇÃO. Mário de Andrade, Diretor do departamento de Cultura, apresentando Luís Saia chefe da Missão de Pesquisas Folclóricas. São Paulo, 1938. MPF. Doc. 0185.

BILHETE de Mário de Andrade à Câmara Cascudo. 1938. MPF, doc. 1361.

CADERNETA de campo nº2b. Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938. Luís Saia.

CADERNETA de campo nº5. Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938. Luís Saia.

CADERNETA de campo nº6. Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938. Luís Saia.

RELATÓRIO de Luís Saia à Oneyda Alvarenga sobre o andamento da Missão de Pesquisas Folclóricas. João Pessoa. 15 de maio de 1938.

CORRESPONDÊNCIA. Carta de Luís Saia a Mário de Andrade, relatando a chegada ao Recife e os primeiros acontecimentos. Recife, 14 de fevereiro de 1938a. Transcrição, documento original do Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo.

CORRESPONDÊNCIA. Carta de Luís Saia a Mário de Andrade, relatando as dificuldades políticas em Pernambuco. Recife, 16 de fevereiro de 1938. Transcrição, documento original do Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo.

AEROGRAMA de Luís Saia a Mário de Andrade sobre as atividades na Paraíba e gastos ocorridos. João Pessoa 25 de maio de 1938. Transcrição, documento original do Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo.

Coleção Discoteca Pública Municipal:

SÃO PAULO (SP). Ato Municipal 861.: **Diário Oficial do Município**, Prefeitura do Município de São Paulo. 30 mai. 1935. [Cria o Departamento de Cultura de São Paulo]

SÃO PAULO (SP). Ato Municipal n 1.146. São Paulo: **Diário Oficial do Município**, Prefeitura do Município de São Paulo. 25 mar.1936 [Dispõe sobre a nova organização da Prefeitura Municipal]

SÃO PAULO (SP): Lei nº 3.663 **Diário Oficial do Município**, Prefeitura do Município de São Paulo. 10 de novembro. 1937. [Aumenta o salário dos funcionários da limpeza]

RAM. Noticiário, **Revista do Arquivo Municipal**, vol. XXXIV, São Paulo, abr. 1937.

RAM. Noticiário, **Revista do Arquivo Municipal**, vol. XXXV, São Paulo, mai. 1937.

RAM. Arquivo Etnográfico, **Revista do Arquivo Municipal**, vol. XLIII, São Paulo, jan. 1938.

Arquivo Multimeios:

ENTREVISTA Oneyda Alavrenga. Realizada pela Divisão de Pesquisas, área de Música. São Paulo, out. 1980. Entrevistadores: Renato de Moraes, Francisco Carlos Coelho e Márcia F. dos Santos.

Documentos do Departamento do Patrimônio Histórico / Arquivo Histórico Municipal Washington Luís / Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo

Grupo - Departamento de Cultura

SÃO PAULO. Processo 78480/35, propõe a contratação de Claude Lévi Strauss. Prefeitura do Município de São Paulo. 1935 a.

SÃO PAULO. Processo 37396/37, propõe a contratação de Dina Lévi Strauss. Prefeitura do Município de São Paulo. 1935 b.

Sub Grupo Divisão de estatística e Documentação Social

SÉRIE Pesquisa Padrão de Vida Lowrie. Instrumentos de trabalho de campo e metodologia de pesquisa. Relatórios e análises.

CADERNETA de campo nº 603 – PPV – Lowrie.

Museu da Cidade de São Paulo / Seção Arquivo de Negativo:

Coleção de imagens Departamento de Cultura

Fotografia 00255/F - Av. Anhangabaú. Cortiços. São Paulo. 1939. Fotógrafo Benedito Junqueira Duarte

Fotografia 00412/A – Rua do Seminário. Veículo coletor de lixo. São Paulo. 1938. Fotógrafo Benedito Junqueira Duarte

Arquivo Fundação Escola de Sociologia e Política

MELLO, Monteiro. Importação de inimigos da Pátria - A Burguesia de São Paulo contrata professores comunistas para ensinar a doutrina de Marx aos jovens brasileiros. **Diário da Noite**, [1933/4]. São Paulo. Recorte.

RECORTE. Os trabalhos da Comissão Central do recenseamento na opinião do Sociólogo Samuel Harman Lowrie. **Diário de São Paulo**. São Paulo, 28 de fev. de 1935.

RECORTE. Escola de Sociologia e Política Desenvolvimento de cursos: próxima vinda de notáveis professores norte-americanos. **Folha da Manhã**. São Paulo, 06 de ago. de 1933.